

Depois da dissolução da Assembleia todos os gestos contam

Começou o contra-relógio para as Legislativas

O discurso presidencial, anunciando a próxima dissolução da Assembleia da República, deu sinal de partida para um longo «contra-relógio» que deverá terminar lá para Abril ou Maio com a 10.ª ida dos portugueses às urnas, desde a Revolução de Abril.

Órgãos dirigentes dos principais partidos iniciaram uma série de reuniões que cobrem todo o dia de hoje e se prolongam para amanhã. Em causa está, desde já, o arranque das respectivas máquinas partidárias tendo em vista o próximo acto eleitoral.

Entre as primeiras reacções, que surgiram pouco depois do termo da intervenção presidencial, destacam-se as do PSD e do CDS caracterizadas, especialmente a primeira, por acesos ataques à decisão do Presidente.

Entretanto, o actual Governo demissionário de Pinto Balsemão deverá, nos termos constitucionais, manter-se em situação de gestão até à formação de novo executivo, saído das futuras eleições. Balsemão, embora manifestando interesse em que fosse, desde já, formado um novo gabinete que assegurasse a gestão do país nos próximos meses, garantiu que assumirá os seus compromissos e se manterá em funções. Esta manhã, Balsemão avistou com o Presidente da República. A meio da reunião, entraram também Amândio de Azevedo, Nascimento Rodrigues e Vítor Crespo. O encontro decorria ainda ao fecho da nossa edição, supondo-se no entanto que o problema da continuação em funções do actual Governo seja o centro das conversações. Antes de Balsemão, o presidente da Assembleia esteve com o Presidente da República. No final, Leonardo Ribeiro de Almeida, informou que lhe tinha sido oficialmente comunicada a dissolução do Parlamento, manifestando a sua opinião pessoal de que se tratou de uma decisão inoportuna.

Págs. 4, 5, 6, 8 e 24

Dissolução da AR comunicada oficialmente ao seu presidente

Amândio de Azevedo, Nascimento Rodrigues e Vítor Crespo entram a meio da reunião de Balsemão com Eanes



Balsemão à entrada, esta manhã, para o seu encontro com o Presidente da República



Prédio da Luciano Cordeiro está a cair aos bocados

Enquanto isto, e antecipando-se à derrocada iminente, elementos do Batalhão de Sapadores Bombeiros (foto) retiram os últimos haveres dos desalojados utilizando uma escada «Magirus». Pág. 24

Ao fim de cem audiências

Vinte e cinco penas de prisão perpétua para raptadores de Moro

No final de nove meses e de cem audiências, o Supremo Tribunal de Roma pronunciou, esta manhã, 25 penas de prisão perpétua, no âmbito do julgamento do assassinio do presidente da Democracia Cristã Italiana, Aldo Moro.

Recorda-se que o dirigente da DC foi assassinado em 1978 pelas «Brigadas Vermelhas», após 55 dias de cativeiro numa «prisão do povo» das BV. António Savasta e Emilia Libera, réus que colaboraram com a justiça italiana foram conde-

nados a 16 anos e um mês de prisão. Outros dois «brigadistas», Massimo Cianfanelli e Maria Petricola, igualmente «arrepentidos» foram condenados respectivamente a 13 e a 6 anos de prisão.

Alarme esta manhã na zona do Chiado

Arquivos destruídos pelas chamas na Companhia de Seguros Império

Pág. 24



JOGO INTERNACIONAL

SPORT LISBOA E BENFICA SELECÇÃO DA BULGÁRIA

(PARA APRESENTAÇÃO DO JOGADOR
STROMBERG)

ESTÁDIO DO BENFICA

DIA 26 DE JANEIRO, ÀS 21.00 HORAS

PREÇOS DOS BILHETES

SÓCIOS	200\$00
GERAL	250\$00
SUPERIOR CENTRAL	350\$00
BANCADA LATERAL	450\$00
BANCADA CENTRAL	750\$00
SENHAS DE CAMAROTE	750\$00

Bilhetes à venda na comissão Central do Sport Lisboa e Benfica, das 9.30 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 horas.

Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

Palácio da Justiça — Tel.: 680130 — 1000 Lisboa

DEBATES SOBRE O NOVO CÓDIGO PENAL

O SMMP vai promover uma série de debates sobre o novo Código Penal, com o seguinte calendário:

- 25 de Janeiro — Dr. GONÇALVES DA COSTA (Juiz de direito do Tribunal Criminal de Lisboa) — SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA E REGIME DE PROVA
- Dr. CARMONA DA MOTA (Juiz de direito do Tribunal Criminal de Lisboa) — DOS CRIMES SEXUAIS NO NOVO CÓDIGO PENAL
- 1 de Fevereiro — Dr. MACAÍSTA MALHEIROS (Juiz de direito e docente da Faculdade de Direito de Lisboa) — O ILÍCITO PENAL ECONÓMICO
- Dr. JORGE FAGUNDES (Advogado) — OS CRIMES CONTRA O ESTADO NO CÓDIGO PENAL
- 3 de Fevereiro — Dr. MADEIRA BARBARA (Juiz de direito do Tribunal Criminal de Lisboa) — JOVENS DELINQUENTES
- Dr. MIRANDA PEREIRA (Presidente do Instituto de Reinserção Social) — O INSTITUTO DE REINserção SOCIAL
- Dr. SORETO DE BARROS (Juiz dos Tribunais de Execução de Penas de Lisboa e Évora) — EXECUÇÃO DAS PENAS
- 8 de Fevereiro — Dr.ª TERESA BELEZA (Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa) — O MITO DA RECUPERAÇÃO DO DELINQUENTE NO DISCURSO PUNITIVO DO CÓDIGO PENAL DE 1982
- Dr. LUSO SOARES (Advogado e docente da Faculdade de Direito de Lisboa) — USURPAÇÃO DE IMÓVEIS
- 22 de Fevereiro — Dr. JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS (advogado) — OS NOVOS CRITÉRIOS PENAI: LIBERALISMO SUBSTANTIVO, AUTORIDADE PROCESSUAL?
- Dr. MÁRIO GOMES DIAS (Procurador da República no Tribunal da Relação de Lisboa) — ALGUMAS IMPLICAÇÕES DO NOVO CÓDIGO PENAL NO PROCESSO PENAL
- 1 de Março — Dr.ª FERNANDA PALMA (Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa) — O HOMICÍDIO QUALIFICADO NO NOVO CÓDIGO PENAL
- Dr. MAIA COSTA (Procurador da República no Tribunal Criminal de Lisboa) — A CONSTITUIÇÃO E O CÓDIGO PENAL — BREVES REFLEXÕES
- 3 de Março — Dr. JOÃO CORREIA (Advogado) — DIREITO PENAL DO TRABALHO
- Dr. HENRIQUES MAXIMIANO (Procurador da República no Tribunal da Relação de Lisboa) — APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO E CASO JULGADO
- Todas as sessões terão lugar no Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, pelas 21 horas, sendo a entrada livre.



Mário Murteira

QUALQUER economia nacional é condicionada do exterior. Algumas — e numerosas — não só se encontram **condicionadas** pelas relações externas mas são também **determinadas** por elas. Isto é: algumas economias ditas nacionais não têm de facto dentro de si as alavancas que conduzem os seus destinos. São estruturalmente dependentes e a interdependência política formal esconde, na realidade, a subordinação a centros de poder estrangeiros. Estará nestas condições a economia portuguesa? Ou tenderá para isso?

A meu ver, é afirmativa a resposta à segunda questão, sendo (ainda) duvidosa a resposta à primeira.

Todos sabemos que a dança folclórica da crise política nacional — com laivos (sinistros) de canibalismo que já aqui referi — esconde realidades mais fundas que mais tarde ou mais cedo virão irromper à superfície, estilhando o grotesco cenário que hoje mais nos fere a atenção.

Uma dessas realidades mais fundas respeita ao modo como a economia portuguesa se relaciona com o exterior no âmbito daquilo que os economistas correntemente designam por divisão internacional do trabalho. Uma olhada pelo quadro junto dá-nos algumas indicações sugestivas.

Parte das exportações
portuguesas no comércio
mundial
(em permissão)

1950	1960	1970	1973	1979	1980
3.1	2.6	3.0	3.2	2.1	2.3

Assim, a parte das exportações, portuguesas no mercado mundial diminui na década de 50, recupera até 1973 e reduz-se novamente depois,

Crónica de economia política

O que faz correr o capitalismo português?

sendo actualmente (ao que parece) inferior à de trinta anos antes.

Conclusão semelhante se tira, se compararmos Portugal com apenas os países da Europa do Sul (Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia). Fica-se pois com a impressão de que há uma tendência de longo prazo no sentido da perda da posição relativa da economia portuguesa no mercado mundial. Seria preciso maior número de dados estatísticos para concluirmos de forma mais precisa, mas creio que a sugestão — e apenas isso — remete para algo de fundamental na situação económica do País. Esse algo poderá exprimir-se assim: a economia portuguesa não tem sofrido um **processo de adaptação estrutural** ao nível do seu sistema produtivo, que lhe permita crescer e desenvolver-se assinalavelmente, nem em termos absolutos, nem (muito menos) em termos relativos. Se temos estado, continuamos e não saímos da cauda da Europa, em níveis económicos e sociais, isso deve-se certamente a qualquer defeito básico da estrutura produtiva do País. «Defeito», por seu turno, que não terá explicação simples. Mas, tentemos todavia averiguar o que poderá originar tal enfermidade. Uma maneira de pegar no assunto é reflectir sobre os factores que condicionam a produtividade média da mão-de-obra nacional.

Essa produtividade depende designadamente do seguinte: repartição da mão-de-obra por sectores de actividade (visto que, por exemplo, o trabalhador na indústria é geralmente mais produtivo que o trabalhador na agricultura, até por força da tecnologia mais avançada que geralmente a indústria utiliza, relativamente à agricultura); qualificação da mão-de-obra (a todos os níveis, incluindo directores e quadros superiores); dimensão e organização das unidades produtivas; in-

centivos materiais e não materiais que, de alguma forma, **compensem** os mais capazes e eficientes e **penalizem** os incapazes e ineficientes. Há muitas razões para crer que sejam sobretudo factores como os três últimos citados que expliquem o relativo atraso do nosso sistema produtivo. E, pessoalmente, creio que o factor **incentivos** é particularmente crucial no presente estado do sistema económico português.

Que faz hoje correr o capitalismo português? (Creio não ser necessário demonstrar que vivemos em capitalismo, e que não temos na mão um bilhete de trânsito, para ingresso no avião rumo ao socialismo).

Esse capitalismo português, na esfera produtiva, tem um sector privado e um sector público mas — ao contrário do que se desejava e esperava em 1975, em conjuntura bem distinta das relações sociais — o segundo sector não pode nem quer conduzir o primeiro e se há alguma racionalidade global no seu comportamento é mais no sentido inverso — de ser conduzido, não de fazer conduzir.

Por outro lado, no sector privado, é sistematicamente favorecido o restrito número de unidades (muitas com participação do capital estrangeiro) que produz predominantemente para exportação, e isto, sobretudo pela sucessiva desvalorização do escudo. Na realidade, é essencialmente esse limitado estrato de capitalismo português que tem disposto de incentivo para correr, isto na esfera legal; outros correm por incentivos de ordem diferente, que se ligam à chamada economia subterrânea (contrabando, fraude fiscal, especulação, corrupção da administração, etc.). Trata-se pois, se assim é, dum sistema **vicioso**, em que ou se não corre ou se corre por maus motivos e nas más direcções. Estará aqui,

em grande parte, a explicação da posição desfavorável que acima referi e, portanto, também da deficiência estrutural do sistema produtivo.

Poder-se-á estranhar que este quadro, aparentemente propício à promoção de exportações a todo o custo, conduza ao resultado contrário daquele que se anuncia: ao declínio da economia nacional no mercado mundial, em lugar da sua promoção. Mas é afinal o que decorre do incentivo predominante que resulta da prática seguida: a desvalorização da força de trabalho nacional comparativamente a outros países, em lugar da sua valorização. Se o capitalismo português continua a correr, sobretudo por esse estímulo, só corre para se atrasar cada vez mais, por paradoxal que pareça.

Mais do que isso: a embaraçada e embaraçosa «corrida» da AD, desde 1979, talvez reflita, traduza, exprima, ao nível político, o vicioso capitalismo em que procura ou procurou ancorar-se. Uma e outra não têm futuro, prolongam o passado até que forças portadoras de futuro ocupem o seu lugar. Que forças? Que futuro?

Como o fósforo queimado que sobrevive a si próprio, no belo verso de Pessoa, assim este capitalismo se prolonga, sem razão de ser.

Simplesmente não basta reconhecer o facto para que ele possa ser ultrapassado. Seria necessário reconhecer também as forças alternativas capazes de construir outra coisa. Muito esquemáticamente, essas forças ou são submissos aliados de agentes externos mais poderosos e dinâmicos, ou agentes internos de uma nova dinâmica que procura no exterior as alianças mais ajustadas ao seu projecto. Quando, há dias, falei aqui da necessidade de um projecto socialista de política económica para este País, referia-me naturalmente à segunda hipótese.

É a lei igual para todos...?

José Delgado Martins

A justiça não é um luxo.

Tão necessária como o ensino, a habitação e, tantas vezes, a própria saúde, continua, porém, a ser privilégio de alguns.

Diariamente deparemos com discriminações resultantes das desigualdades económicas e sociais daqueles que se confrontam nos tribunais.

Não é de todo indiferente ter (ou não) de comprar os tostões para comprar o papel selado. Não é de todo inocente conhecer (ou não) o que se publica no «Diário da República».

Posto que constitucionalmente reconhecido a TODOS o acesso aos tribunais (art.º 20 n.º 1 da C.R.) e a sua igualdade perante a lei (art.º 13 n.º 1 e 2 da C.R.) a verdade é que, decorridos seis anos, tais princípios continuam a ser letra morta.

O sistema de assistência judiciária vigente é ainda o herdado do regime anterior.

Inspirado nos princípios de piedade cristã, tm subsistido à custa da «caridade» dos advogados, que atendem os necessitados, sem exigirem os seus honorários e da «esmola» dos tribunais, perdendo selos, preparos e custos.

Para estudar os mecanismos legais, que conduzem ao cumprimento da Constituição foi criada, em 14 de Outubro de

1978, pelo Ministério da Justiça, a Comissão de Acesso ao Direito que apresentou em Junho de 1980, um anteprojecto de diploma legal sobre a assistência jurídica.

Tal trabalho, que só muito recentemente chegou ao nosso conhecimento, não se libertou, todavia, da «filosofia» que informa o sistema anterior em vigor.

Parte de idênticos pressupostos e, no essencial, apoia-se em análogos meios.

O cidadão necessitado continua a ser travado como verdadeiro indigente. Distribui-se-lhe um advogado, que, independentemente da sua competência, disponibilidade ou interesse pela questão, é «forçado» a aceitar o «cliente» desde que o seu nome conste da lista elaborada pela Ordem dos Advogados.

Numa época em que a especialização do direito é uma realidade irrecusável, em que a advocacia em regime liberal está em progressivo declínio dando lugar a novas formas de exercício da profissão, a distribuição indiferenciada das causas, não poderá deixar de provocar acentuadas distorções de desigualdades entre os «assistidos» e os «outros», que podem escolher e pagar.

A garantia de igualdade de todos face à justiça, independen-

temente de sua cultura, condição social ou capacidade económica não se resolve com um sistema de assistência dependente de boas vontades (1).

A protecção jurídica dos cidadãos é um dever que impede sobre o Estado que, para o efeito, tem de criar instituições adequadas.

Porém, o aludido anteprojecto recusa-se a propor formas mais avançadas de apoio jurídico. Continua a defender a necessidade de preservar o mito de independência do advogado, como principal argumento contra a criação de um serviço de assistência jurídica. (2) (3)

Tal argumento, para além de farrucoso, é hipócrita. Os mesmos que invocam não se atrevem, e bem, a pôr em causa a independência dos magistrados pelo facto de serem funcionários públicos dependentes do Ministério da Justiça.

Aliás no próprio projecto prevê-se, a nosso ver erradamente, dado a especificidade das suas funções, o frequente recurso aos magistrados do Ministério Público para a defesa dos assistidos quando se verifique a falta de advogado.

A proposta apresentada pela aludida comissão, a ser aprovada, não faria mais do que institucionalizar as desigualdades de tratamento com que hoje depa-

ramos.

Enquanto o apoio jurídico não for encarado como um serviço público ao alcance de TODOS os cidadãos, independentemente da sua fortuna, (posto que com encargos diversos consoante a sua capacidade económica), com estruturas adequadas e carreiras autónomas que salvaguardem a sua independência, não poderemos ver substancialmente atenuadas as desigualdades apontadas.

E dizemos atenuadas e não eliminadas porque não temos a ilusão de acreditar que tais assimetrias se resolvem com uma mera melhoria dos serviços de assistência.

Não ignoramos que o caminho para a igualdade perante a Justiça é indissociável da conquista de melhores condições económicas, sociais e culturais dos cidadãos e que tal meta só se atingirá quando o socialismo for, entre nós, uma realidade.

(1) «A assistência jurídica assenta na cooperação entre o Estado e os advogados e solicitadores e seus organismos representativos».

(Art.º 3.º do Anteprojecto do Diploma Legal sobre Assistência Jurídica)

(2) «Trata-se de uma profissão liberal de que aqueles se orgulham e que não consente formas de sujeição administrativas ou estatais...»

(pag.11 do Relatório da Comissão de Acesso ao Direito)

(3) «Como corolário lógico dessa independência... o anteprojecto quer afastar a ideia do advogado-funcionário público...» (pag.11 do Relatório)

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA - Dep. de Confecções

Av. João XXI, 5-D - 1000 (metro Areeiro) Rua Intanaria, 15-55-C - 1300 LISBOA

política de A a Z

Dissolução, sucessão, clarificação

Da «cuidada ponderação» da situação de uma crise política criada pela inesperada demissão do Primeiro-Ministro, o Presidente da República concluiu pela necessidade de decretar a dissolução da Assembleia da República. Repetidamente nestas notas cursivas foi defendida, como solução adequada, dar a palavra ao povo, convocar eleições gerais antecipadas, renovar a representação nacional.

A «maioria parlamentar» que constituía o suporte dos governos AD não era «maioria nacional», e, a partir da derrota do candidato da AD nas eleições presidenciais de 1980, deixou de ser uma «maioria política». As eleições para a renovação das autarquias confirmaram a situação minoritária da «Aliança Democrática» e deixaram transparecer, de modo inequívoco, as desinteligências, os conflitos e a competição entre as forças partidárias componentes da AD.

Acrescente-se o mau governo. A afirmação de que o Governo AD era incompetente e a sua orientação contestável a vários títulos, não se limitava a uma atitude polémica das oposições parlamentares, ou ao eco crítico da opinião pública, provinha, também, das fileiras da AD e em certas circunstâncias assumia uma rude veemência.

Se a decisão do Primeiro-Ministro, contrariando a sua anunciada disposição de governar até 1984, e desdizendo o triunfalismo da sua pessoal leitura dos resultados eleitorais, pode ter surpreendido a grande maioria dos portugueses e o próprio Presidente da República, mais surpreendente terá sido que o demissionário, continuando a liderar o processo político, se atribuisse qualidade para escolher o seu substituto e organizar a sua sucessão na governação do Estado. E, de surpresa em surpresa, o dr. Francisco Pinto Balsemão não terá conseguido no seu partido, nem na coligação em que o PSD está integrado, melhor candidato à chefia do Ministério, de substituição que um ministro que tivera que ser substituído por manifesta incapacidade de gestão do MEU (Ministério da Educação e das Universidades).

A escolha do professor Vitor Pereira Crespo veio revelar a própria «Aliança Democrática» e à opinião pública, o esvaziamento político da AD, o isolamento político de Francisco Balsemão. Um comentador político que milita na «área AD» considerou-o um «cadáver político adiado». Com efeito, nos arraias sociais-democratas prepara-se, para o próximo congresso partidário, o ajuste de contas. Tem-se a consciência de que se não está simplesmente perante uma sucessão de erros políticos, mas que a manobra pessoal roçou aspectos que, nas fileiras do PSD,

são qualificados de «irresponsabilidade» e de «infantilismo político». Timbrosos zollos, severos críticos, os militantes do PSD não poupam o presidente do seu partido, nem quanto à acção que desenvolveu como Primeiro-Ministro, nem no desempenho das funções de liderança do «partido» e da «coligação». E menos lhe perdoam que, tendo querido promover a continuidade da governação AD, o tenha feito através de um Vitor Crespo e de uma hipótese de Governo para a qual reuniu figuras secundárias.

A demissão que abriu a crise de sucessão governativa e aos episódios que, a ritmo cinematográfico, se sucederam, chamou o Presidente da República: «um processo político surpreendente». E dos conselhos recolhidos, e da meditação a que se obrigou, não podia o Presidente da República chegar a uma conclusão diferente: «Comparando as situações, terei de concluir que são mais fortes agora as razões justificativas da dissolução do Parlamento».

Não estamos só — como nestas notas tem sido sublinhado — perante uma vulgar crise política que impõe uma recomposição ministerial, mas perante uma situação nacional de crise, e, como justamente o Presidente da República disse: «As dificuldades económicas, porque são graves, exigem a clarificação política». Entre as tomadas de posição, que apoiam e aplaudem a decisão do Presidente da República, contam-se as das duas centrais sindicais: a CGTP-INTER e a UGT. Esta convergência não é um mero acaso e não poderá ser desvalorizada. É o movimento sindical dividido a convergir para apoiar a decisão política do Presidente da República. São os dois grandes partidos da «esquerda» — o PS e o PCP — a saudarem a decisão presidencial; são as forças políticas da «esquerda» — o MDP/CDE, a UEDS, a ASDI, a UDP — a apoiarem a dissolução da Assembleia da República; são cidadãos independentes a congratularem-se com a convocação de eleições legislativas.

Do discurso presidencial resulta uma corajosa interpretação das relações entre o eleitorado soberano, a maioria parlamentar e a autoridade democrática. Disse Ramalho Eanes: «Os últimos anos terão comprovado que a autoridade democrática não se limita ao exercício do poder por uma maioria».

A defesa das regras democráticas e a promoção da participação democrática pode entrar em conflito com conceitos de formalismo democrático, de parlamentarização e de partidização da vida política nacional. A exigência de um «poder político prestigiado» poderá, em certas circunstâncias, mostrar-se incompatível com a instalação no Poder de um estilo de governo que, embora com suporte parlamentar, não se preocupa com os interesses nacionais, não defende as instituições democráticas, não promove a qualidade de vida das populações laboriosas. E nesse caso, o dever do Presidente da República, como garante da vida democrática, consiste em devolver a palavra ao povo soberano.

Não esqueçamos que, desde Abril, é o povo quem mais ordena.

ponto a ponto



● Por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, efectuou-se no passado sábado, nos Jerónimos, uma missa solene de pontifical em comemoração do Dia de S. Vicente, padroeiro da cidade. O referido acto litúrgico foi celebrado pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. No decorrer da cerimónia teve lugar a ordenação episcopal do bispo titular de Elvira, D. Albino Mamede Cleto.

● Antigos e actuais militantes da Juventude Centrista (JC) vão prestar a Diogo Freitas do Amaral uma «manifestação de apoio e homenagem».

Esta manifestação está anunciada para o próximo sábado, às 13h horas, num restaurante da Trofa, arredores do Porto, e a comissão organizadora é constituída por Alvaro Jorge Soares Pereira, António Augusto de Oliveira e Luis Seabra Galante.

● Poucas horas antes de o Presidente da República comunicar ao País a sua decisão de dissolver a Assembleia da República, a Juventude Social Democrata, através do seu conselho nacional reunido no Porto, manifestou um «apoio reservado à eventual indignação de Vitor Crespo para primeiro-ministro. Quanto à dissolução do Parlamento, foi dito que «se o general Eanes tomar essa decisão será o principal responsável por uma situação imprevisível».



O fim do PREC de direita

Maria Belo

Da agressividade barulhenta, malcriada e infantil com que se tenta em geral paralisar a actividade do gen. Ramalho Eanes, passou-se desta vez ao respeito e à expectativa mais polida. Da balbúrdia de falas e opiniões que costumava caracterizar a nossa vida pública e nomeadamente antecipar, rodear e prolongar as decisões políticas que competem ao Presidente da República, passou-se à regra do «silêncio é de ouro» e a «guardar, de Conrado e prudente silêncio». Ao ponto de que, se alguém, nestes dias, tivesse a veleidade de insinuar apenas, que sabia qual a decisão que Eanes se propunha tomar, ouviria, imediatamente, à sua volta vozes escandalizadas: «Ninguém sabe. Nem os colaboradores directos. Ele não disse a ninguém.»

Em poucas semanas, Eanes passou de diabo a Deus, de filho do carpinteiro a profeta e filho de Júpiter. Tudo isto traduz por um lado a capacidade rara de solidão de Eanes e, por outro, a falta de hábito que temos quase todos de falar em nome próprio, de constatar e aceitar as diferenças que nos separam uns dos outros, nos fazemos pessoas e não bandos, onde, quando o chefe falta, todos traíam.

Pretendo este preâmbulo situar-nos no «aqui e agora» do nosso discurso colectivo. Porque tudo isto se passa (e eu escrevo) antes de Eanes anunciar a sua decisão face à crise política actual e vale a pena tentar evitar que o conteúdo da decisão, seja ele qual for, abafe o modo como ela foi tomada e a viragem que isso significou na nossa vida política. Estamos perante o resultado concreto da revisão constitucional o qual, embora previsível, importa analisar.

Relembremos que para a AD e seus aliados nessa luta de que Freitas do Amaral foi o condutor, o objectivo, dizia o ex-líder do CDS, era tirar poderes a este

presidente, fundamentalmente, pela tentativa de lhe retirar a influência tranquilizadora nas Forças Armadas. A extinção do CR, o modo aviltante para a FA como foi levado a cabo, a retirada de poderes ao PR quanto à nomeação dos chefes militares e as leis respeitantes à Defesa Nacional, foram, assim, o cavalo de batalha. Diminuir o general Eanes face aos militares era o objectivo.

Pensavam eles (e pensam, cf. almoço de J. Gama com o «Expresso») que Eanes é, fundamentalmente, um militar. Nunca perceberam que a maior qualidade que Eanes tem como militar é a de ter aprendido a exercer, conscienciosamente e enquanto tal, qualquer função que aceite ser-lhe cometida e que no dia em que foi eleito PR deixou de ser o operacional para passar a ser o político.

Esqueceram que a função de PR é uma função política por excelência e que só por incapacidade ou traição Eanes funcionaria como militar.

Nunca perceberam que é como político e não como general que Eanes tem a confiança dos militares. Tem a confiança dos militares. Que é como político e não como general que os portugueses o aplaudem. Que é como político e não como general que do Maputo a Bona e a Washington ele é prestigiado como poucos. É que, para eles, o poder das armas é demasiado fascinante e apesar de viverem em democracia há quase nove anos ainda acham que o generalato das armas tem mais prestígio do que a Presidência da República por sufrágio universal.

Nunca perceberam, assim, que o fim do Conselho da Revolução (onde Eanes tinha demasiados amigos íntimos) e a sua substituição pelo Conselho de Estado (onde seria vigiado pelos representantes da direita) ia significar tirá-lo do «ghetto» militar e colocá-lo no lugar onde lhe compete estar: no meio dos políticos. Ou seja, dar-lhe de bandeja o único prestígio que ele

ainda não tinha: a prova tirada regular e concretamente da sua capacidade de ser o mais fino político de entre os grandes deste País: eles próprios. O primeiro a senti-lo terá sido Freitas do Amaral que (coincidência?) no dia da 1.ª reunião se demitiu de todos os seus cargos políticos, inclusive o de conselheiro de Estado.

Não perceberam a tempo que é fácil ser agressivo à distância, nos comícios, nas entrevistas, nos jornais, na TV e até no Parlamento, mas que é outra louca quando se está face a face com um homem que sabe o que está a fazer e que sabe ouvir obrigando, assim, os que lhe falam a ouvir-se também.

Assim, quando o Conselho de Estado começou a funcionar o discurso político mudou. Sózinho com Balsemão, Eanes precisara de introduzir um terceiro — o gravador — símbolo da noção de social que o 1.º-Ministro parece não ter tido ocasião de interiorizar em pequeno. Mas no Conselho de Estado as regras de jogo passam a funcionar por si desde que haja alguns que as cumpram com transparência. O silêncio posterior torna-se regra. Assim, o que antes era motivo de reprovação — os silêncios a que se chamavam hesitações, faltas de afirmação e de ousadia, cumplicidade, traições — passou a ser motivo de orgulho e de exemplo a ser chamado discrição, tempo de reflexão, coragem, solidão do poder, fidelidade aos interesses nacionais.

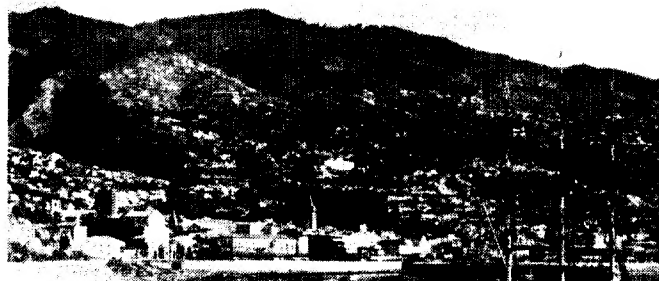
Em Portugal há um vício antigo que é o de valorizar, em política e não só, a esperteza «saloia». A tortuosidade, a capacidade de polémica escrita e oral, a conspiratividade e até o oportunismo, caro ou barato. A coragem, a directez, o respeito pelas regras do jogo e pelos ritmos humanos, são consideradas ingenuidade, idealismo, quando não incapacidade para a política. Nisto se baseou o PREC de 74/75 a que o 25 de Novembro pôs cabo, mas não havia, então regras claras de jogo. Nisto se baseou também, e

apesar das regras existentes, o PREC de direita que só agora acabou através da normalização dessa mesmas regras mas também, não esqueçamos, graças à persistência de Ramalho Eanes na lisura do cumprimento dos seus mandatos.

De facto, inesperadamente para muitos, sobretudo para aqueles que a levam a cabo, a revisão constitucional não deu a vitória a este ou àquele: antes clarificou o jogo e o discurso político, deu-lhes conteúdo, tirou a decisão política dos bastidores e pô-la no lugar certo. O PR pode reunir o Conselho de Estado sempre que achar necessário. Que ele o reúna ou não, o simples facto de o poder fazer modifica as relações institucionais e pessoais do poder e obriga a mudanças da actuação política e das falas dos políticos. Passa a ser, mais provável que a transparência das regras do jogo e do seu cumprimento, a ponderação dos interesses nacionais e o respeito pelas posições de todos, compensem. Passa também a ser mais provável que a irresponsabilidade política, não compense.

É evidente que isto funciona porque para PR foi eleito um homem que sabe obrigar às regras do jogo (e não, como dizem alguns comentadores políticos, porque Eanes tem sorte...), em Eanes, (ou outro com o seu tipo de prática) e com um Soares Carneiro ou quejandos, a clarificação seria palavra vã.

Esperemos pois que, neste momento da vida do País, os dirigentes do Partido Socialista o entendam, tirem a lição e escolham em consequência os seus aliados. Jaime Gama, apesar da idade, deve ser já, cego e surdo a tudo isto. Mas outros saberão ver e ouvir o que se passa no País orientando a actuação e as falas do PS para os interesses da comunidade nacional. Interesses que talvez então e curiosamente se venham a mostrar mais perto dos dirigentes do PS do que o contrário.



● Os centristas madeirenses consideraram «menos democrática» a posição da maioria social-democrata na Assembleia Regional de inviabilizar o seu projecto de estatuto de autonomia.

Em comunicado a Comissão Executiva Regional do CDS acusa o PSD de «manter em vigor um estatuto desactualizado e que não corresponde às legítimas aspirações autonómicas da população madeirense», posição que classifica de «retrograda».

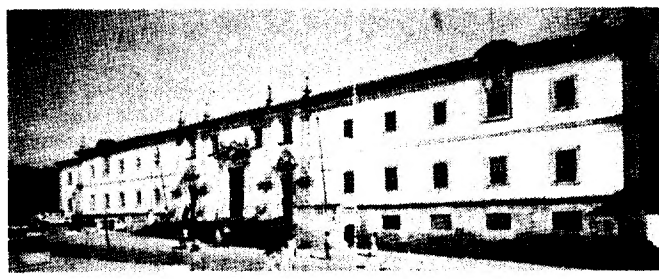
O CDS da Madeira salienta ainda que a iniciativa legislativa constitui «um direito fundamental e essencial de qualquer deputado para o exercício da função em que está investido por mandato popular».



● O presidente da Câmara Municipal de Trancoso, distrito da Guarda, Morgado Batista, anunciou o seu pedido de demissão daquele cargo.

A decisão segue-se à reunião da Assembleia municipal realizada no sábado, em que o centrista José Caramelo foi eleito presidente deste órgão, apesar de o Partido Social Democrata (PSD) possuir ali a maioria absoluta.

Para Morgado Batista, o facto de um elemento do Centro Democrático Social (CDS) ter sido eleito deveu-se a uma «coligação entre o PS, CDS e APU para eleger o presidente, com o apoio de votos do PSD».



● O ex-presidente da Câmara Municipal de Gouveia, Alípio de Melo, anunciou a sua demissão do Partido Socialista.

Alípio de Melo foi o mandatário no distrito da Guarda da recandidatura do general Ramalho Eanes e era militante do PS desde 1975.

As razões da demissão prendem-se, segundo referiu, com a actual situação no interior do Partido, especialmente após o congresso de 1981.

Em Março de 1982, Alípio de Melo subscreveu com outros militantes do distrito uma exposição endereçada ao secretário-geral, Mário Soares, sobre vários problemas internos do Partido.

síntese

O espírito da CNARPE

A dissolução da Assembleia da República — «decretada logo que o Governo e o Parlamento tenham dotado o País de medidas que considerem indispensáveis para a resolução de questões urgentes» — foi ontem à noite anunciada pelo Presidente Ramalho Eanes num longo discurso, transmitido pela Rádio e pela TV. A decisão não causou surpresa e, a meio da tarde, era já conhecida, depois de Belém ter efectuado contactos particulares com diversas personalidades dos mais variados quadrantes partidários, preparando-as para o impacto da comunicação presidencial. Desta forma, a Casa Civil do Presidente pretendia atalhar, por antecipação, as críticas que, previsivelmente, iam surgir, em especial da parte da Aliança Democrática. E elas não tardaram.

Durante a tarde, da Quinta da Marinha a Nafarros, reúnem os «Estados-Maiores» partidários e, pouco depois de terminada a intervenção do Presidente, já se conhecem as primeiras reacções. Vêm do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da UEDS, da UDP. Apenas o PSD tarda a divulgar a sua posição. Ela surge, finalmente, depois das 23 horas, oriunda da Quinta da Marinha onde a Comissão Permanente dos sociais-democratas reuniu com Balsemão, assistindo à intervenção televisiva do Presidente. E a mais dura das posições críticas até agora assumidas, dando de imediato o tom do que se prevê venha a ser a campanha eleitoral daquele partido: toda centrada na crítica a Ramalho Eanes, responsabilizando-o pelo fracasso dos dois Governos de Balsemão. Mas este foi, apenas, o primeiro alento dos grandes partidos.

Hoje, e amanhã, decorrem reuniões das cúpulas partidárias: Comissão Permanente e Comissão Política do PSD, Comissão Directiva do CDS, Comissão Política do CC do PCP (durante o dia de hoje) a Comissão Política do PS (provavelmente amanhã). As máquinas partidárias não podem, agora, perder tempo. Mantidas, desde há um mês, na expectativa da decisão do Presidente, não puderam movimentar-se. Oscilando entre a hipótese, sempre presente, de eleições antecipadas e a necessidade de Congressos clarificadores da vida interna (sobretudo nos casos do PS e do PSD), vêem-se agora na necessidade de arrancarem para um acto eleitoral, deixando, para melhor ocasião, a convocação dos órgãos máximos dos respectivos partidos.

A situação apresenta-se particularmente crítica para o PSD, que atravessa uma crise de liderança sem precedentes e onde se coloca na ordem do dia a continuação da presidência de Pinto Balsemão. Vão os sociais-democratas consentir que seja o Primeiro-Ministro demissionário a conduzi-los no próximo acto eleitoral, agora que a sua figura apresenta um desgaste enorme, produto, não só, da contestação no interior da formação social-democrata, como também das contundentes acusações lançadas por Ramalho Eanes, e para as quais os dirigentes daquele partido não encontraram melhor resposta do que... culpabilizarem o Presidente por ter aceite a segunda demissão de Balsemão? Para além do mais, parece improvável que Pinto Balsemão consiga esquivar-se à chefia do Governo de gestão, situação para que arrastou o VIII Governo constitucional com o seu pedido de demissão, em Dezembro último. A despeito de tudo isto, aguentar-se-á o Primeiro-Ministro demissionário na liderança dos sociais-democratas? Olhos esperançosos voltam-se, do interior daquele partido, para Coimbra, onde figuras como Mota Pinto e Barbosa de Melo continuam a «repousar em sossego». No entretanto, espera-se a convocação do Conselho Nacional — talvez feita ainda hoje — onde se prevê que Balsemão enfrente sérias dificuldades, porventura decisivas.

No seio dos outros grandes partidos, enquanto o PS mantém a aposta de formar o próximo Governo, continuando a receber os parceiros sociais e preparando um «gabinete ministerial sombra» pronto a caminhar para S. Bento já com um programa na bagagem, o CDS deita contas à vida. A AD, na prática, já não existe. Para além dos golpes mortais desferidos com a atitude de Pinto Balsemão e a saída de Freitas do Amaral, a Aliança, concebida para o tempo da legislatura que terminaria em 84, deve considerar-se extinta no momento (fins deste mês, princípios de Fevereiro) em que a legislatura cessar com a dissolução do Parlamento. Ressuscitá-la parece ser o objectivo de dirigentes como Basílio Horta — recorde-se a recente proposta nesse sentido formulada directamente a Balsemão —, curiosamente, ou talvez não, o mesmo político que futuroou uma descida abrupta dos centristas para percentagens abaixo dos 10 por cento. De qualquer modo, esta «nova AD», necessariamente diversa, na forma e no conteúdo, daquela que Sá Carneiro e Freitas do Amaral formaram em 79, não preocupa os socialistas que, na «onda espanhola», dão mostras de grande optimismo — pesem embora as rivalidades internas que questões como as da composição do «gabinete sombra», do seu Programa e da definição de uma política de alianças começam a suscitar.

Resta, nesta perspectiva partidária, lembrar o PCP, força dominante da APU. Com a dissolução do Parlamento, medida que de há muito vinham exigindo, os comunistas ganham alguns pontos. A aparente abertura do PS à esquerda, depois de uma abordagem promissora à CGTP-IN, fornece-lhes motivo sério de reflexão é fonte de alguma esperança. Como tudo isto se traduzirá, primeiro, nos resultados eleitorais, segundo, nos arranjos políticos pós-eleitorais, é a questão para que a Comissão Política do PCP não tem ainda resposta. Até porque, do outro lado, continua a liderança reforçada — agora, talvez, mais do que antes — de Mário Soares.

Daqui até à dissolução do Parlamento, muita água irá correr sobre a vida dos partidos. E, enquanto Belém movimenta peças para sustentar a ofensiva crítica já desencadeada, sobre todos os acontecimentos continuará a pairar aquilo a que José Rabaça, nas colunas do «DL», volta hoje, de novo, a chamar... «o espírito da CNARPE».

Eduardo Rebelo

O discurso de Ramalho Eanes É necessário refazer a confiança dos portugueses

Temos vivido, nas últimas semanas, numa situação de inesperada crise política que assume aspectos de especial gravidade.

A primeira manifestação dessa crise foi a apresentação do pedido de demissão do senhor Primeiro-Ministro.

Semelhante decisão é sempre motivo de justificada preocupação.

Porém, esse pedido de demissão surgiu quando ninguém ignorava o agravamento da crise económica, apesar das políticas de restrição e dos sacrifícios impostos a um grande número de portugueses.

A crise económica e as dificuldades políticas são motivo de séria inquietação.

Tanto uma como outras ameaçam a estabilidade social, impondo a todos os que se apresentam à escolha do eleitorado que ponderem, escrupulosamente, o modo como exercem as suas responsabilidades.

Quando se chega a este ponto, são exigidas decisões rigorosas, fundamentadas, suficientemente profundas, amplamente concertadas, para que sejam criadas condições de resposta a esses problemas graves.

Este é o quadro em que se insere e se justifica a decisão que depois de cuidada ponderação, considerei adequada face às dificuldades que temos de superar.

Não há decisões ideais, nem posições políticas infalíveis.

Apenas há decisões possíveis na medida dos meios existentes, e decisões justificadas em termos dos critérios escolhidos.

Em todas as minhas decisões sempre usei dois critérios essenciais: a defesa da democracia e a criação das condições políticas e sociais que permitam a recuperação económica.

Para que as razões concretas da minha decisão sejam, inteiramente compreendidas, é necessário ajuizar a evolução política e económica dos dois últimos anos.

Necessário se torna fazê-lo para que fique claro até que ponto esta decisão, tomada numa situação reconhecida e grave, é uma consequência do passado recente, mas também o modo que julgo mais adequado para evitar que o futuro imediato torne ainda mais difícil a superação das nossas dificuldades.

No que respeita à evolução política, distingo três fases neste período dos dois últimos anos.

A primeira fase, é aquela que se segue às eleições legislativas e presidenciais de 1980 e que termina com a apresentação do primeiro pedido de demissão do senhor Primeiro-Ministro, em Agosto de 1981.

Contrariando as previsões de críticos e de responsáveis políticos, respeitei inteiramente as indicações eleitorais, concedendo preferência ao entendimento e à concertação com o Governo e a maioria parlamentar, sempre que se verificavam diferenças de concepções políticas.

Como garanti na candidatura presidencial, a minha vitória não teve como consequência a dissolução do Parlamento nem a recusa de um Governo que fosse, solidamente apoiado pela maioria parlamentar, nem a criação de obstáculos deliberados à sua actuação.

Como devem estar recordados, não era essa a posição da Aliança Democrática e do seu candidato presidencial. Contrariamente à minha garantia, consideravam não só legítima, mas também necessária a dissolução do Parlamento, caso perdessem a maioria nas legislativas e viessem a ganhar as eleições presidenciais.

Porém, esta fase termina com

uma súbita crise no Governo, tendo o senhor Primeiro-Ministro apresentado a sua demissão por razões que foram invocadas como dizendo respeito ao maior partido da Aliança Democrática.

Não é meu entendimento que questões de índole partidária, sejam elas quais forem, justifiquem que se use o Governo e a posição de Primeiro-Ministro para lograr a sua resolução.

Não é nesse quadro de pressão, desta forma exercida sobre todos os portugueses, que se pode encontrar uma solução válida para problemas pessoais ou questões partidárias.

Apesar disso, aceitei uma nova investidura do Primeiro-Ministro, indicado pela Aliança Democrática, porque considerei que não estavam esgotadas as potencialidades políticas da maioria parlamentar e porque se anunciava a sua disposição de realizar reformas de fundo, no campo da política económica e na formação de entendimentos para a revisão constitucional.

Inicia-se, assim, uma segunda fase que termina com a aprovação da Lei de Defesa Nacional, depois de revista a Constituição.

Foi esta uma fase de intenso debate, marcada por algumas situações de conflito.

Não a recusei com a dissolução do Parlamento porque considero que a vida democrática exige esse confronto de concepções. Não a interrompi porque estavam em debate questões essenciais para o nosso futuro.

Só assim podem os portugueses compreender o sentido das alternativas existentes na nossa vida política.

Só assim podem os dirigentes políticos assumir sem os disfarces da unanimidade ou do silêncio, a inteira responsabilidade pelas suas decisões.

Por isso foram, pela minha

parte, proporcionadas as condições para que o Governo actuasse e para que o Parlamento decidisse os termos da revisão constitucional, com plena consciência do que estava em causa.

Tendo em conta as declarações políticas então proferidas pelos dirigentes da Aliança Democrática, ficaram, assim, criadas as condições por eles desejadas para a execução das suas políticas de reformas, designadamente, por meio da revisão constitucional e da aprovação da legislação complementar.

Um Governo sem obstáculos

Os poderes do Presidente da República foram diminuídos ou condicionados, a supremacia da maioria parlamentar estava assegurada, o Conselho da Revolução estava extinto, a lei da Defesa Nacional garantia a subordinação da instituição militar ao Governo.

Seria, portanto, de esperar que se seguisse o desenvolvimento natural de uma terceira fase na nossa evolução política, que nascia da exposição e desenvolvimento das propostas da Aliança Democrática.

Esta precisão é súbita e inesperadamente desmentida pela actual crise que se mostra muito mais grave do que todas as anteriores perturbações.

Por um lado, surge uma crise política, desencadeada pelo Primeiro-Ministro e da responsabilidade da Aliança Democrática quando tinham ao seu alcance todos os instrumentos que diziam necessitar.

Por outro lado, essa crise política inesperada surge quando se tornam imperativas medidas corajosas de política económica.

De facto, a evolução económica não apresenta, infelizmente, suficientes sinais positivos ao longo destes dois anos.

Pelo contrário, a evolução positiva verificada em 1978 e 1979 não é retomada nas eleições de 1980.

A necessidade imperativa de construir um largo consenso social sobre as medidas de política económica que se impunham não chegou a traduzir-se em resultados suficientes, apesar de considerada objectivo prioritário a nível governativo.

A crise económica internacional não oferece sinais de optimismo, confirmando, de facto, que no plano interno é indispensável realizar uma negociação séria e justa para que se compreendam os sacrifícios que se exigem.

A evolução económica vem demonstrar, para quem ainda tivesse dúvidas, que só um poder político prestigiado pelas medidas que toma e respeitado pelos valores que defende, tem condições para orientar a sociedade nestes tempos difíceis.

É neste quadro de dificuldades económicas e políticas que se insere a crise actual interrompendo o que seria a terceira fase desta legislatura.

Sem que nada o fizesse prever, o senhor Primeiro-Ministro apresenta-me o seu pedido de demissão.

Sendo o principal dirigente de uma coligação maioritária, exercendo a responsabilidade governativa máxima, aceitei esse pedido na disposição de admitir uma nova solução governativa proposta pela Aliança Democrática.

Coloquei, como é meu dever, duas condições: que essa solução fosse definida rapidamente, para não agravar as condições económicas, e que essa solução fosse sólida, para que novas crises inesperadas não viessem interromper os programas políticos a serem apresentados.

Contudo, nenhuma destas condições poderia ter em conta o que, depois, se iria passar.

Para mim, é um processo político surpreendente.

O senhor Primeiro-Ministro justifica publicamente o seu pedido de demissão com a necessidade de se dedicar ao seu partido e invoca indiscriminadas traições com origem na maioria parlamentar.

Um dirigente fundador da Aliança Democrática, e presidente de um partido da coligação governamental, abandona todas as suas funções políticas, expressando o seu desacordo com os acontecimentos ocorridos no seio da coligação, e manifestando pouca convicção nas possibilidades que a fórmula governativa apresentada poderia dar à resolução dos problemas nacionais.

A construção de uma solução governativa foi, nessas condições, um processo complexo que não será, por certo, entendido como um exemplo do que devem ser as relações democráticas e que, desde logo, lhe terá retirado a credibilidade necessária ao prestígio político.

Em conclusão, verificou-se uma alteração essencial do quadro político tanto no que diz respeito à imagem pública das relações no âmbito da maioria parlamentar, como não se cumpriram as exigências de solidez política essenciais a um poder político prestigiado e socialmente aceite, capaz de resolver as questões que se colocam na vida nacional e no plano externo.

É certo que não há nenhuma prova formal de que tenha sido rompido o acordo político entre os dois principais partidos que formam a Aliança Democrática.

A legitimidade

É certo que qualquer solução governativa que esta coligação proponha tem a legitimidade

formal que lhe é assegurada pelo apoio da maioria parlamentar.

Porém, no quadro constitucional português, mesmo depois de revisto, essa legitimidade assegurada pela votação parlamentar não é suficiente para dar legitimidade política a um Governo.

A legitimidade política de um Governo necessita também que o Presidente da República, no qual vincula a sua concepção política e a sua própria legitimidade, a qual lhe foi conferida pelo eleitorado.

Nestas circunstâncias nenhuma solução governativa pode dispensar o juízo que sobre ela o Presidente da República tem de fazer.

Da apreciação que faço da nossa vida política, concluo que é necessário refazer a confiança dos portugueses não só na capacidade dos nossos dirigentes políticos, mas também na limpeza e na transparência dos processos que usam para defender as suas concepções.

Da apreciação dos problemas económicos retiro a indicação, muito nítida de que só um poder político prestigiado pode orientar os portugueses nestes tempos de dificuldade, que continuarão a fazer sentir os seus efeitos no futuro.

Creio ter a obrigação de recordar também precedentes políticos que certamente não podem ter sido esquecidos por todos os que tiveram alguma interferência na presente crise.

Ao dissolver o Parlamento em 1979 para que se realizassem eleições intercalares, existia uma maioria na Assembleia da República disposta a formar Governo e que se opunha à dissolução.

No entanto, não considerei que uma solução governativa apoiada nessa maioria, resultante da cisão de um grupo parlamentar, pudesse contribuir para a transparência dos processos democráticos.

Comparando as situações, terei de concluir que são mais fortes agora as razões justificativas da dissolução do Parlamento.

E acresce, no presente, a vantagem política considerada de próximas eleições não serem intercalares, por um período curto, mas serem, antes, eleições que iniciam uma nova legislatura de mais 4 anos.

Não estão em causa agora, como não estavam em causa em 1979, pessoas e as suas capacidades.

Para mim, não está em causa a pessoa do professor Vítor Crespo, nem a sua dedicação à resolução dos nossos problemas.

Não é nesse plano que se localiza a minha apreciação sobre a fórmula governativa que foi apresentada pela Aliança Democrática para resolver a presente crise que abriu por sua exclusividade responsabilidade.

O que está em causa é o exame das condições políticas de que dispõem para poder actuar e para poder orientar o País neste período difícil.

Não quis chegar a uma conclusão sem ter procedido a todas as consultas constitucionais, sem ter recolhido todos os dados que pudessem auxiliar a ponderação dos custos de cada opção, sem ter ouvido e analisado todas as razões apresentadas para justificar uma escolha entre as restritas possibilidades que a situação oferecia.

De todos os argumentos apresentados, duas conclusões essenciais são bem claras.

É necessário defender a transparência das atitudes e das relações democráticas, sem o que estaremos a entrar numa nova fase onde as regras nor-

Continua na pág. 6



Reacções dos partidos à marcação de eleições

“Uma lufada de ar fresco num ambiente político poluído”

Entre a «discordância total» do PSD e o apoio mais ou menos entusiasta dos partidos da Oposição, as reacções dos partidos não se fizeram esperar ao discurso do Presidente da República que decidiu a marcação de eleições.

«Completa discordância e total oposição no plano político» — assim principia a Comissão Permanente do PSD. Os dirigentes sociais-democratas reuniram-se ontem, à noite, em casa do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão.

O PSD considera que o facto de o Presidente Eanes ter aceitado, em 1981, o oitavo governo comprova que «os acontecimentos internos de natureza partidária» nunca constituíram «motivo de válida objecção oponível à legitimidade e juízo de consistência política do Governo da maioria parlamentar».

«As alterações da composição do Governo da própria maioria são legítimas e nunca foram consideradas anormais em qualquer regime pluralista», acrescenta o texto, de 18 páginas manuscritas.

O comunicado recorda que «a solução proposta foi, formalmente, submetida ao Presidente da República dentro do prazo por ele sugerido e precedida de conversações interpartidárias que culminaram com a cimeira da AD de 13 de Janeiro».

Nesta cimeira, evidenciou-se «o compromisso de um prosseguimento renovado do projecto da AD» e estabeleceu-se «o conjunto de garantias que ao nível da coligação se afiguravam indispensáveis para o efeito» — diz o comunicado.

«A decisão presidencial vai também ao arrepio daquilo que ainda recentemente o Presidente da República declarou, em resposta a pretensões da Oposição, centradas na dissolução da Assembleia da República» — afirma o texto.

«Disse então o Presidente da República — continua — que não encarária como oportuna e legítima essa decisão, enquanto se não prefigurassem no horizonte político, soluções consubstanciadoras de novas maiorias parlamentares pós-eleitorais.»

«É manifestamente contraditório que o Presidente da República impute ao pedido de demissão do actual Primeiro-Ministro a casualidade essencial da situação e a responsabilização pela não adopção oportuna de medidas económicas urgentes, quando é certo que o próprio PR se aprestou a aceitar o pedido de demissão do Primeiro-Ministro sem lhe suscitar qualquer óbice. É patentemente, incoerente a proclamação da necessidade de um poder político prestigioso, capaz de responder à crise, quando na altura oportuna o próprio PR não analisou, com comportamentos positivos e claros, as propostas de reformas estruturais apresentadas pelos governos AD», diz o texto.

A Comissão Permanente agradece, publicamente, a Vitor Crespo a «disponibilidade patriótica» que revelou ao longo do processo de formação do nono governo.

PS: apoio a Eanes aviso ao Governo

O Partido Socialista emitiu, de imediato, um comunicado de

apoio à decisão do Presidente Eanes de dissolver o Parlamento e advertiu o Governo da «responsabilidade gravíssima» que seria uma «deserção do Primeiro-Ministro» ou qualquer outro membro do Executivo.

«A decisão do Presidente da República confirma a decisão que o PS preconizou.» Constitui «uma opção séria e grave» e «justifica um reforço do empenhamento de todos os portugueses, de todos os partidos.»

A Pinto Balsemão, diz o documento, «faltou sentido de Estado, designadamente, ao demitir-se sem ter assegurado, previamente, a aprovação do Orçamento», e sublinha que com eventual «deserção» estaria a «fugir, permanentemente, às suas responsabilidades». Para os socialistas, a dissolução da AR «devolve a palavra ao povo português e repudia expedientes dilatórios em que os portugueses não poderiam depositar qualquer esperança».

A dissolução constitui, diz a Comissão Permanente do PS, a «consequência lógica da irresponsabilidade da AD, do descredito do seu Governo e sobretudo do Primeiro-Ministro».

O partido «dirige a todos os portugueses um apelo à serenidade e à reflexão, na certeza de que as instituições democráticas continuarão a assegurar a nor-

malidade constitucional até às próximas eleições».

PCP: «vitória da democracia»

«Uma importante vitória da democracia» a decisão presidencial de dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas — declarou um porta-voz da Secção de Informação e Propaganda do PCP. Disse, no entanto, ser «preocupante a hipótese de as eleições legislativas poderem vir a realizar-se, mantendo em funções o demitido Governo Balsemão».

Adiantou que, para uma apreciação mais aprofundada da nova situação política resultante da decisão anunciada pelo Presidente da República, reúne-se, hoje, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista.

«A decisão presidencial — salientou o porta-voz do PCP — vai ao encontro de aspirações e reclamações de há muito expressas pelo povo português.»

CDS e PPM: texto em análise

O CDS optou por uma discreta oposição ao discurso do Presidente da República. Ribeiro e Castro, porta-voz dos democratas-cristãos, limitou-se a afirmar: «Em minha convicção, é maior a crise que o Presidente veio abrir do que a crise que não resolveu». Ribeiro e Castro adiantou que a posição oficial do CDS apenas será tomada ao longo do dia de hoje, após a reunião da Comissão Directiva.

Quanto ao PPM, o arq. Ribeiro Telles classificou o discurso do Presidente Ramalho Eanes como «bastante complexo» que

precisava de uma análise mais concreta e «colocá-lo face ao texto constitucional». O arq. Ribeiro Telles aguarda, também, «explicações posteriores por parte do Presidente da República».

ASDI, UEDS, MDP/CDE e UDP

Os pequenos partidos — todos da Oposição — com assento na Assembleia da República, emitiram também as suas posições face à dissolução da Assembleia da República.

Reacções, naturalmente, favoráveis à marcação de eleições antecipadas.

Assim, o Secretariado Executivo da UEDS manifesta a sua satisfação pela dissolução da Assembleia, mas pensa que as eleições se deveriam seguir imediatamente. Assim a solução adoptada «não se afigura a mais correcta», para a UEDS. E prossegue: «Ao remeter para a Assembleia da República a resolução de questões reputadas de urgentes, o Presidente da República acaba de alijar o Governo AD de responsabilidades que lhe cabem, transferindo para outro órgão de soberania em condições que tendem a co-responsabilizar a oposição na solução de problemas a que é totalmente alheia e que só a AD provocou».

O texto sublinha que o facto de Eanes responsabilizar o Parlamento «por medidas de carácter inadiável significa, na prática, exigir que a Oposição assumia a solução de problemas que não criou e que não são da sua responsabilidade».

«Uma lufada de ar fresco num

ambiente político demasiado poluído» — afirma por outro lado a ASDI. Recordando, que vinham exigido há muito eleições, a ASDI espera que «o Governo Balsemão cumpra as últimas responsabilidades que lhe assistem, deixando aprovado o Orçamento Geral do Estado».

Comunicação Social exige-se isenção

A isenção da Comunicação Social foi exigida pelo MDP/CDE no comunicado em que apoia a decisão do Presidente da República. Decisão essa que — diz o MDP/CDE — «corresponde inteiramente à exigência nacional que, com largo consenso, vinha sendo feita». A proximidade do acto eleitoral não deixa de preocupar o MDP/CDE pela actual situação que se vive na Comunicação Social estatizada. O Ministério da Administração Interna também deverá dar — lembra o comunicado — garantias de isenção.

Por último, a UDP considerou que «o Presidente da República teve de recuar, colando-se à última hora, à exigência popular e democrática de convocação de eleições».

A UDP avança várias reivindicações que considera urgentes e que incluem a saída da AD do Governo, a revogação do aumento dos preços e ainda o pagamento imediato dos salários em atraso.

Apela ainda aos trabalhadores para que se preparem para recorrer à greve geral a fim de «impôr a vontade popular e garantir a derrota esmagadora da direita nas próximas eleições».

Os “LARANJAS” VOLVO

Esclarecimento Público

AUTO SUECO, LDA., agentes gerais em Portugal da AB VOLVO, de Gothenburg-Suécia, fabricante das reputadas viaturas da mesma marca, tem assistido, serenamente, ao desenrolar de uma campanha tendenciosa a respeito do comportamento dos autocarros “LARANJAS”, ao serviço da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA e da RODOVIÁRIA NACIONAL.

Sem desejar entrar em polémica, com quem quer que seja, e apenas para esclarecimento público, a quem tantas omissões da verdade e deturpações dos factos podem perturbar psicologicamente, a Gerência da AUTO SUECO, LDA., vem informar:

1) A fábrica AB VOLVO exporta para todos os continentes material de transporte considerado entre o mais robusto e seguro que se fabrica.

Em Portugal o material “VOLVO” tem vindo a ser importado, desde há meio século, em quantidades sempre crescentes e desde há bastante tempo que a marca “VOLVO” conquistou no nosso País o primeiro lugar na venda de autocarros e veículos pesados.

2) O principal mercado de autocarros “VOLVO” é, por natureza, a Escandinávia, onde o controlo de funcionamento e segurança de todos os veículos, e em especial daqueles que se destinam ao serviço público, é extremamente severo, com vistorias minuciosas e obrigatórias de seis em seis meses.

3) Circula em várias cidades do Mundo, sem quaisquer anomalias, um elevado número de autocarros “VOLVO”, construídos sobre chassis desta marca, modelos B 59 e B 10R, ou seja, iguais em modelo e equipamento àqueles que circulam em Lisboa e nos seus arredores.

4) Não é verdade que tenha alguma vez sido detectada qualquer deficiência técnica ou de funcionamento, nos muitos e variados inquéritos a que a Administração Pública tem mandado proceder.

Se alguma anomalia, eventualmente, tivesse sido descoberta no funcionamento de qualquer órgão mecânico dos autocarros, desde que principiaram a entrar em circulação em Portugal, há sete anos a esta parte, com certeza que teria sido fácil corrigi-la, no interesse de todas as partes. A verdade, porém, é que nenhum defeito foi encontrado, embora as investigações, por parte de especialistas nacionais e estrangeiros, tenham sido longas e meticolosas.

5) Não é verdade que a condução dos autocarros em questão careça de quaisquer qualificações excepcionais dos profissionais que os conduzem. Apenas, e só, estes necessitam de ser devidamente treinados no modo de operar com os mesmos.

É natural que a introdução de caixas de velocidades, completamente automáticas, especiais para autocarros urbanos, e de tecnologia actualizada, com as quais estas viaturas foram encomendadas (e a nosso ver muito bem) tenham originado certas dificuldades aos condutores, há muitos anos habituados às caixas semi-automáticas dos autocarros antigos.

6) Observe-se por exemplo, a significativa diminuição de acidentes verificada na frota da Companhia Carris, de acordo com as estatísticas que fez publicar em devido tempo na imprensa, desde que aquela Empresa se empenhou mais profundamente numa campanha de segurança e prevenção, nomeadamente na melhoria da formação profissional dos seus motoristas.

7) É absolutamente humano que, por reflexo natural de defesa, os motoristas envolvidos em acidentes, procurem minimizar responsabilidades atribuindo a factores mecânicos a causa de tais acidentes. Só não será certo que alguns jornalistas e elementos de outros órgãos da comunicação social, sem o mínimo de cuidado deontológico, transmitam notícias baseadas em declarações obtidas daqueles, logo após os desastres, e consequentemente sob forte carga emocional, sem procurarem obter informações simultâneas dos técnicos das empresas a que as viaturas pertencem, sobre as possíveis origens de tais acidentes.

Por outro lado, a divulgação das conclusões dos inquéritos ou são simplesmente omitidas, ou não merecem mais do que meia-dúzia de linhas, em contraste com o tratamento sensacionalista que é dado à notícia do mais pequeno acidente. Veja-se o caso recentemente acontecido com um autocarro na Pontinha e que resultou, infelizmente, na morte de duas crianças. Poucos foram os jornais que informaram, e os que o fizeram sem o devido relevo, que de acordo com o relatório preliminar, a Rodoviária Nacional concluiu não ter havido qualquer anomalia mecânica e que o acidente foi devido a um erro de condução.

Criou-se a psicose dos “LARANJAS” para alimentar as manchetes de certa imprensa e transformaram-se aqueles em bodes expiatórios. A distração de um motorista, um erro de cálculo, a falta de cuidado, a velocidade excessiva, a possível imperícia, pavimento com má aderência, o cansaço de conduzir numa cidade com más condições de tráfego, etc., etc., raramente são considerados como factores potenciadores de acidentes. Inventaram-se os “LARANJAS” para justificar todos os erros. Eles sim, são os culpados de tudo. Nem vale a pena esperar pelas conclusões dos inquéritos e atribui-se-lhes desde logo as culpas.

Porque será que certos jornalistas nunca se interrogaram sobre as razões por que tais acidentes não acontecem em outras cidades do Mundo onde circulam autocarros da mesma marca e modelos?

Quando se põe em dúvida se os “LARANJAS” serão adequados às condições de tráfego de Lisboa, querer-se-á passar um atestado de menoridade profissional às capacidades dos nossos motoristas?

8) De salientar que a totalidade das viaturas envolvidas nos acidentes verificados por alegada aceleração intempestiva, ou outras deficiências, tem regressado às suas estações de recolha com todos os órgãos mecânicos, antes apontados como responsáveis pelos acidentes, em estado de perfeito funcionamento.

9) Esclarece-se também que, após intensivas e cuidadosas investigações de uma comissão internacional, chefiada por um antigo vice-presidente da U.I.T.P. (UNIÃO INTERNACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS), composta por elementos independentes e por um técnico altamente qualificado da Fábrica “VOLVO”, apenas foram propostas medidas destinadas a procurar evitar que por distração ou manuseamento errado do equipamento de condução dos veículos, se produzissem acidentes.

Todavia nenhuma alteração técnica foi proposta, tendo-se confirmado a inexistência de quaisquer deficiências.

10) Considera-se normal que os Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores respectivos procurem defender os seus associados e colegas, das acusações de culpabilidade que, porventura, lhes possam ser assacadas nos acidentes em que se viram envolvidos. Terão, porém, muitas formas de o fazer, sem serem o eco de afirmações que não correspondem à realidade dos factos.

11) Finalmente, a AUTO-SUECO, LDA. deplora muito profundamente a significativa série de acidentes que se têm registado, mas reafirma que até agora não tem sido quaisquer deficiências técnicas que têm estado na origem dos mesmos, e espera que, rapidamente, tais acontecimentos se possam evitar, pese embora a inevitabilidade de acidentes de tráfego, que ocorrem em toda a parte do mundo, e as centenas de veículos dos modelos em questão que circulam na Capital, que excedem em muito, proporcionalmente, os de outras marcas congêneres, utilizadas nos transportes urbanos ou suburbanos da cidade de Lisboa.

Porto, 21 de Janeiro de 1983

A GERÊNCIA

Eanes fartou-se da AD

Eanes não se limitou a dissolver a Assembleia da República e a provocar novas eleições legislativas. Ele organizou igualmente um volumoso «dossier» contra a AD, e a sua comunicação tem, no conjunto, o sabor de um vigoroso libelo acusatório. Além disso, a sua invocação das condições e perspectivas abertas com a gestão dos negócios públicos em 1978 e 1979, e a sua afirmação de que estas não foram desenhadas após as eleições de 1980, constituem um ramo de flores atirado ao PS, que Mário Soares não deixará de receber de braços abertos.

Que novo equilíbrio político sairá destas próximas Legislativas antecipadas? Se já era claro que o PSD de Pinto Balsemão perdeu todo o interesse em manter com o CDS uma aliança com incidências eleitorais, esse «fim da AD» parece agora tornar-se, depois da comunicação de Eanes, inteiramente inevitável. O PSD tem à sua frente a possibilidade de jogar tudo por tudo em eleições, tentando desesperadamente manter a sua imagem de «maior partido» português, ou conseguindo, apesar do desastre da governação AD, um honroso segundo lugar atrás dos socialistas — na hipótese de se vir a verificar a massificação do «voto útil» no PS. «Voto útil» no PS foi já, à sua maneira, a comunicação de Eanes: não a decisão de dissolução propriamente dita, que para Mário Soares ocorre talvez um pouco cedo de mais, mas todos os considerandos que a ela conduziram, no discurso do Presidente.

A verificar-se esta possibilidade — uma espanhização matizada do xadrez político nacional, sem «esmagamento» do PSD, o próximo Governo, que desde já se vislumbra, resultaria provavelmente de um entendimento PS/PSD, em que seriam os socialistas a «dar as cartas». Essa solução teria inclusivamente a seu favor o facto de ser «a solução que ainda não foi testada», e daria forma àquilo que, sem Sá Carneiro, parecia possível mais cedo: o entendimento entre duas modalidades históricas da social-democracia.

Restam justificadas dúvidas sobre se é esta a solução que Eanes deseja: em boa parte, a resposta a esta pergunta será dada pelo aparecimento, ou não, neste meio-tempo que vai até às eleições antecipadas, do novo partido que já estaria pronto para «arrancar», e sobre o qual toda a gente parece saber que ele teria o Presidente da República como referência dilecta. Se, face ao que restará da AD após a presente crise e o discurso de ontem de Eanes, e face a um PS que não está certo de atingir o «efeito PSOE», aparecer uma nova formação «em nada hostil» ao Presidente da República, e reclamando-se do socialismo democrático, então poderemos estar certos de que Eanes não desejou a concertação do PS/PSD.

João Mendes

Parceiros sociais pronunciam-se

ACGTP-Intersindical considerou ontem acertada a decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas.

Trata-se de «um discurso sério, de acordo com a dignidade do cargo do senhor Presidente da República e com uma transparência democrática incontestável», salienta uma nota do departamento de Informação da CGTP-IN.

A decisão presidencial «vem ao encontro da vontade e da luta dos trabalhadores e era indispensável para se encontrar uma solução política adequada aos interesses nacionais» — salienta a nota.

A CGTP-IN frisa ainda estar «alcançados os objectivos essenciais que nos propusemos há longo tempo. O esforço de meses e meses de constantes e duras lutas». E à laia da conclusão: «Valeu a pena».

UGT: Governo forte

A UGT «encara com muita esperança o novo acto eleitoral e espera que dele resulte uma maioria parlamentar correspondente à maioria que actualmente constitui a base social» — destaca central, disse ontem à ANOP o dirigente António Cabecinha.

Este social-democrata do Secretariado da UGT referiu que as novas eleições devem dar origem a «um Governo forte» que

«inicie um diálogo e uma negociação com os parceiros sociais para realizar um novo pacto social».

«A solução apresentada ontem pelo Presidente da República vem de harmonia com o que a UGT vem reclamando», sublinhou António Cabecinha.

CIP: decisão amanhã

Num contacto esta manhã estabelecido com a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), o «DL» apurou que a Confederação vai realizar amanhã uma conferência de Imprensa, onde «possivelmente» tomará posição sobre o discurso do Presidente da República.

AIP: novo consenso

O presidente da Associação Industrial Portuguesa, Jorge Ferreirinha, concorda com a decisão tomada pelo Presidente da República de dissolver o Parlamento e convocar eleições.

«A situação política tão degradada e indefinição de ser clarificada, o que só é possível com eleições» — acrescentou.

Jorge Ferreirinha, que falava como industrial e a título pessoal, adiantou que «é necessário um novo consenso, uma nova maioria ou qualquer outra coisa muito clara para que os industriais, e

todos os portugueses, saibam as regras do jogo para os próximos quatro anos».

«A decisão do Presidente da República tem custos elevados, os próximos meses serão muito difíceis, mas a outra alternativa era demasiado frágil e muito mais onerosa» — disse.

CAP: reunião amanhã

A direcção da Confederação de Agricultores de Portugal (CAP) reúne na terça-feira e «possivelmente tomará posição pública sobre o discurso de Eanes», disse hoje à ANOP José Manuel Casqueiro.

O secretário-geral da CAP disse que, «pessoalmente, não faz quaisquer comentários» à decisão do Presidente da República em dissolver a Assembleia e convocar eleições gerais antecipadas.

CCP: decisão previsível

O dirigente da Confederação do Comércio Português, José Alves Barata, disse ontem à ANOP que «uma decisão da gravidade da que o Presidente da República tomou era previsível pela Confederação».

Embora insistindo em que falava em nome pessoal, na qualidade de empresário, Alves Barata disse que o discurso presidencial «requer uma reflexão madura para se ponderar as

consequências da sua decisão».

Acrescentou que a Comissão Executiva da CCP se reúne hoje para analisar a situação política e as implicações que a tomada de posição de Eanes terá sobre a vida económica e social portuguesa e que, se o entender, emitirá comunicado sobre as conclusões.

AIP: reunião extraordinária

O presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) disse que só depois de uma leitura atenta poderá comentar o discurso do Presidente da República.

Sobre a dissolução do Parlamento e convocação de eleições antecipadas, Alexandre Vaz Pinto referiu que «estava nas mãos dele (Presidente da República) decidir assim, como poderia decidir de outra maneira».

Por seu turno, o presidente da direcção da AIP disse ter convocado uma reunião extraordinária para esta manhã, a fim de analisar o discurso presidencial.

Os 11 membros da direcção da AIP vão apreciar as repercussões da decisão de Ramalho Eanes em dissolver a Assembleia e convocar eleições antecipadas, face à situação político-económica portuguesa.

No final da reunião, disse Rocha de Matos, poderá ser emitido um comunicado sobre as conclusões.

Telefones não pararam em Belém

O Palácio de Belém recebeu durante a noite de ontem «talvez não milhares, mas centenas de chamadas de populares manifestando regozijo» pelo discurso do Presidente da República — confirmou esta manhã o «DL» junto dos funcionários da Presidência da República. Tal como referiu durante a noite a agência Anop, num dos seus telegramas, «as campainhas não pararam» e «não há memória de semelhante reacção por parte do público», confirmou ainda o «DL» junto do Palácio de Belém. Segundo referia a agência noticiosa, com base em afirmações de funcionários da Presidência, «apenas três ou quatro chamadas manifestavam discordância em relação ao discurso do Presidente da República».

Nova esperança dá festa em Vizela

Mal foi conhecida a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento, a festa tomou conta da zona central da vila de Vizela. Não faltaram tambores e o champagne escorreu a rios.

«Vizela é assim/tudo até ao fim» — foi o grito que se ouvia, prolongando-se pela madrugada dentro, com centenas de pessoas em festa. A razão é simples: com outro xadrez parlamentar uma nova esperança reflete aos olhos dos vizelenses, que dizem não desistir do desejo de ver transformada a vila em concelho. «Há uma nova expectativa» — disse, esta manhã, ao «DL», Manuel Campeios, secretário-geral do Movimento para a Restauração do Concelho de Vizela.

O discurso de Ramalho Eanes

Defender a democracia recuperar a economia

Continuação da pág. 4

mais da responsabilidade democrática poderão ser violadas sem que ninguém assuma os custos dessas posições.

E, em segundo lugar, é necessário criar as condições para que um Poder político prestigiado possa desenvolver, com estabilidade e com aceitação social, as políticas de recuperação económica.

A dissolução

Nestes termos, concluo que a decisão mais adequada aos interesses do País é a dissolução do Parlamento.

Essa dissolução será decretada logo que o Governo e o Parlamento tenham dotado o País das medidas que considerem indispensáveis para a resolução de questões urgentes que possam vir a surgir neste período. Para isso lhes concederei o tempo necessário.

Em qualquer caso, o decreto de dissolução será assinado de modo a que as eleições se realizem com a maior brevidade possível.

Neste período que nos separa da realização dessas eleições, será respeitado estritamente o que a Constituição determina nestas circunstâncias que, como é natural, estão cuidadosamente regulamentadas na nossa lei fundamental.

É uma decisão que certamente virá a ser contestada. O mesmo aconteceu quando tomei decisão idêntica em 1979.

Esse é o sinal de que vivemos em liberdade e é a prova de que cada responsável político assume todas as suas obrigações perante os portugueses.

No nosso sistema constitucional a responsabilidade do Presidente da República não seria exercida se abdicasse do juízo político essencial que tem de fazer sobre a solidez de um Governo e sobre a transparência das atitudes.

Aliás, a existência de uma maioria parlamentar só é, em princípio, um impedimento à dissolução do Parlamento nos re-

gimes democráticos organizados em sistema parlamentarista.

Só nesses casos que não se ajustam à Constituição portuguesa, a dissolução do Parlamento é uma decisão que compete à maioria parlamentar.

Por outro lado, devemos ter em conta que os períodos eleitorais são as oportunidades adequadas para os partidos clarificar as suas opções e as suas concepções, em estreito contacto com o eleitorado.

Perante as nossas dificuldades económicas, um longo período eleitoral ou um longo processo de clarificação de situações partidárias poderiam ter consequências irreparáveis.

Se é verdade que a dissolução do Parlamento e a realização de eleições agravam, no curto prazo, a incerteza dos agentes económicos, e a falta de meios de política económica, não é menos verdade que o adiamento das questões políticas ou um longo período de instabilidade partidária, teriam consequências ainda mais graves.

Não existe nada que garanta que esse adiamento viesse finalmente a permitir, agora, o que não se quis ou pôde fazer em condições políticas favoráveis.

As dificuldades económicas, porque são graves, exigem a clarificação política.

Não perder a noção do futuro

Só com a transparência das situações democráticas podemos ter a esperança de conseguir o empenhamento de todos os portugueses no esforço conjunto de resposta aos problemas económicos.

Em suma, o único adiamento admissível é aquele que é imposto pelas regras que regulamentam os períodos eleitorais.

Por tudo isto, importa que fique claro que ao dissolver o Parlamento não decido contra ninguém nem a favor de ninguém.

Decido pelo que entendo ser a conveniência dos portugueses e da sua democracia.

Não está pois em causa, na minha decisão, um juízo sobre as concepções políticas que se de-

batem, através dos partidos, na sociedade portuguesa.

Não está em causa, sequer, um juízo sobre a validade da concepção política que mereceu, na sua forma originária o voto maioritário dos eleitores.

O que foi posto em dúvida, pelas próprias acções da actual maioria parlamentar, perante os portugueses e perante as instituições responsáveis pelas apreciações políticas, é a sua relação com a sua forma originária e a capacidade para, nas actuais circunstâncias, congregar as vontades dos portugueses de forma a poderem gerir, de modo eficaz e pleno, os interesses nacionais.

As decisões políticas, com a gravidade daquela que acabei de vos anunciar, não se devem justificar apenas porque se tornam necessárias numa determinada situação.

As decisões políticas não se podem limitar à apreciação do presente.

As decisões políticas não podem perder a noção do futuro.

Nesta perspectiva, a situação actual, apesar da sua indiscutível gravidade, apresenta importantes elementos que podem favorecer, se todos quisermos entender e aproveitar, um futuro de efectiva colaboração e estabilidade políticas.

Em primeiro lugar, todas as correntes políticas significativas reconhecem a necessidade de se encontrarem soluções maioritárias de Governo, quaisquer que venham a ser os resultados eleitorais.

Este é um contributo importante para um futuro político diferente e tem a sua origem nos ensinamentos que o passado nos oferece.

Em segundo lugar, terá ficado provado, pela experiência dos últimos anos, que não há justificação democrática para que se enverede por relações de conflito institucional.

As instituições democráticas legitimadas pelo voto estão vinculadas a uma relação política de solidariedade exactamente porque têm de considerar que o poder lhes foi entregue pelo

mesmo eleitorado, com a obrigação estrita de encontrarem o espaço de consenso no cumprimento das suas competências.

Qualquer que seja o resultado eleitoral das próximas eleições, este é um ensinamento da experiência que, estou certo, não será esquecido.

Em terceiro lugar, a crise económica exige a todos os responsáveis políticos a criação de condições que permitam e justifiquem o compromisso colectivo.

Isso só será possível se a solidariedade, a justiça e a negociação responsável estiverem asseguradas, comprovadas em cada momento e, sobretudo, publicamente reconhecidas na experiência concreta dos cidadãos.

Também por esta razão, os tempos próximos não aconselham a radicalização de posições, o isolamento de posições exclusivistas, a defesa ou a imposição das desigualdades.

Finalmente, os últimos anos terão comprovado que a autoridade democrática não se limita ao exercício do poder por uma maioria.

A existência de uma maioria é uma condição favorável para o exercício do poder.

Mas para que esse poder seja aceite e reconhecido como democrático, é necessário que mostre respeito por todas as indicações eleitorais, todas as expressões da vontade social.

A autoridade democrática impõe-se pela qualidade do que se propõe, pela aceitação social que sabe construir.

A autoridade democrática só existe quando o poder político é prestigiado, como sempre deve ser em democracia.

Responder perante os portugueses

Apesar de vivermos um momento de crise e de perturbação, existem factores suficientes para promover os entendimentos responsáveis onde a resposta aos problemas da Nação se sobreponha aos interesses individuais e onde os partidos existentes possam cumprir plenamente a sua função.

Neste sentido, a realização de

eleições deve ser entendida como algo mais do que uma necessidade imposta por uma crise grave.

A democracia portuguesa percorreu um longo caminho num curto espaço de tempo.

De todas as crises temos retirado ensinamentos.

Podemos hoje estar mais perto da realização das esperanças que depositámos na democracia do que quando, com menos experiência, julgávamos ao nosso alcance as soluções simples, rápidas e eficazes.

No caso presente, considere que o maior custo de curto prazo, designadamente em termos de alguma incerteza quanto ao futuro, se justificava pelas maiores oportunidades que a clarificação política nos oferecerá dentro de poucos meses.

Fui eleito para responder a situações de crise como a que estamos a viver.

Não me preocupa, nem me surpreende, a crítica que a minha decisão pode motivar.

Respondendo perante os portugueses, como sempre fiz e continuarei a fazer, expondo os critérios que justificam os meus actos.

Espero, no entanto, que a crítica não seja pretextado para esquecer todos os ensinamentos do passado, desperdiçando uma nova oportunidade para retomar um caminho de estabilidade, de segurança e de participação democrática.

Não podemos desperdiçar energias em acusações e conflitos que nada esclarecem, que nada resolvem.

Perante os problemas que temos para resolver, a responsabilidade que nos une será sempre mais forte do que as diferenças que nos possam dividir.

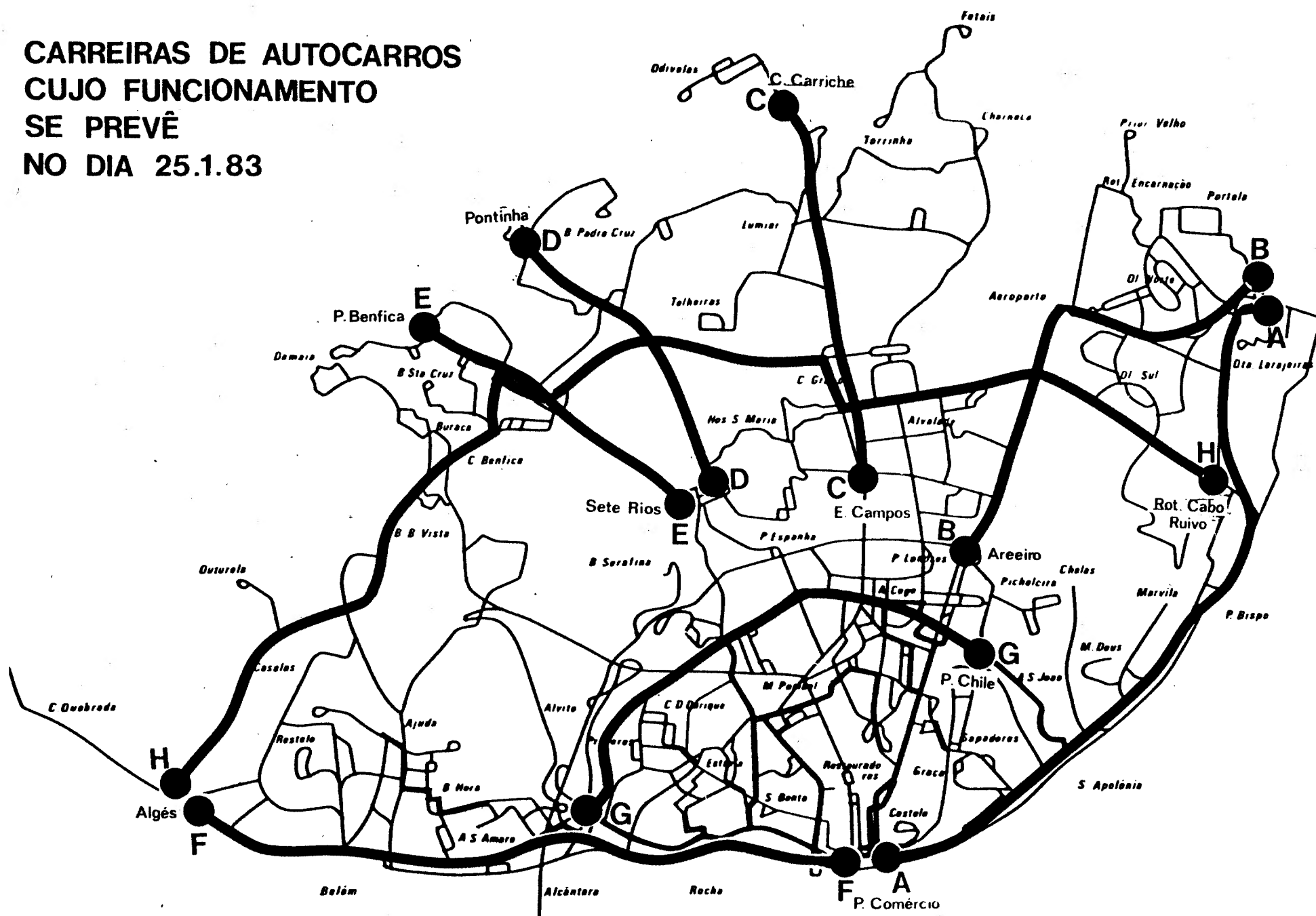
Não vos prometo tempos fáceis e sei que ninguém espera soluções mágicas. Nada poderemos resolver sem sacrifícios e sem a exigência de muito trabalho.

Mas justifica-se que vos prometa tempos de maior esperança, de maior confiança, de maior responsabilidade.

Boa noite.»

SERVIÇO ALTERNATIVO DE TRANSPORTES, PREVISTO PARA O DIA 25 DE JANEIRO (3.ª FEIRA) POR MOTIVO DA PARALISAÇÃO DA REDE DA CARRIS

**CARREIRAS DE AUTOCARROS
CUJO FUNCIONAMENTO
SE PREVÊ
NO DIA 25.1.83**



Como é do conhecimento público, está anunciada para o dia 25 de Janeiro uma greve que afectará gravemente o sistema de transportes explorado pela Carris.

No sentido de minimizar os efeitos resultantes da paralisação do referido sistema de transportes, será assegurada a exploração de um número restrito de carreiras, com recurso a cerca de 120 autocarros cedidos para o efeito.

Procura-se assim, embora com algum sacrifício para os utentes que venham a ter maiores deslocações a pé, assegurar necessidades estritamente indispensáveis de transporte nalguns dos mais importantes eixos de tráfego da cidade, em complementaridade da rede do metropolitano.

LINHAS ALTERNATIVAS PREVISTAS:

- A – Moscavide - Praça do Comércio
- B – Moscavide - Areeiro
- C – Calçada de Carriche - Entrecampos
- D – Pontinha - Sete Rios

E – Portas de Benfica - Sete Rios

F – Algés - Praça do Comércio

G – Alcântara - Praça do Chile

H – Algés - Rot. Cabo Ruivo

HORARIOS

O serviço será assegurado das 6.00 às 24.00 horas.

Espera-se garantir um intervalo máximo de 10 minutos.

Depois das 21.00 horas haverá reduções substanciais do serviço.

PARAGENS

As paragens serão as habituais das carreiras da Carris nos mesmos percursos.

TITULOS DE TRANSPORTE

Serão aceites os títulos de transporte habituais da Carris (passes e bilhetes pré-comprados), mas não haverá venda de bilhetes nos veículos.

Declarações depois do discurso de Eanes

Balsemão mantém-se em funções

Pinto Balsemão vai continuar a exercer as funções de Primeiro-Ministro do Governo de gestão, se entretanto não for substituído pelo Presidente da República.

Em declarações feitas à ANOP, o líder do PSD disse que não abandonaria o cargo mas defendeu, no entanto, que Eanes «deve encontrar uma solução governamental que implique um Executivo pleno, pois essa será a única forma de fazer face às dificuldades económicas e políticas».

«Um Governo demitido pelo senhor Presidente da República, que aceite e assinou a demissão, não tem viabilidade para enfrentar os muitos problemas que existem e que existirão nos próximos meses», disse o Primeiro-Ministro.

«A questão, explicitou, não é, portanto, jurídico-constitucional, mas sim um problema político e um problema de interesse nacional.»

Noutras afirmações, publicadas esta manhã pelo matutino «Diário de Notícias», Balsemão afirma que se confirmam as profecias de Sá Carneiro: «Mais uma vez o Presidente da República faz o que quer o PCP e o que, em tom menor, reclama o PS.»

«O Presidente optou pela incerteza», diz ainda o líder social-democrata, que depois explica a razão porque se demitiu antes

da aprovação do Orçamento, para terminar afirmando: «Cada interveniente nesta crise, dentro e fora da maioria, a começar pelo Presidente da República, precisava de encontrar um bode expiatório e a pessoa escolhida foi o Primeiro-Ministro, que assegurou a difícil sucessão de Francisco Sá Carneiro, a manutenção do PSD como o maior partido português, a não desagregação da AD, a revisão da Constituição e os resultados positivos nas últimas eleições autárquicas.»

Sequência

A dissolução ontem anunciada pelo Presidente da República apenas se vai tornar efectiva quando for assinado o decreto de dissolução do Parlamento, simultaneamente com a publicação do parecer do Conselho de Estado.

Entretanto, o Presidente deu um prazo ao Executivo de Balsemão e à AR para aprovarem medidas urgentes que se mostrem necessárias.

No entanto, ao actual Governo não é possível a apresentação de quaisquer propostas à Assembleia da República e os deputados não têm competência para autonomamente apresentarem projectos que envolvam aumento de despesas ou diminuição

das receitas do Estado. Também não poderão conceder ao Executivo autorizações legislativas, e as já concedidas caducaram quanto foi anunciada a demissão de Balsemão.

O que ainda é possível, se Pinto Balsemão, o PSD e a AD estiverem de acordo, é a viabilização de um Governo com um programa mínimo que tenha como horizonte temporal o período que decorre até às eleições e que, eventualmente, apresente rapidamente na Assembleia um Orçamento de Estado.

Para tanto bastaria que os partidos deixassem passar o programa desse Governo, que assumiria a gestão dos negócios públicos numa base de consenso institucional entre as principais forças políticas.

De outra forma, é o Governo de Balsemão que se tem de manter em funções, sendo esta solução a preferível para os socialistas e obrigando à realização de eleições em Abril.

O próprio Primeiro-Ministro defende a necessidade de nomeação de outro Governo, tal como o PCP.

Se assim acontecer, a constituição do Governo, a aprovação de autorizações legislativas e do Orçamento de Estado poderão fazer com que a dissolução se concretize apenas daqui a um mês, ou mesmo mais, adiando a consulta eleitoral para o mês de Maio ou, mesmo, Junho.

Retrospectiva de uma crise

A trajectória para o isolamento político

Embora a linha de fractura na AD se tenha mostrado mais nítida e irreparável depois das eleições autárquicas de 12 de Dezembro, o fracasso da coligação governamental começou a esboçar-se muito antes. A AD começa a ver fragmentar-se a sua base de apoio e a sua solidez política quando, uma vez instalada no poder, o interpreta num cenário de confronto com as forças sociais, de violência, de ataques sistemáticos a tudo quanto tivesse a marca libertadora de Abril.

Primeiro foram os trabalhadores as vítimas da política restauracionista do Governo AD mas depois a confrontação estendeu-se a outras áreas sociais, atingiu as classes médias, os comerciantes e os próprios empresários honestos que reclamavam uma política coerente e medidas económicas para enfrentar uma crise que se apresentava cada vez mais grave. Em cerca de dois anos a AD não resolveu qualquer problema do País, agravou-os todos e entrou em confronto com a grande maioria dos grupos sociais, desde os sindicatos à própria Ordem dos Médicos, aos comerciantes, agricultores, etc. A AD colocara-se contra o País real, virando a agulha para a linha do passado, restaurando privilégios e gerando uma classe política incapaz e irresponsável cuja ostentação contrastava flagrantemente com os sacrifícios cada vez maiores que exigia à grande massa da população. Como nem todos no seu seio eram incapazes e irresponsáveis era inevitável que estalasses com fragor as contradições internas.

Durante muito tempo os dirigentes da AD desculparam-se com o Conselho da Revolução, com a Constituição, com as Forças Armadas ainda que estas permanecessem tranquilas nos quartéis sem a mínima agitação mesmo ao sentirem a preocupante situação que o País vivia.

O confronto com o Presidente da República e a tentativa de desgastar a sua imagem foram

também uma constante da actuação da AD.

Acabou por lograr uma revirada constitucional virada muito mais contra o Presidente da República do que para um aproveitamento das instituições, viu-se livre do Conselho da Revolução, aprovou a Lei de Defesa Nacional que desejava. E no entanto, quantos mais eram os instrumentos que considerava indispensáveis para fazer sair o País da crise mais se desmoronava.

Apesar da manipulação dos meios de Comunicação Social estatizados, designadamente da Televisão e da demagogia constante era inevitável que tudo isso tivesse reflexos no eleitorado. E assim veio a acontecer.

As autárquicas que todos venceram

O dia 12 de Dezembro de 1982 foi um marco decisivo para o desmembramento da AD, as eleições autárquicas revelavam claramente que estava desencadeada uma viragem no eleitorado. A AD descia de forma significativa. Não era ainda a queda livre mas era o início.

Na antevéspera das eleições todos os dirigentes, todos os meios de Comunicação afectos ao Governo apresentavam esse acto como um teste. Tal como havia acontecido com as presidenciais. Eram eleições bem específicas mas a AD, por sua livre vontade, assumiu-as como um referendo à sua política. Perdeu-o das duas vezes.

Parceiros da coligação entram em choque. Ninguém quer assumir a responsabilidade da derrota. Para Freitas do Amaral fora um «desaire eleitoral», mas Balsemão rejeita a análise do CDS e afirma não haver razão para se demitir face aos resultados eleitorais e parte para os Estados Unidos com os centristas a afirmar que se tratava de um «aviso sério».

À partida para os EUA, o Primeiro-Ministro reafirma a solidez do seu Governo e no regresso

declara que a sua viagem fora um êxito. Todavia, durante a sua ausência as tensões avolumam-se, Eurico de Melo retoma os seus ataques e defende a saída de Balsemão, enquanto Alberto João Jardim se torna cada vez mais crítico e ameaça mesmo deixar o PSD. Helena Roseta aparece de novo em foco, agora apresentada pela sua vitória em Cascais e admite eleições antecipadas.

Balsemão regressa dos Estados Unidos em 17 de Dezembro e nesse mesmo dia reúne a comissão política do PSD. Quando o Primeiro-Ministro pretende demitir-se do cargo aquele órgão reafirma-lhe a sua confiança como chefe do Governo e do PSD.

Os acontecimentos sucedem-se a um ritmo impressionante e num de contradições. No dia seguinte Balsemão comunica ao Conselho Nacional e às comissões políticas distritais o seu pedido de demissão.

No dia 19 de Dezembro dá conta da sua demissão de Primeiro-Ministro conservando as funções de presidente do PSD. Fala de traições no seu próprio partido mas nunca explicita. Nunca ninguém chegaria a saber quem eram os alegados traidores nem as verdadeiras razões da sua demissão.

Nesse mesmo dia o Conselho Nacional do PSD aceita a demissão do Primeiro-Ministro e confere-lhe mandato para apresentar um substituto.

Em 20 de Dezembro, Balsemão vai a Belém e apresenta o seu pedido de demissão ao Presidente da República, enquanto o Conselho Nacional do CDS se pronuncia contra eleições antecipadas e aparece a falar da necessidade de um Governo «forte».

Freitas do Amaral deserta

Só no dia seguinte Ramalho Eanes aceita a demissão de Balsemão a quem pede para continuar à frente do Governo para os actos de gestão corrente.

A crise interna começa a provocar reacções em cadeia e o PSD da Madeira, na sequência das posições cada vez mais críticas de Alberto João Jardim desligar-se dos órgãos nacionais do partido, com excepção do Congresso. A demissão de Balsemão é fortemente criticada.

Com o anúncio da demissão de Balsemão começa uma interminável dança de ministérios que viria a constituir um espectáculo fortemente negativo para o prestígio das forças políticas nela envolvidas e da democracia em geral.

Balsemão convida então Mota Pinto para formar Primeiro-Ministro mas o «professor de Coimbra (ex-mandatário de Soares Carneiro) não aceita. O CDS fala cada vez mais grosso a um PSD que parece cada vez em mais apuros. É a grande oportunidade dos centristas fazerem sentir o seu desejo de que são agora os maiores dentro da coligação.

Como reacção à atitude do CDS, Nascimento Rodrigues chega mesmo a falar em ruptura da AD se este partido vetar o candidato escolhido pelo PSD. Sucedem-se reuniões e declarações cada vez mais contraditórias dos dirigentes.

Finalmente é Vítor Crespo o nome escolhido que logo suscita as maiores críticas da oposição, cada vez mais forte a reclamar eleições antecipadas.

Em Belém a crise é seguida passo a passo com a maior atenção mas sem interferência. Eanes procede meticulosamente a todas as diligências constitucionais previstas. Nada afirma, nada obstaculiza e torna público um comunicado dizendo aguardar uma proposta formal da AD pondo como condições para a formação de novo Governo que tal proposta seja «sólida e eficaz».

Surpreendentemente, no dia 29 de Dezembro, Freitas do Amaral demite-se de presidente do CDS e de todos os seus cargos, escrevendo uma carta na qual diz que esta AD não tem já nada a ver com a AD que ajudara a fundar. Tal atitude vem introduzir novos dados na crise e tornar ainda mais agitado o mar em que navega a coligação.

Basílio Horta assume interinamente o cargo de presidente do CDS. Escreve também uma carta aos militantes do CDS demarcando-se da solução em que a AD está a envolver-se. Demite-se e acaba por voltar com a palavra

atrás, reassumindo as suas funções.

No último dia do ano, e após numerosos encontros e reuniões, o CDS acaba por apoiar o nome de Vítor Crespo. Mas põe condições: nenhum dos vice-presidentes fará parte do elenco governativo. O CDS não acredita no executivo de Vítor Crespo e não quer queimar os seus melhores nomes.

Ao apresentar no dia 4 de Janeiro um prazo à AD (até 15 de Janeiro) para lhe ser apresentada uma proposta formal para a resolução da crise, Eanes acelera todo o processo.

No meio de grandes dificuldades e alvo de comentários jocosos, como o de Jaime Gama que o considera «a anedota política do ano» ou de Helena Roseta que chama a isto «uma situação quase surrealista», o Governo Vítor Crespo vai tomando forma, mas estala uma nova guerra entre PSD e o CDS.

Os socialistas-democratas enviam um «ultimatum» para o Largo do Caldas reclamando maior «empenhamento» do CDS no Governo e pedem explicações sobre declarações dos centristas acerca da formação do Governo.

Mas tudo acaba em bem. De ambos os lados há a noção que a perda do poder está por um fio e que todos foram longe de mais. Acabam por chegar aos consensos mais inesperados depois de ter sido confiado a Luís Barbosa o encargo de chefiar a representação centrista no novo Governo. O CDS chega mesmo a fazer uma nova leitura dos resultados eleitorais de acordo com a vontade dos socialistas-democratas.

Finalmente em 13 de Janeiro, com o prazo de Eanes a expirar, Vítor Crespo e Luís Barbosa reúnem-se na sede do PSD e declaram no final que estão criadas as condições para uma cimeira da AD.

Esta decide-se no dia seguinte e realiza a solicitação imediata ao PR de uma audiência para apresentação da proposta formal de indigitação de Vítor Crespo.

Entretanto Eanes vai recebendo os partidos de oposição. Todos reclamam eleições antecipadas mas o Presidente mantém-se numa atitude impenetrável e continua a proceder a consultas e a recolher informações.

No dia 17, o PR chama a Belém os responsáveis do Banco de Portugal e ministro das Finanças e do Plano, João Salgueiro. Eanes quer saber, de viva voz, como estão as finanças do País e qual a solução menos custosa.

No dia seguinte convoca o Conselho de Estado onde é abordada a crise e são apresentadas hipóteses de acção. A dissolução da Assembleia é contrariada pelos conselheiros afectos à AD.

Eanes convoca de novo o Conselho de Estado, desta vez expressamente, como manda a Constituição, para ouvir parecer sobre a eventual dissolução da Assembleia da República. A reunião não é pacífica e os conselheiros transferem para aquele órgão nada mais do que as posições dos seus partidos. Por oito votos contra sete, pronunciam-se contra a dissolução. Mas o parecer não é vinculativo. Eanes não vota para não denunciar qualquer inclinação sobre a decisão que irá tomar.

O silêncio passa a envolver o Palácio de Belém. Os jornalistas perseguem o Presidente e os seus assessores mas só o Presidente sabe a decisão que irá tomar. Esta só foi conhecida ontem muito pouco tempo antes da hora da comunicação do Presidente ao País. Foi o segredo político mais bem guardado dos últimos anos.

Ontem à noite, milhares de portugueses respiravam aliviados. A AD era um peso que lhes saía das costas, uma ameaça cada vez mais perigosa que desaparece. Eanes justificava a confiança que haviam depositado os que nele votaram em 1980 e que bloqueiam agora o Palácio de Belém com milhares de telegramas e telefonemas de apoio à decisão presidencial.

Augusto Vilela

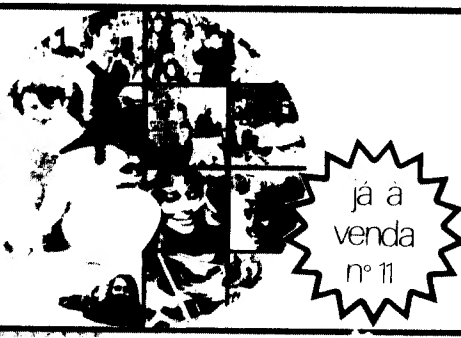
Rectificação

Por lapso, saiu alterado o sentido de um parágrafo do texto da Assembleia da República, que se referia ao debate ali verificado, a propósito do Congresso de Jornalistas.

Do contrário do que ali se lê «esperamos que em nome de uma unidade artificial da classe, não se vá ao fundo das questões», obviamente pretendia-se escrever-se: «não se deve de ir ao fundo das questões».

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

um mundo de informação



Congresso dos Jornalistas • Congresso dos Jornalistas • Congresso dos Jornalistas • Congresso dos

Jornalistas repudiam todas as formas de censura

Aplaudida de pé, pela esmagadora maioria dos jornalistas presentes na sessão de encerramento do seu congresso, foi aprovada, ao princípio da tarde de sábado, a declaração final do primeiro grande encontro dos profissionais da informação e na qual, entre outros pontos, se repudia «todas as tentativas de instrumentalização e silenciamento dos órgãos de Comunicação Social do Estado, por forças políticas e económicas». Pouco antes, tinham sido já aprovadas, sem votos contra e com treze abstenções, as conclusões finais do Congresso, elaboradas com base nas comunicações e no debate travado nas quatro secções que, durante dois dias, se reuniram na Gulbenkian, num total de 23 sessões de trabalho. Como as secções, também o documento de conclusões se divide em quatro grandes temas: «Questões gerais sobre o direito à informação e liberdade de informar», «Exercício do jornalismo em Portugal», «Questões socioprofissionais», e «Formas específicas do jornalismo em Portugal».

COM o Auditório 2 da Fundação Gulbenkian repleto, terminou, no sábado, o I Congresso dos Jornalistas Portugueses cujas conclusões e declaração final espelham o que de mais importante aquele encontro alcançou: a prova de que mesmo numa classe tão dividida, como a dos jornalistas, é possível o debate e o acordo em questões de vital importância para o exercício da profissão.

Acordo que, no entanto, esteve por momentos comprometido durante a sessão de encerramento, em virtude de o secretariado da Comissão Executiva do I Congresso, a quem coube a

presidência daquela sessão, ter anunciado não se sentir com competência para alterar as conclusões, redigidas com base nas sínteses elaboradas pelas mesas que dirigiram as 23 sessões de trabalho das secções, afirmando que, em virtude disso, seriam excluídas da sessão intervenções e propostas de alteração.

Tal facto, que mereceu a discordância da sala, foi depois ultrapassado com a aceitação, pela mesa, do debate, após Césarior Borge ter afirmado que uma «assembleia que não pode alterar conclusões, não tem também capacidade para as

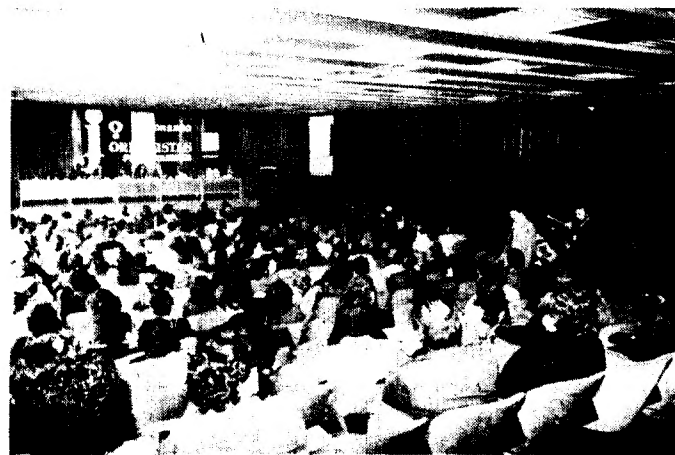
aprovar». José Carlos de Vasconcelos, por seu lado, viria a propor uma reunião do secretariado do Congresso com os jornalistas que dirigiram as diferentes secções, e que amanhã terá lugar a fim de serem inseridos no documento de conclusões alguns pontos discutidos nas secções e que a comissão de redacção não contemplou.

Duas propostas foram, no entanto, imediatamente introduzidas nas conclusões: a primeira diz respeito ao ponto onde se afirmava que a extinção da ANOP foi «um acto obscuro do Governo», passando, por proposta de José Carlos de Vasconcelos, a ler-se que a extinção da

ANOP foi «um acto claro e arbitrário».

A segunda foi uma adenda que partiu de Adelino Gomes e na qual se afirma que a «classe não pode continuar a aceitar no seu seio aqueles que emprestam a sua pena, a sua voz e até a sua imagem à publicidade de produtos e empresas».

Aprovadas sem votos contra, após ultrapassado o primeiro impasse, as conclusões finais do Congresso demonstram o acordo de jornalistas em relação a questões tão importantes como a rejeição de todo o «tipo de sensacionalismo, condenando o tratamento da informa-



Foram 1020 os inscritos no I Congresso dos Jornalistas

ção como mero produto de comércio», a recomendação da «necessidade de criação de meios alternativos ao controlo da informação internacional pelas poderosas agências estrangeiras» e ainda quanto à «dupla necessidade de aperfeiçoar e cumprir com rigor o código deontológico» e a defesa de que há de «mudar radicalmente o teor e o estilo da informação na rádio», salientando-se também que «urge acabar, na informação televisiva, com situações anómalas e ilegítimas, como a censura por acção ou omissão e a ausência de pluralismo».

O Congresso decidiu também ser a «altura de dar por finda a fase da tarimba como meio de formação profissional» considerando que «o avanço tecnológico, a complexidade das fontes de informação e a necessidade de compreensão da realidade social reclamam uma preparação de base, teórica e prática, em escolas que, podendo não ser obrigatoriamente universitárias, aproximem os alunos e os jornalistas profissionais».

Convidados

Antes da sessão de encerramento foram apresentadas ao

Congresso as comunicações dos convidados nacionais e estrangeiros. Entre os primeiros tiveram lugar as de Arons de Carvalho, deputado socialista, Adriano Rodrigues, responsável do departamento de Comunicação Social da Universidade Nova, e a do Conselho de Imprensa.

No que respeita aos convidados estrangeiros intervieram, no sábado de manhã, o jornalista moçambicano Albino Mangaia, que falou em nome dos convidados africanos ao I Congresso, João Borges de Sousa, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros, e o representante da Federação de Jornalistas Árabes. Comunicações que tiveram entre si uma tônica comum: a necessidade de criar meios alternativos à informação produzida pelas grandes agências noticiosas internacionais.

Ainda entre os convidados estrangeiros, apresentaram saudações ao Congresso o presidente da Federação Internacional de Jornalistas, o vice-presidente da Federação de Imprensa Italiana e o representante da União dos Jornalistas Espanhóis.

“É possível a unidade na diversidade das opiniões”

D OIS dias após o fim do Congresso dos Jornalistas é ainda cedo para um balanço exaustivo do que foi aquele encontro. Possível é, no entanto, uma apreciação geral do que significaram quatro dias, durante os quais os jornalistas tomaram a palavra para falar de si e da sua profissão. Foi o que fez António dos Santos, presidente da direcção do Sindicato dos Jornalistas, num depoimento pedido pelo «DL» e que a seguir transcrevemos:

«Creio que temos razões mais do que suficientes para nos congratularmos pelo êxito do Congresso, cujo espírito deve ser mantido e reforçado, daqui para a frente, na prática.

«Claro que os problemas que se colocam aos jornalistas, como, entre outros, a ausência de pluralismo nos órgãos estatizados, o escândalo da ANOP e o compadrio nas admissões de novos profissionais, não se resolvem com um congresso. Mas para a sua justa solução torna-se indispensável que os jornalistas se encontrem unidos e dispostos a lutar pela reposição da legalidade e pelo reforço da democracia na vida das redacções. É neste capítulo que o Congresso constituiu um grande êxito, para além das suas importantes conclusões. O encontro da Gulbenkian foi uma eloquente demonstração de que a unidade na diversidade de opiniões é possível.

«Outro mérito do Congresso residuiu, indiscutivelmente, no facto de terem vindo a Lisboa, pela primeira vez em simultâneo, todas as organizações de jornalistas dos países de expressão oficial portuguesa. O clima em que decorreram os contactos do SJ com as delegações estrangeiras criou as melhores condições para o aprofundamento das relações internacionais do nosso

sindicato.

«Foram assinados acordos de cooperação entre o SJ e a Federação dos Jornalistas Árabes, e entre o SJ e a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais do Brasil.

«Devemos ainda salientar o significado da reunião realizada na sede do Sindicato onde foi decidido organizar o primeiro encontro de jornalistas dos países de expressão oficial portuguesa. Por sua vez, a Federação dos Jornalistas Italianos propôs a organização do primeiro encontro de jornalistas dos países ribeirinhos do Mediterrâneo. A ideia teve o melhor acolhimento por parte do SJ.

«Penso que importa prestar desde já a nossa calorosa homenagem aos nossos camaradas, de todas as sensibilidades ideológicas, que, com o seu trabalho, com a sua inteligência e o seu espírito de sacrifício, fizeram o congresso.

«Referimo-nos aos camaradas que integraram a comissão organizadora e, destes, muito especialmente aos que trabalharam de dia e de noite na comissão executiva. Só a eles se deve o congresso. O êxito desta iniciativa do SJ também não teria sido possível sem a dedicação mais uma vez demonstrada pelos empregados do Sindicato».

Estudantes de Comunicação Social falam do Congresso

A elevada presença de estudantes de Comunicação Social no I Congresso dos Jornalistas Portugueses foi, já o afirmámos, um dos seus traços mais significativos. Não só porque demonstrou que os que hoje estudam os problemas da comunicação não querem ficar alheados da prática profissional e dos debates que sobre ela se travam como tam-

bém permitiu que, no Congresso, a realidade de um ensino, ainda no seu embrião, fosse dada a conhecer. As opiniões desses estudantes sobre o Congresso são, decerto, diversas. Aqui publicamos duas, provenientes de alunos do 3.º e 4.º ano da licenciatura em Comunicação Social da Universidade Nova (respectivamente João Fernandes e Rui Gomes):

«Para nós, estudantes de Comunicação Social, o interesse do Congresso residuiu, por um lado, no contacto com o meio jornalístico e, por outro, na possibilidade de averiguar o que os jornalistas pensam da sua própria profissão e da Informação em Portugal, assim como a possibilidade de sabermos o que eles também pensam de nós (estudantes).

«O I Congresso dos Jornalistas foi, sem dúvida, importante. Pode-se até afirmar que foi um marco histórico, por representar um arranque da discussão pelos jornalistas dos seus problemas e do que eles pensam sobre si próprios. Quanto à tónica dominante do Congresso ela foi, sem dúvida, o modo pessimista como os jornalistas encaram não a sua profissão, mas as condições em que a exercem agora, em Portugal, ou seja, a sucessiva dependência em relação ao poder político».

Mais céptica é, no entanto, a opinião dos finalistas do curso da Universidade Nova:

«Enquanto estudante dum curso de Comunicação Social, a visão que tenho sobre este Congresso será suspeita aos olhos de quem, no dia-a-dia, joga (empregado ou desempregado) na profissão de jornalista. Deste modo, discutir o caso «Portugal Hoje», «Bom Dia Portugal» e/ou «Júlio Pinto» não é, por mim, considerado desinteressante, mas, devido ao seu carácter pontual, deveriam ser discutidos numa outra situação, e através de órgãos diferentes, sindicato, essencialmente. Se isso não foi feito, então o que se deveria discutir, neste congresso, entre outras coisas, seria o porquê dessa não discussão e formularem-se alternativas possíveis.

«Numa actividade como um Congresso, ainda por cima, subordinado a um tema tão vago — mas que se sente no dia a dia, a sua tão grande importância — deveria haver a preocupação de uma discussão de fundo, estrutural, dos problemas do jornalista. Ora, uma reflexão desse género não passa, na sua essência, por uma discussão de casos pontuais, nem pelo alegórico.

«Quanto a este último aspecto, se poderá afirmar que na sua análise se veja talvez um pouco (na minha modesta opinião) o quanto de mal existe no jornalismo em Portugal. Isto é, quando se sente constrangido pelo «Poder» o jornalista acusa-o de manipulador, no entanto, convida símbolos desse mesmo poder para o congresso, não para ali o tentar desmascarar — chegou mesmo a haver uma oportunidade excelente quando da palhaçada do Clube de Imprensa — mas, sim, aproveitando a presença desses símbolos, para ajudar a institucionalizar o seu poder. E esse poder, adven, precisamente, do carácter único da profissão de jornalista. Nada melhor para continuar a alimentar esse mito quando, em vez de se estar enquadrado no espectáculo, na imagem, se é o primeiro plano do espectáculo.

«Aspectos positivos claro que os houve. Quanto mais não seja pelo contacto com os homens (ou as suas máscaras) da Informação. Sintetizando: foi bonito!».

Declaração final

«Os jornalistas portugueses, reunidos no seu I Congresso, em Lisboa, nos dias 19, 20, 21 e 22 de Janeiro de 1983, sob o lema «liberdade de expressão, expressão da liberdade», declaram:

«1. defender a liberdade de expressão e o direito à informação, com repúdio por todas as formas de censura;

«2. lutar pela dignidade do exercício da profissão, exigindo o respeito pelos princípios consagrados no Estatuto do Jornalista e no Código Deontológico, cujo reconhecimento legal é imperativo;

«3. exigir o rigoroso cumprimento da legislação em vigor e tomar iniciativas que eliminem as lacunas existentes;

«4. defender o livre acesso às fontes de informação, que algumas autoridades violam frequentemente, chegando à agressão física de profissionais da Comunicação Social;

«5. lutar pela dignificação e pelo reforço da actividade dos Conselhos de Redacção;

«6. repudiar todas as tentativas de instrumentalização e silenciamento dos órgãos de Comunicação Social do Estado, por forças políticas e económicas, e reclamar a manutenção do sector público enquanto garantia de uma informação pluralista, independente e isenta;

«7. rejeitar todas as formas de pressão económica, particular-

mente a imposição de regimes precários de contratação que condicionam o exercício pleno da actividade do jornalista;

«8. exigir o fim dos despedimentos e marginalização por motivos políticos e o respeito pela competência profissional, único critério para a responsabilização e definição de hierarquias;

«9. apoiar a criação do ensino superior de jornalismo, de centros de formação profissional permanente e de cursos de reciclagem que permitam a correcta utilização das tecnologias, com salvaguarda dos postos de trabalho;

«10. afirmar e levar à prática a sua solidariedade com os jornalistas e os povos que, em diferentes partes do mundo, sofrem perseguições e lutam pela liberdade;

«11. defender uma nova ordem internacional de informação que supere os desequilíbrios existentes nos fluxos da matéria informativa;

«12. fomentar as relações internacionais, com particular destaque para os países de língua oficial portuguesa e a cooperação no campo profissional;

«13. assumir o compromisso da prática responsável e permanente de um jornalismo digno;

«14. recomendar ao Sindicato dos Jornalistas, a quem se deve esta iniciativa, a promoção de Congressos bienais dos jornalistas portugueses.»



HÁ BEBER E HÁ VIVER

— Numa viagem longa o condutor está sujeito a um estado de fadiga proveniente, entre outras causas, da atenção prolongada à condução e do calor. A fadiga agrava consideravelmente o efeito do álcool no organismo.

de ontem para hoje

Manifestante de S. Bento condenado por homicídio

A CUSADO de ter morto à navalhada, em Maio de 1976, na Rua do Poço dos Negros, em Lisboa, o cidadão cabo-verdiano Custódio Gomes Teixeira, de 26 anos, foi condenado na Boa Hora, em onze anos de prisão maior e ao pagamento de uma indemnização de 330 contos à família da vítima, o empregado bancário Carlos Alberto Bettencourt Mota. O crime ocorreu numa cervejaria da zona de S. Bento, quando Carlos Bettencourt, retornado de Angola, se envolveu com outros amigos (regressados de uma manifestação contra a descolonização frente à AR) num confronto com um grupo de cabo-verdianos.

GNR em força numa herdade de Alvalade

A tentativa de desalojamento pelo Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP) de Basílio Horta, de um pequeno agricultor, da Herdade do Sobral, do Meio-Dia, em Alvalade do Sado, para a entrega, juntamente com uma manada de gado, ao agrário (e «reservatório») José Valente Pires, provocou a mobilização de dezenas de pequenos agricultores que se viram confrontados com uma força da GNR, de Alcácer do Sal, reforçada com elementos de Setúbal. Não se chegaram a registar incidentes. Comentando o sucedido, numa prática incrementada nas últimas semanas pelo Governo demitido de Pinto Balsemão, Manuel Rita, do Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores de Alvalade, que apoiava a manifestação, declarou que «do modo como as coisas estão a correr parece que estamos de novo no tempo da lei do cacete na charneca».



Ovelhas de contrabando em Vinhais

Na freguesia de Sobreiro de Cima, Vinhais, no distrito de Bragança, a Guarda Fiscal apreendeu uma viatura que transportava 22 ovelhas, contrabandeadas do país vizinho. O gado, no valor de 80 contos, e a viatura, a que foi atribuído o valor de 700 contos, foram entregues, respectivamente aos serviços do MAP de Bragança e ao tribunal de Vinhais.

Do Brasil carregado de jóias

A PSP do Porto anunciou ter detido no sábado, no centro daquela cidade, um indivíduo suspeito de roubo ou contrabando de jóias de ouro e pedras preciosas. O detido, José Rodrigues Pereira, radicado no Brasil, e residente na Rua do Observador, 119, no Rio de Janeiro, foi surpreendido quando tentava vender um relógio de pulso a Joaquim José de Sousa, também de-

tido como presumível receptor. No automóvel do José Pereira, os agentes encontraram numerosas jóias, designadamente colares, brincos, pulseiras, anéis, alfinetes e outros artigos de ouro com pedras preciosas, no valor global de 2.392 contos. José Pereira alegou ter entrado em Portugal em 31 de Dezembro último com estes valores «que trouxera do Brasil em vez de dinheiro».

Alarme na Embaixada de Itália

Elementos da Brigada de Minas e Armadilhas da PSP, estiveram nas instalações da Embaixada da Itália, em Lisboa, no Largo Conde Pombeiro, 6, a fim de vistoriarem uma viatura suspeita de estar armadilhada. Por idêntico motivo (uma mala suspeita) a mesma equipa deslocou-se ainda a um prédio da Praça da Alegria. Em ambos os casos nada de anormal foi detectado.

Pedra «disparada» contra criança

Uma pedra de doze quilos, projectada por um tiro de pedreira numa obra de construção civil, voou cerca de 500 metros, e entrou pela janela de uma residência na Rua Pedro Teotónio Pereira, no Porto, indo atingir com gravidade uma criança de seis anos, Carla Alexandra Monteiro Castro Bessa, que esta manhã ainda se encontrava em estado grave no Hospital

de S. João naquela cidade. Os estilhaços do «projectil» atingiram ainda ligeiramente na cabeça Maria Odete Lima, que estava à porta da sua casa, na mesma artéria, danificando, por outro lado, diversos automóveis ali estacionados. Há vários dias que os moradores na zona vinham alertando as autoridades para o perigo das explosões registadas na referida obra.

Irmãs carbonizadas em Avintes

Duas crianças morreram em consequência de um incêndio que destruiu a sua barraca em Avintes, Gaia. Sílvia Raquel Rodrigues dos Santos, de três anos, e Lucília Cristina Rodrigues dos Santos, de 18 meses, encontravam-se sozinhas em casa quando deflagrou o sinistro aparentemente provocado por um aquecedor.

Zona de Sintra transformada em "Far-West"

Duas famílias norte-americanas disputam quinta à pistola

Dois casais norte-americanos os Helms apoiados por quinze elementos de uma «empresa de segurança» com os respectivos pastores-alemaes e os Furman tendo como homens de mão duas dezenas de jovens marginais, travaram ontem de manhã uma autêntica batalha à moda do «Far-West» pela posse da Quinta da Serra, no Linho, adquirida há cerca de três anos em comum e que neste momento os

primeiros tentam ocupar em exclusivo. O tiroteio só foi silenciado pela intervenção de forças da GNR vindas de várias localidades do concelho de Sintra, que conseguiram deter o chefe do «bando» dos Furman, que na altura estava na posição de assaltante, e que foi identificado como Artur Soares, de 35 anos, que ferido numa das mãos teve de receber tratamento no Hospital de S. José.

Ao que apurámos, os Helms ter-se-iam apossado da quinta há meses, aproveitando-se de uma viagem de negócios dos Furman aos EUA, instalando ali uma empresa, a «Sociedade Internacional de Exploração de Hidrocarbonetos». O que se passou ontem teria sido portanto uma tentativa de reocupação do espaço por parte dos Furman, mas neste, segundo informou ao «DL» um porta-voz da GNR, a

situação ainda se encontra um pouco confusa não se sabendo em concreto as causas mais profundas do confronto nem os verdadeiros negócios a que se dedicam as duas famílias. Por outro lado, também não conseguimos saber a que empresa de segurança pertencem os homens dos Helms, se à Securitas se à Fidelis portuguesas ou (façamos um pouco de «humor negro») se a alguma congénere de Chicago.

Segundo "El País"

Contrabando de gado bovino entre Portugal e Espanha atinge 80 mil cabeças por ano

Um contrabando de cerca de 80 mil cabeças de gado bovino circula anualmente entre Portugal e Espanha, revela uma reportagem publicada ontem pelo semanário espanhol «El País».

A reportagem, que ocupa duas páginas do jornal e inclui fotografias de gado a atravessar a fronteira, adianta que o valor do contrabando orça cerca de 5 milhões de pesetas.

Assinado pelo jornalista

Eduardo Barrenechea, o artigo cita testemunhas segundo as quais, em 1980, «passavam umas 30 mil cabeças de gado velho e doente de Espanha para Portugal», tendo-se agora incrementado terrivelmente o contrabando de vitelas portuguesas para Espanha.

«A partir de 1977 foram as vacas espanholas as que fizeram preferentemente o caminho, se-

guindo para Portugal», afirma um dos entrevistados que se apresenta como participante no contrabando de gado. Acrescenta que «desde há cerca de ano e meio, aproximadamente, os vitelos portugueses são os que passam clandestinamente a fronteira».

A reportagem assinala que a zona de Verín (junto a Chaves) é o principal centro de passagem

de gado de contrabando, embora sejam conhecidos outros cinco ou seis pontos nas províncias de Orense e Zamora. Outra das zonas referidas, é a área fronteiriça entre São Gregório e Puente de Barjas.

O trânsito realiza-se de modo preferente entre a localidade espanhola de Cela e a portuguesa de Adadela, esta no município de Melgaço.

Encontro Nacional de Actividades Farmacêuticas

Legislação relativa às farmácias deve ser reformulada

As conclusões do Primeiro Encontro Nacional das Actividades Farmacêuticas, que ontem terminou em Coimbra, apontam para a reformulação da legislação respeitante à instalação, transferência e trespasse das farmácias.

«A situação actual permite que pessoas exteriores à profissão utilizem as farmácias como uma simples casa comercial e, muitas vezes, pagando menos inferior ao salário mínimo nacional» — acrescentam.

O documento, aprovado por cerca de quinhentos estudantes das faculdades de Farmácias de Lisboa, Porto e Coimbra, e técnicos da especialidade, reclama do Ministério dos Assuntos Sociais «a publicação da Lei-Quadro dos Hospitais e o imediato preenchimento das vagas de farmácia».

Exige também «a criação de uma Direcção-Geral dos Assun-

tos Farmacêuticos, apoiada por toda a classe, e a existência de lugares para farmacêuticos como inspetores nas administrações regionais do Serviço de Saúde».

No campo das análises clínicas, propõe-se como obrigatório «o rigoroso controlo dos reagentes usados, nomeadamente os já comercializados pré-fabricados».

Defende também «a intensificação e a colaboração mútua entre o laboratório e a clínica para a salvaguarda dos interesses económico-sanitários do doente, a criação de condições para a dignificação da carreira de técnico superior em análises clínicas e a regulamentação da abertura e funcionamento dos laboratórios».

As conclusões no âmbito da indústria farmacêutica, referem «a necessidade de um controlo da qualidade das matérias-primas, desde a escolha dos forne-

cedores, recepção, controlo analítico, armazenagem e intensificação do treino do pessoal envolvido».

Neste sector — prossegue o documento — os laboratórios da indústria farmacêutica devem dar uma atenção especial às perspectivas de desenvolvimento e cooperação com os países de expressão portuguesa.

Apontam também para «a organização de uma associação profissional dos jovens farmacêuticos, tendo em conta a especialidade dos seus problemas».

O encontro, que decorreu durante quatro dias no auditório da Reitoria, foi promovido por um grupo de estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra em colaboração com as Associações Nacionais das Farmácias e Químicos Farmacêuticos, tendo reunido cerca de 500 pessoas.

O incidente

com o cônsul na Beira

«Apreço português» pelo envio de mensageiro pessoal de Chissano

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Futscher Pereira, manifestou ao representante do Maputo, Isac Murargy, o «apreço do Governo português» pela decisão do seu homólogo, Joaquim Chissano, de enviar esclarecimentos através de um alto mensageiro pessoal sobre o incidente relacionado com a retirada do cônsul português na Beira, acusado de ter escondido armas no seu jardim. Futscher Pereira voltou, no entanto, a repudiar a acusação de que Pinto Versteeg esteja envolvido em quaisquer actividades contra o Governo de Moçambique, exprimindo a «estraneza e mágoa» que o «estranhamento das autoridades do Maputo haviam causado ao executivo demitido de Pinto Balsemão».

Por sua vez, o enviado pessoal de Chissano, Isac Murargy, exprimiu no final da reunião com Futscher Pereira, a «constante preocupação do seu Governo em evitar que o incidente com o cônsul português na Beira tivesse repercussões nas relações entre os dois Estados, referindo que Maputo só desejava manter e estreitar as «excelentes relações» entre os governos dos dois países «única forma de contribuir para o entendimento comum que serve os interesses dos dois Estados».

Pinto Versteeg chegou no sábado a Lisboa, não prestando qualquer declaração à sua chegada ao aeroporto da Portela, e o ministro dos Negócios Estrangeiros deverá nomear em breve o seu substituto para cônsul-geral da Beira.

Taxa

de radiodifusão mais cara

O aumento da taxa mensal de radiodifusão para 100 escudos nos casos em que o consumo anual de electricidade é superior a 240 kwh, aprovado pelo Governo em 28 de Dezembro do ano passado, foi publicado hoje no «Diário da República».

Esta medida traduz-se na alteração da alínea c) do n.º 2 do Artigo 2.º do Decreto-Lei 389/76 (de 24 de Maio), com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 203/82, de 22 de Maio, no que se considera no preâmbulo do decreto, ser a segunda fase de «reajustamento da taxa de radiodifusão de modo a repor o seu valor real ao nível de 1976».

Por razões de «justiça social» o Governo decidiu manter «inalteráveis o valor vigente para o escalão intermédio e a isenção do seu pagamento no caso dos consumidores do mais baixo escalão».

Estrada espera melhoramentos há anos

População de S. Jacinto ameaça cortar a estrada para a Murtosa

A estrada que liga S. Jacinto à Murtosa (Leiria) poderá ser cortada pela população, se não for desbloqueada a situação que impede conversações com vista ao alargamento e arranjo daquela via.

Esta hipótese, foi avançada devido às alegadas dificuldades levantadas pelo presidente da Câmara de Leiria à presença dos quatro representantes eleitos pela população numa comissão que se deslocará a Lisboa para conversações com a Junta Autónoma das Estradas (JAE).

Segundo um dos representantes, António Ferraz Magalhães, o autarca de Leiria argumenta com dificuldades de

transportes e falta de espaço no gabinete do presidente da JAE, para apenas aceitar a presença na comissão de um dos eleitos pela população de S. Jacinto.

Os restantes membros da comissão são os presidentes das câmaras de Aveiro e Murtosa e das juntas de freguesia de S. Jacinto e Murtosa.

No início de Janeiro, a população de S. Jacinto cortou a estrada cujo melhoramento exige há seis anos, tendo chegado na altura a um acordo com os autarcas da região quanto à composição da comissão que se deslocaria a Lisboa para levantar o problema junto do presidente da JAE.



Trabalhadores da Imprensa Nacional vão encetar formas de luta

Os trabalhadores da Imprensa Nacional/Casa da Moeda (INCM) encetarão paralisações se a administração e o Ministério das Finanças não concordarem em negociar aumentos salariais imediatos, segundo revelou um dirigente sindical.

Os trabalhadores da Imprensa Nacional/Casa da Moeda aprovaram, por voto secreto (com 753 votos favoráveis, 124 contrários, 15 brancos e um nulo) o recurso à greve, se as suas reivindicações não forem satisfeitas, sendo a primeira greve de um dia.

De acordo com a mesma fonte a administração comprometeu-se em reunião com a comissão negociadora sindical, apresentada na sexta-feira, por escrito, a posição do Ministério das Finanças.

O porta-voz da Federação Sindical da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa adiantou, no entanto, que a proposta apresen-

tada oralmente pela administração não contempla as reivindicações sindicais.

Os trabalhadores pretendiam a negociação da revisão salarial do acordo de empresa, mas na proposta aprovada admitem a negociação de uma tabela a aplicar administrativamente de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 1983 — disse o mesmo dirigente.

A partir de 1 de Agosto vigoraria nova tabela salarial, passando a revisão salarial a coincidir com a revisão do clausulado geral do acordo de empresa — acrescentou.

Matadouros

Os trabalhadores dos matadouros decidiram encetar formas de luta que podem passar, nomeadamente, por quatro dias de greve, se o MACP não der resposta às reivindicações que lhe foram apresentadas: publicação dos diplomas já concluídos e ne-

gocição com as estruturas representativas das restantes matérias.

Os diplomas, que segundo a Federação da Função Pública se referem a quadros de pessoal e atribuição de um subsídio de insalubridade, penosidade ou risco, «encontram-se em poder do Ministério há vários meses e demoraram mais de dois anos a ser elaborados, levando a que, por exemplo, as promoções se encontrem congeladas há quase três anos».

Os trabalhadores, ao denunciar esta situação, responsabilizam o Governo pelas consequências que a luta, que são obrigados a desenvolver, possa trazer à população.

Matur e Atlântis

Um documento assinado por centenas de trabalhadores da empresa hoteleira Matur e

Atlântis, que desde há meses se vêem privados das suas remunerações, apelou no Funchal à intervenção do Governo.

A Junta de Freguesia do Machico, concelho onde se situam aquelas unidades hoteleiras, condena em comunicado a «irresponsabilidade da entidade patronal da Matur e do Atlântis», e manifesta a todos os trabalhadores e aos seus órgãos representativos a sua solidariedade e apoio na luta pela solução do problema, que afecta elevado número de famílias. Apela igualmente à intervenção do Governo Regional «a fim de evitar que este caso assumia repercussões ainda mais dramáticas».

Eleições nos Escritórios do Porto

A direcção em funções no Sindicato dos Escritórios do Porto comunicou formalmente à Imprensa a realização de eleições no dia 24 de Março próximo, na sequência da declaração de nulidade, pelo Tribunal de Trabalho, do acto eleitoral de 1979, que foi impugnado a 22 de Fevereiro desse ano. A mesma direcção atribuiu esta demora de quatro anos na decisão judicial ao facto de não ter sido logo determinado o tribunal a quem competia julgar este processo.

Greve nos transportes

Carris paralisa amanhã Metropolitano na quarta e a CP na quinta

Conforme já noticiámos, os trabalhadores da Carris, Metropolitano, e CP vão entrar em greve nos próximos dias, em luta pela revisão do acordo de empresa (AJE) e por outras questões de ordem laboral.

A primeira paralisação iniciará-se à 2 de 30 da próxima madrugada, na Carris. Os trabalhadores desta empresa, lutam contra o boicote da comissão administrativa (CA) às negociações do AE.

Às zero horas de quarta-feira entrará em greve o pessoal do Metropolitano de Lisboa, que luta contra a situação laboral na empresa.

Ambas as paralisações irão provocar transtornos na circulação do trânsito de superfície, com os inevitáveis engarrafamentos.

Na quinta-feira será a vez de paralisarem os trabalhadores da CP, que também lutam contra o boicote do conselho de gerência às negociações do AE.

A greve de amanhã na Carris foi decidida em plenário, na sequência do boicote da CA às negociações do acordo de empresa. Outro dos motivos

que levou os trabalhadores a adoptarem esta forma de luta foi a assinatura entre a CA e os sindicalistas afectos à UGT de um acordo sobre a entrada em vigor dos novos esquemas de enquadramento profissional e que a gerência quer alargar a toda a empresa.

A greve de 24 horas no Metropolitano (que afectará cerca de 400 mil utentes) está relacionada com a situação laboral na empresa. Os trabalhadores acusam o conselho de gerência de não cumprir a contratação colectiva em vigor e de tentar constantemente retirar-lhes regalias há muito conquistadas.

Na CP, segundo os dirigentes sindicais, a greve resulta da intransigência do conselho de gerência, que continua «sem alterar as suas posições iniciais» nas negociações do AE. O CG contrapôs um aumento salarial de 15 por cento e um acréscimo de 20 escudos no subsídio de refeição. Na prática, esta proposta representa um aumento de apenas 12 por cento, de acordo com os dirigentes sindicais.

Sindicatos Médicos reuniram-se em Lisboa

A primeira reunião nacional dos sindicatos médicos realizou-se este fim-de-semana em Lisboa, para análise dos problemas que preocupam a classe.

As direcções dos três sindicatos, que representam cerca de 3400 clínicos, fizeram o balanço da situação e da actuação do secretário de Estado da Saúde, Paulo Mendo, exigindo do futuro Governo que ouça os sindicatos para a resolução dos problemas da classe.

Entre esses problemas figu-

ram a não aplicação do diploma das carreiras médicas, ilegalidades praticadas nos concursos de ingresso na carreira, uma política de facto consumado exemplificada pela portaria que regulamenta o concurso para assistentes hospitalares e ainda o desrespeito pelos direitos dos médicos dos Serviços Médico-Sociais, ameaçados pelo desemprego e afectados pelo não pagamento do aumento atribuído à Função Pública em Janeiro de 1982.

Os sindicatos analisaram ainda «a forma anárquica como está a ser implementada a carreira de clínica geral» e exigiram o cumprimento do Decreto 62/79 e a introdução do horário das 45 horas semanais com o respectivo subsídio, sublinhando que a não aplicação destas disposições está a levar ao encerramento dos serviços de urgência dos hospitais concelhios por falta de médicos colocados em número suficiente.

• TINTAS LEME = COR + QUALIDADE •

«COMPRAR PORTUGUÊS»
LEMA DE 1983

PÓ EPOXY

Agora diga:



PRIMEIRO E ÚNICO FABRICANTE
NACIONAL DE PÓ EPOXY

LEMECOAT

(TINTA EM PÓ TERMOENDURECÍVEL)

- ☐ Conseguimos atingir os nossos objectivos!
- ☐ As maiores indústrias estão já a utilizar com plena satisfação a nossa tinta em pó que é inteiramente de fabricação nacional.
- ☐ Temos uma capacidade instalada para abastecer toda a indústria metalomecânica do País.
- ☐ Deste modo estamos a contribuir para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos, minorando as importações deste produto.
- ☐ Consulte-nos e resolveremos o seu problema.

FÁBRICA DE TINTAS LEME

APARTADO 20 - CASTELO DA MAIA - 4474 MAIA CODEX
TELEFONES: 9810540/9810548/9810558/9810763/9810764
TELEG. LEME PORTO - TELEX - 22838 LEME P

• TINTAS LEME = COR + QUALIDADE •

JUNTE-SE AO GRUPO
DOS QUE SABEM COMPRAR

14.337\$

MENSAIS*
SEM ENTRADA INICIAL
SEM JUROS

Adquira o seu carro novo EM 60 MESES através das possibilidades que a "compra em grupo" LUBRITEX lhe oferece.

FORD ESCORT 1.1, "L" 3 PORTAS.

Tracção dianteira.

Novo motor de alto rendimento

com baixo consumo de

combustível 5.7 litros a

velocidade constante de 90 km/h.

Suspensão totalmente

independente às quatro rodas.

Travões de disco à frente

com servo-freio.

Bancos totalmente reclináveis

torrados de tecido de alta

qualidade com apoios de

cabeça incorporados.

Pára-brisas laminado.

Óculo traseiro aquecido.

Entrega escalonada de duas viaturas

de 2 em 2 meses.

*Preço sujeito a alteração.



Ford ESCORT

FAÇA AS SUAS CONTAS. INSCREVA-SE JÁ!

CONTACTE A DELEGADA LUBRITEX AUTOGRUPOS Tels. Lisboa 600888/609343
Porto 29255/ 29374

stand moderno

SOC. DE REPRESENTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS
F. NUNES DE CARVALHO, S.A.R.L. Av. Roma, 104 A/B - 1700 LISBOA

1ª Empresa em Portugal a lançar o sistema de
"COMPRA EM GRUPO"

Dez anos após a legalização

Reagan declara-se contra o aborto

O décimo aniversário da legalização do aborto nos Estados Unidos foi assinalado com uma manifestação em Washington e uma declaração antiabortista feita pelo presidente Ronald Reagan.

Na sua mensagem semanal à nação, Reagan afirmou que continuará a apoiar uma legislação impeditiva da interrupção voluntária da gravidez, pois disse, «a maior oferta que Deus nos dá é a vida e é preciso protegê-la, mesmo em relação a uma criança que ainda não nasceu».

A legalização do aborto nos Estados Unidos registada à precisamente dez anos, confere à mulher o direito de interromper uma gravidez não desejada e baseia-se no direito constitucional da privacidade.

Contudo, esta lei não é igual em todos os Estados do país, registando-se alguns casos onde são estabelecidas restrições à prática do aborto.

Entre estas, figuram a obrigatoriedade de hospitalização para efectuar o aborto — enquanto a Associação de Ginecólogos recomenda que se façam em clínicas — e ainda o estabelecimento de um período de espera antes de se obter a autorização legal para abortar.

Num dos Estados é necessária a autorização paterna quando se trate de uma grávida de menor idade.

Nos últimos dez anos, o Supremo Tribunal mostrou uma certa relutância em aprovar limitações à lei do aborto e, em vários processos, favoreceu a interpretação constitucional do direito às práticas abortivas.

A polémica em torno do tema do aborto reacendeu-se, recentemente, com a subida de Reagan ao poder e com o aumento das pressões sobre o Supremo Tribunal que deverá decidir este ano se a lei deve ou não conter restrições.

Praticam-se anualmente nos Estados Unidos cerca de milhão e meio de abortos, a maioria dos quais relativos a mães solteiras, adolescentes e mães de família já com dois filhos.

Tumultos na Florida

Choques violentos opuseram sábado passado na cidade de Cocoa, Florida, Estados Unidos, os moradores de um bairro e polícias, depois de prisão de várias pessoas por tráfico de marijuana.

Cocoa é uma pequena cidade de quinze mil habitantes próxima de Cabo Canaveral e o bairro onde se deram os distúrbios, cuja população é essencialmente negra, é conhecida por «Pequeno Vietname», por causa das suas ruas cheias de lama e das suas casas cheias de fendas.

Morte na neve

Vinte e três pessoas morreram nos últimos dias em consequência de uma tempestade de neve e chuva, que assolou o sul dos Estados Unidos, e uma parte do Middle West no final da semana transacta e se estendeu durante o fim-de-semana ao este e nordeste do país.

A tempestade, que havia provocado 15 mortos no sul e cinco no Middle West, causou hoje, a morte de três outras pessoas, no leste do país. Os camiões de sal e os bombeiros foram eles próprios bloqueados sobre estradas geladas. No Estado de Nova Iorque um camião de bombeiros embateu num poste telefónico e uma ambulância que ia em socorro desses bombeiros foi também embatida por um camião.

Felipe Gonzalez-d “desnuclearização total

O chefe do governo socialista espanhol, Felipe Gonzalez, defendeu a «desnuclearização total da Europa». O dirigente espanhol salientou ao mesmo tempo que a «opção zero» proposta pelo presidente americano, Ronald Reagan, lhe «parece boa».

«Não só a «opção zero» me parece boa (...) como também o princípio estabelecido pelas organizações socialistas democráticas de lutar pela desnuclearização total da Europa me parece muito bom», comentou, acrescentando que se tratava de uma «ambição a médio prazo». A «opção zero», recorda-se, propõe a não instalação dos novos mísseis da NATO em troca do desmantelamento de todos os mísseis soviéticos de alcance intermédio.

Gonzalez reiterou também que era «partidário firme da não instalação de uma única arma nuclear» no solo espanhol.

Entretanto, a Grécia considera que a proposta formulada recentemente pelo Pacto de Varsóvia à NATO é «muito importante» e julga «de maneira positiva» o papel desempenhado pelos movimentos pacifistas e antinucleares na Europa, declarou ontem em Paris o primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu.

O dirigente socialista helénico indicou que a proposta feita pelo Pacto de Varsóvia de um tratado de não-

-belligerância e de desarmamento devia ser estudado «muito seriamente».

O primeiro-ministro grego, que falava perante seis chefes de Governo socialistas — Felipe Gonzalez (Espanha), Bruno Kreisky (Áustria), Olof Palme (Suécia), Kalevi Sorsa (Finlândia), Habib Thiam (Senegal) e Pierre Mauroy (França) — preconizou a criação de uma zona desnuclearizada nos Balcãs.

Andreas Papandreu afirmou que a causa do desarmamento não podia avançar sem uma mobilização popular, designadamente por intermédio dos movimentos pacifistas. O primeiro-ministro grego evocou a necessidade de se eliminar «a ameaça visível de uma guerra nuclear limitada, cujo teatro mais provável seria a Europa».

URSS não aceita

A União Soviética não aceitará «em caso algum» a «opção zero» pois esta significaria a «rotura brusca» da paridade dos armamentos na Europa,

reafirmou ontem a agência TASS.

A agência soviética, reagindo às últimas declarações do secretário americano da Defesa, Caspar Weinberger, segundo as quais as propos-

Segundo son Britânicos está mísseis de ci

Cinquenta e quatro por cento declararam-se contra o desenvolvimento na Grã-Bretanha e 23 por cento a nuclear unilateral, segundo uma pesquisa pelo «Sunday Times», em Londres.

A questão: se os mísseis de cruzados (na Grã-Bretanha), deverão ser comuns americano-britânico, ou somar 93 por cento das pessoas ir-se por um controlo conjunto.

Por outro lado, somente 9 por cento que os dirigentes americanos têm um

os problemas de Defesa e 16 por cento confiança neles.

A propósito da União Soviética, i

pensam que os dirigentes soviético

recto e 5 por cento consideram pod

tas soviéticas «não podiam ser analisadas nas conferências de Genebra», sublinha que essa posição está longe de ser partilhada pelos países europeus aliados dos Estados Unidos.

A posição dos países da Eu-

Luís Cabral termina exílio

— Agitação no Togo, Nigéria e Ghana

O ex-presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, chega no próximo dia 30 a Cabo Verde — confirmaram hoje à ANOP fontes oficiais da capital cabo-verdiana.

O ex-presidente ficará, em princípio, algum tempo no país, em férias — acrescentaram aquelas fontes.

Dois filhos de Luís Cabral já se encontram na Cidade da Praia.

Por enquanto, desconhece-se se Luís Cabral regressa a Cuba, onde se encontra voluntariamente exilado há cerca de um ano, bem como o local onde pretende fixar residência.

O irmão de Amílcar Cabral, que foi derrubado por um golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980, anunciou já a próxima publicação de um livro de memórias.

Benin encerra fronteira com a Nigéria

O Benin decidiu, sábado passado, encerrar a sua fronteira com a Nigéria, após as medidas nigerianas de «expulsão de estrangeiros em situação irregular», soube-se em Lagos, de fonte diplomática.

Esta medida, segundo a mesma fonte, poderá ser provisória e permitir encontrar uma solução para o problema do influxo de ghaneses (mais de dois milhões) que tentam passar da Nigéria para o Benin.

As fronteiras ghanesas com



Luís Cabral

a Nigéria estão encerradas desde Setembro.

Entretanto, soube-se em Lagos, de fonte diplomática ghanense, que estão a ser entabuladas conversações com as autoridades nigerianas, para a instalação de campos de refugiados onde os ghanenses poderão esperar a partida para Accra.

Mercenários britânicos

O quotidiano ghanense «The Ghanaian Times», citado pela Rádio Ghana afirma que «mercenários britânicos» se prepararam para atacar o Ghana a partir do Togo.

O jornal, citado pela Rádio Ghana, captada em Lomé, disse que um grupo de mercenários britânicos chegou à capital do Togo, proveniente de Londres, e espera a chegada de um segundo grupo para atacar o Ghana.

Acrescenta que os mercenários são recrutados por exilados ghanenses e dispõem de morteiros, metralhadoras, armas ligeiras automáticas e rádios.

O chefe da força terrestre ghanense, brigadeiro Arnold Quainoo, assegurou que o Exército do seu país estava pronto a ripostar ao ataque daqueles grupos, informou a rádio.

O Papa vai a Bissau

O Papa João Paulo II aceitou

o convite para visitar a República da Guiné-Bissau, durante uma das suas próximas viagens ao continente africano.

O convite foi entregue pelo primeiro-ministro guineense, Vítor Saúde Maria, durante uma visita de cortesia que efectuou ao Papa, no Vaticano.

Um porta-voz de Saúde Maria disse à agência espanhola EFE que a data da visita papal será combinada posteriormente entre a Santa Sé e o governo de Bissau, através do delegado apostólico, o arcebispo Luigi Dosena, residente em Dacar, capital do Senegal.

Sam Nujoma em Pequim

Sam Nujoma, dirigente do Movimento de Libertação da Namíbia, chegou hoje a Pequim, onde tenciona, diz a France Presse, reclamar da China auxílio militar para as suas forças de guerrilha em luta contra o Exército sul-africano.

O presidente da SWAPO anunciou, ao apelar-se do avião, que pedirá aos dirigentes chineses «material de guerra».

Prevê-se que as conversações levarão a um acordo para o treino dos combatentes da SWAPO e a instalação duma representação desta organização em Pequim.

Povo sarauí em luta

Tropas da República Árabe Sarauí Democrática atacaram a guarnição marroquina de Rebeib Bellauou, em 1, 4, 6, 8, e 11 de Janeiro, provocando «perdas consideráveis em material e vidas humanas», anuncia-se em comunicado oficial da RASD.

A posição de Rebeib Lemghader foi também atacada a 11 de Janeiro, enquanto que a 14, 17 e 18 do mesmo mês eram também «bombardeados intensamente» os postos de Mzeiriga, Sabti e Ratmi, situados ao longo da fronteira marroquina-sarauí ou no interior do território marroquino, acrescenta ainda a nota oficial da RASD.

Mubarak pede a Arafat q unilateralmente o Esia

Em entrevista exclusiva concedida ao semanário «Time», o presidente Hosni Mubarak, do Egipto, revela-se convencido da necessidade duma solução rápida do conflito do Médio Oriente, apela ao dirigente da OLP, Yasser Arafat que reconheça unilateralmente Israel e ao rei Hussein da Jordânia que se procure um meio de fazer participar a OLP no processo de negociação. Acrescenta que apoia a iniciativa do presidente Reagan para aquela região e frisa que os Estados Unidos devem esforçar-se por fazer cessar as implantações de novos colonatos israelitas na margem ocidental do Jordão. Se estas prosseguirem, que restará para negociar dentro de um ano? — per-

gunta. Como se resolverá então o problema palestino? A estratégia de Israel parece ser atravessar a aplicação da iniciativa de Reagan, durante um ano. Depois será muito difícil aplicá-la frisa ainda o sucessor de Sadat.

«Ameaças» dos EUA a Israel

Philip Habib, enviado especial do presidente Ronald Reagan, «ameaçou» Israel, com pressões económicas e militares, caso não retire as suas tropas do Líbano, informou a Rádio Israel.

O diplomata norte-americano teria feito essas ameaças durante as conversações que manteve com os ministros israelitas da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente.

Ariel Sharon e Isacc Shamir.

Os norte-americanos, segundo fontes políticas de Israel, «exigem a retirada israelita do Líbano com os menores custos possíveis».

Habib, de acordo com a citada rádio estatal, disse aos ministros israelitas que o seu país devia retirar «quanto antes» as bases militares instaladas no Líbano.

Os ministros israelitas teriam replicado que também os Estados Unidos possuem bases na Europa e noutras regiões do mundo «sem que isso seja considerado um atentado à soberania dessas nações».

Saad Haddad

O comandante libanês Saad Haddad, aliado de Israel, reafirmou que está «pronto para se

Crianças do Brasil

As crianças são hoje as principais vítimas do surto populacional do Brasil, onde a classe mais baixa da sociedade regista uma alta taxa de natalidade e se assiste a uma crescente recessão económica nos últimos anos.

Estimativas da «Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor» — instituição oficial — indicam que existem no Brasil cerca de 25 milhões de menores de 18 anos «carentes, desnutridos, sem educação nem higiene, sem ambiente familiar adequado e estável, nem atenções mínimas».

Um elevado número de entre estas crianças estão

abandonadas, sem habitação, roubando para comer ou pedindo esmola.

Tornou-se cenário habitual ver um menino com menos de 10 anos aproximar-se das mesas dos restaurantes para pedir comida, com uma expressão triste e desesperada.

Para o presidente da «Fundação do Bem-Estar do Menor em São Paulo» (FEBEM), Ribeiro Machado, «este problema apresenta características alarmantes», tendo em conta que aqueles 25 milhões de crianças — quase a quarta parte da população — representam uma parcela importante da sociedade brasileira dos finais deste século.



**ARMARIOS
ESTANTES
ROUPEIROS
OU OUTROS MÓVEIS**
EXECUTAMOS TODOS
MODELOS E MEDIDAS
MÓVEIS JORGE
Av. Almirante Reis, 35
(junto à Igreja dos Anjos)
Tel. 832161

Economia colombiana cercada pela droga

Um dos mais graves problemas da economia colombiana é o florescimento da chamada «economia ilegal», provocado principalmente pelas exportações de marijuana e cocaína — informou em Lima um economista colombiano.

Isidro Parra Pena, que intervinha num colóquio sobre o problema da economia da América Latina, disse que o valor das vendas colombianas de ambas as drogas em 1979, foi de 1500 milhões de dólares.

«Com as facilidades da exportação de marijuana e cocaína — acrescentou — a economia colombiana foi vítima inerte do florescimento de múltiplas actividades ilegais que distorceram o seu funcionamento e as operações na maioria dos seus campos».

Parra Pena precisou que isso assumiu proporções avultadas até 1976, com a marijuana primeiro e a cocaína depois.

O economista colombiano informou que na agricultura do seu país têm-se generalizado as culturas ilegais de marijuana e do arbusto de coca, o que tem originado Correntes significativas de comércio de tais «elementos de vício».

Por outro lado, Parra Pena denunciou que ao nível mineiro também se têm registado casos de extracções e transacções ilegais de esmeraldas e de ouro, ainda que as suas quantias não atinjam montantes elevados.

Para além da marijuana — revelou Parra — na Colômbia é negócio rendível desviar ilegalmente café, açúcar, arroz, e, geralmente, alimentos com oferta deficitária nos países limítrofes.

«As divisas conseguidas com estas vendas ilegais são de livre manuseio por parte de quem as realiza, ou seja podem alimentar o mercado negro de recursos de câmbio ou chegar ao Banco Central, de acordo com as conveniências dos contrabandistas» — acrescentou o economista.

Hoje e amanhã em Bruxelas

Portugal discute com a CEE integração da agricultura

Com João Salgueiro a chefiar a delegação portuguesa, iniciou-se, esta manhã, em Bruxelas, mais uma ronda de negociações visando a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

No centro das questões em discussão encontra-se a proposta francesa para a integração da agricultura portuguesa se fazer por fases dado o seu atraso estrutural. Lorenzo Natali deve apresentar, ainda hoje, a posição da Comissão Europeia sobre o problema sabendo-se que ela não é, no geral, favorável.

A reunião de Bruxelas, a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros dos «Dez» aprofundará, amanhã, o «dossier» das questões so-

ciais, que contém matéria delicada como a livre circulação de trabalhadores.

Este é o primeiro encontro dos ministros dos «Dez» no ano corrente e da agenda consta, igualmente, o debate das relações Leste-Oeste e a política comercial a seguir com o Japão. Preside à reunião o ministro alemão federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher.

Esta 11.ª sessão da conferência ministerial CEE-Portugal, a preparar durante todo o dia de hoje e a realizar amanhã inclui, ainda, problemas de impostos. A comissão tem preparada para submeter aos ministros e à delegação portuguesa uma declaração sobre os investimentos direc-

tos e o modo como eles poderão ser controlados em Portugal enquanto a adesão não produzir efeitos plenos com a consequente abolição de todas as barreiras fiscais.

Itália diz-se prejudicada

Em simultâneo com esta nova ronda das negociações com Portugal, a Itália, através do seu ministro do sector, mostrou-se preocupada com as repercussões na agricultura devido à invasão das produções agrícolas da Espanha e de Portugal.

«A adesão de Portugal e Espanha à CEE terá repercussões negativas para a Itália devido às produções agrícolas mediterrâneas» — afirmou, ontem, em Bona, o ministro italiano.

Petrogal interessada na exploração de petróleo em Angola

A Petrogal está a negociar com a Sonangol a obtenção de uma participação de 10 por cento na exploração de petróleo no bloco quatro das plataforma continental angolana, afirmou a Anop de fonte oficial.

O bloco quatro situa-se ao largo do Ambrizete e tem uma superfície de quatro mil quilómetros quadrados, tal como os outros 13 blocos em que foi dividida a plataforma continental angolana para efeitos de pesquisa e exploração de petróleo.

A proposta da Petrogal — Petróleos de Portugal teve um acolhimento favorável por parte da Sonangol — Sociedade Nacional de Petróleos Angolanos, que está a negociar com a Petrofina, belga, e a Petrobrás, brasileira, a redistribuição das quotas que lhes foram anteriormente atribuídas, a fim de permitir a participação da empresa portuguesa.

Os estudos sísmicos já realizados, bem como a existência de importantes jazigos nos blocos vizinhos, levam a crer que o bloco quatro possui reservas de petróleo excepcionalmente elevadas.

Prevê-se que a exploração de petróleo no bloco quatro poderá iniciar-se dentro de três anos; mas, antes, as quatro empresas petrolíferas, incluindo a Petrogal, terão de investir cerca de 200 milhões de dólares (cerca de 18 milhões de contos, aos preços actuais) nas pesquisas.

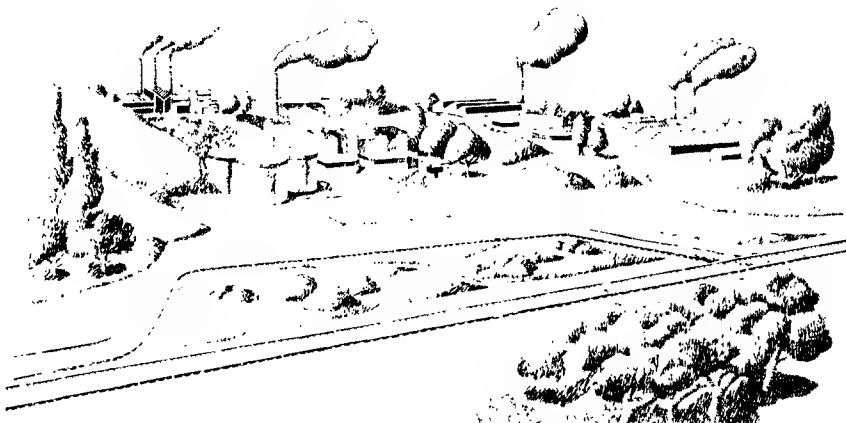
A Petrogal já dispõe de uma participação de 10 por cento no consórcio, a que foi atribuída a licença de exploração do bloco um e que é constituído, além da empresa portuguesa, pela AGIP, italiana, com 50 por cento, ELF — Aquitaine, francesa, com 25 por cento, Naftaplin e Naftagás, duas empresas jugoslavas, com 15 por cento em conjunto.

«A participação da Petrogal na exploração do petróleo angolano assegura a Portugal uma fonte estável de energia, embora capaz de assegurar apenas uma pequena parte do consumo português, ao mesmo tempo que garantirá a Angola a contribuição de técnicos portugueses de grande qualidade profissional e que têm a vantagem de falarem a língua comum», disse um economista português.

Além de terem participado na pesquisa e exploração dos jazigos situados junto de Luanda, antes da independência de Angola, técnicos portugueses de petróleo têm trabalhado nos Emiratos Árabes Unidos, onde a sua qualificação é, unanimemente, reconhecida.

Por outro lado, o Governo português está a negociar a importação de petróleo de Angola, destinado à refinaria de Sines, em compensação da participação das empresas metalomecânicas Sorefame, Mague e Somague no alteamento da barragem de Cambambe.

«As negociações em curso parecem encaminhar-se para uma solução favorável à proposta portuguesa, disse à Anop uma fonte oficial.



o transporte ferroviário representa uma grande economia no escoamento dos seus produtos

O título deste anúncio não pode deixar de o interessar, a si, empresário ou gestor. Porque é simples provar a afirmação nele contida. É tudo questão de contas. Contas, à rapidez e eficácia do caminho de ferro. Contas, ao custo por produto transportado. Argumentos muito fortes quando se trata, por exemplo, de construir uma nova unidade industrial. Situa-la perto da via férrea é ligá-la a todo o país e ao mundo, da forma mais racional e económica.

ramal particular

A estes cálculos junte a facilidade de ter um ramal particular nas suas instalações fabris onde tudo é carregado e descarregado. A CP dá-lhe o apoio técnico especializado estudando o projecto, analisando as melhores condições. Você faz contas e ganha mais. Porque os transportes são decisivos na determinação do lucro. Porque o transporte ferroviário é mais económico. Consulte os nossos serviços.



**os caminhos de ferro
também são caminhos de economia**

Patrões da indústria preparam intervenção política activa

O Conselho de Presidentes da Confederação da Indústria Portuguesa foi convocado para amanhã, em Lisboa, com o objectivo de analisar a situação política e económica em Portugal e discutir as posições a assumir pelo conjunto do patronato industrial.

A reunião fora convocada no passado dia 20, portanto antes ainda de o Presidente da República ter anunciado a dissolução da AR, pleo que nova expectativa

se desenha em torno das posições a anunciar publicamente pelo patronato.

Segundo a convocatória da CIP, o Conselho de Presidentes da Indústria reúne no Hotel Sheraton em Lisboa, da parte da manhã e, à tarde, pelas 15 horas serão divulgadas «as plataformas de actuação do empresariado português» em conferência de imprensa liderada por Pedro Ferraz da Costa.

Monchique não aceita a venda da empresa pública das termas

A Assembleia Municipal de Monchique, no Algarve, aprovou uma moção propondo ao Governo o cancelamento imediato do concurso público para a venda do estabelecimento termal das Caldas daquela localidade algarvia.

O concurso ainda não foi aberto, por estar a decorrer o respectivo processo administrativo exigido para a alienação das empresas do sector público, e os órgãos autárquicos do concelho também não foram consultados.

Esta moção da Assembleia Municipal foi enviada à Assembleia da República, ao Presidente Eanes, ao Governo, à Assembleia Distrital de Faro, aos Grupos parlamentares e aos órgãos de Inormação.

A Enatur, empresa pública de

turismo, tinha solicitado, em tempo, autorização ao Ministério das Finanças para vender várias parcelas do património da empresa das Caldas de Monchique, entre elas uma agência de viagens, uma empresa de «rent-a-car» e as termas propriamente ditas. A autorização foi concedida com a consequente reacção da Assembleia Municipal face ao processo administrativo entretanto desencadeado.

Uma fonte governamental comentou esta moção da Assembleia de Monchique dizendo ser política do Governo a restituição à propriedade privada das empresas «onde não se justifica económica ou socialmente a gestão pelo sector público».

Japoneses vão lançar novas películas fotográficas

A companhia japonesa Fuji Film anunciou ontem a saída próxima de duas novas películas a cores cuja qualidade, segundo afirma, será 100 por cento superior à dos filmes «convencionais».

Essas novas películas, que irão possibilitar «uma reprodução fiel da cor e uma fineza de grão sem igual», foram fabricadas graças à técnica de emulsão HR (High Resolution).

As duas novas películas — HR 100 (400 Asa ou 25 Din) e HR 400 (400 Asa ou 27 Din) — vão ser postas à venda a 24 de Fevereiro no Japão e no estrangeiro.

**é a Grande
Tempestade
CHUVA
DE SALDOS**

Casacos peles senhora 11.950 9.280.	Alcatifa argolinha e outras 4,00larg 298 198.(m2)	Blusões bombazine e fazendacriança 780 595.	Collants arrendadas senhora 59.5 39.
Gabardines Homem Senhora 1280 795.	Roupões fazendaxadrez 1.580 980.	EM TODAS AS LOJAS DOS	

**armozéns
CONDE BARÃO**

DESPORTO

Futebol: Taça de Portugal

Foguetes para Cinfães

O Cinfães é (já) um pequeno tomba-gigantes da Taça de Portugal em futebol, ao derrubar outra equipa de um escalão superior. É certo que o Cinfães (do bloco distrital) ainda não tombou nenhum «grande», mas eliminou o Riopele, 5.º da Zona Norte da 2.ª divisão, depois de anteriormente ter afastado o Penalva do Castelo (da 3.ª). Aguarda-se agora o sorteio desta tarde para os oitavos-de-final. Será que o Cinfães continuará a subir e terá à frente, para tomar, uma equipa da 1.ª divisão?

Entre os clubes do escalão principal saiu já o Estoril, «go-leado» (5-0) em Alvalade, num jogo em que o Sporting produziu boa exibição.

TOTO BOLA a chave

Braga-Alcobaça	1
Peniche-Boavista	2
P. Ferreira-Benfica	2
Lusitano-Espinho	x
Limianos-Portimonense	2
S. Martinho-Farense	2
Valdevez-C. Indústria	x
R. Socied.-Santander	1
Málaga-Bétis	1
A. Madrid-Real Madrid	x
Sampdoria-Inter	x
Cesena-Juventus	x
Verona-Roma	x

Surpresas houve em Guimarães, onde no Estádio Municipal o Académico de Coimbra impôs um nulo (mesmo após prolongamento) e mantém esperanças de qualificação para segundo jogo, em Coimbra.

O Lusitano conseguiu, em Évora, igualar (3-3) frente ao Espinho, num jogo também prolongado e emotivo, que resultou em mais um susto para um dos da 1.ª divisão.

Os restantes do grupo superior passaram: o Benfica não teve problemas em Paços de Ferreira (5-1), o Porto, nas Antas, também vergou o Famacão (5-0), o Boavista ganhou tangencialmente em Peniche (2-1) e o Portimonense foi vencer os Limianos (2-0), da 3.ª divisão.

O Silves, do escalão 3, também foi eliminar o Quimigal, último da Zona Sul, da segunda divisão, vencendo por 1-0 no Barreiro, uma cidade que cai ativamente a escada do melhor futebol.

O Naval 1.º de Maio foi eliminar o Poaires (1-0) entre equipas do 3.º bloco. Nesta 4.ª eliminatória da «Taça» a «selecção natural» foi a lei, com as equipas superiores afastando as do escalões de baixo, com louváveis excepções para o Cinfães e o Silves.

Nos que passam aos oitavos-de-final figuram o Sporting,

Continua na pág. 16



Antas: em jogo sem história, treino para Costa a companhia



Kostov (de cabeça) faz o tento de abertura



A bola, chutada por Lito, já está lá dentro: sossego para mestre Oliveira

Estoril pregado à relva: 5-0

Sporting: treino para o vale-tudo

De há muito a esta parte que uma **pêra doce** não aparecia no prato sportinguista, sedento de provar à malta amiga que tudo o que corria por aí (cobras e lagartos) era pura especulação e, mal surgisse ensejo, a felicidade voltava a immanar toda aquela santa rapaziada. Calhou a vez de um apático, sorumbático, tristonho, abúlico Estoril-Praia surgir no tapete de Alvalade, para mais intimamente vergado ao peso de problemas financeiros, que, como toda a gente sabe, impedem os profissionais do «team» da Costa do Sol de produzirem o melhor rendimento. Saídos do covil de Tróia, os «leões» chamaram um figo àquele pudinzinho flan confeccionado por Mário Nunes: cinco golos e mais não foram porque não calhou.

Verdade que o Sporting teve sorte em acertar muito cedo com o caminho mais curto para a baliza de Manuel Abrantes e do bom moço, que divide o seu ganha-pão com a exigência de ser «croupier» no Casino Estoril até madrugada rasgada, ter larga participação naquela rebaldaria pegada que era uma espécie de inicial cortina defensiva prontamente reduzida a uma folha de papel já sem tigres nem leopardos desenhados. O grupo da Costa do Sol, arrecadados dois tentos ante da dezena de minutos, não mais teve um esboço (sequer) de ideia táctica, de esquema visualmente entendido pela bancada: cada unidade tentou levar a água ao seu moinho, sem dar muito nas vistas em matéria de desacerto, deixando o zero absoluto para o último reduto e fazendo de Ernesto e Vitinha (tão inconformados como os experientes Manaca e Diamantino) a procurarem, aqui e além, colocar em ordem uma casa onde, mal se tapava uma janelita do sótão, logo ruia estrutura do chão da sala. E o Sporting, lampeito no aproveitamento de algumas situações (como esbanjador em dilatado punhado de outros minutos) lá foi fazendo golos e conquistando aplausos, levando para a galeria do aplauso Lito e Kostov, Zezinho e Carlos Xavier, Virgílio e Mário Jorge, Nogueira e Jordão, ao mesmo tempo que facilitava a recuperação psicológica de Manuel Fernandes (que já deve

estar quase totalmente esquecido do inquérito que, em má hora, houve alguém que quis, dentro do Sporting, mover ao seu excelente «capitão») exactamente como autorizou António Oliveira a chamar para o palco o quase anónimo Freire e até aquele simulacro de jogador que dá pelo nome próprio de Hamilton e só deve servir para meter medo a bebé de berço, receoso da sopa ou de entrar num quarto escuro.

Enfim: foi um jogo morno, o Sporting a jogar apenas o suficiente, ensaiando mais uma das suas múltiplas ramificações em termos de «onze», tudo autorizado (até o meio gás) por um Estoril Praia totalmente divorciado do bloco **canarinho** que tem sido delícia no nacional. Depois, até a arbitragem ajudou: não vimos o mais pequeno erro à trindade (Pedro Quaresma, Augusto Fernandes e Carlos Amorim) que, sem qualquer espalhafato, esteve verdadeiramente para vinte valores num espectáculo em que toda a gente **deu algum** para a Federação, mas guardando uns largos cobres para a etapa que vem aí, domingo próximo, e já não pode ser jogada a feijões nem por mestres ante meninos do coro.

NEVES DE SOUSA

Sob a arbitragem do lisboeta Pedro Quaresma (que esteve excelente e foi, impecavelmente, ajudado por Augusto Fernandes e Carlos Amorim) as equipas alinharam:

Sporting: Meszaros; Virgílio (Hamilton, 63), Carlos Xavier, Zezinho e Mário Jorge; Lito, Nogueira (Freire, 74) e Kostov; Manuel Fernandes, Oliveira e Jordão.

Estoril: Manuel Abrantes; Teixeira, José António, Can-sado, Hélio e Ernesto; Manaca, Vitinha e Vieira (Pedro Xavier, 73); José Abrantes (Paulo, 81) e Diamantino.

Cartão amarelo para Kostov. Golos: Kostov (3), Oliveira (9), Lito (36), Jordão (42) e Manuel Fernandes (52).

Paços de Ferreira, 1 — Benfica, 5

Sonhar é fácil

Não houve foguetes, nem tão-pouco fitas para cortar. O ambiente, porém, era ontem de festa, à tarde, em Paços de Ferreira. Compreensivelmente, aliás, pois não é todos os dias ou sequer todos os anos que os pacenses tem oportunidade de ver em acção o Benfica. Por outro lado, tratava-se, também, de experimentar o feto tapete da «Mata Real» (um «pelado» a menos no Norte) que, por sinal, fica muito bem enquadrado na vasta área arborizada que o circunda.

Motivos suficientes, portanto, para a montagem de um cenário diferente na pacata e laboriosa vila do distrito do Porto. Um cenário com uma moldura humana como raramente se terá visto naquelas paragens. Dentro e fora, o recinto de jogo era um mar de gente. Houve, até quem estivesse munido do respectivo bi-

lhete de acesso e ficasse fora de muros. Apesar disso (constou) ainda ficaram muitos bilhetes por vender...

Calcula-se, por conseguinte, que tenham assistido ao encontro cerca de 25 mil pessoas e que a receita (a dividir pelos intervenientes) ronde os 7 mil contos. Salvo se houve emissão de bilhetes falsos, como constou, também, momentos antes de se iniciar o encontro.

E julgamos que é tempo de dizer algo sobre o jogo em si, cujo desfecho, como se sabe, foi manifestamente favorável aos actuais comandantes do «Nacional» maior. Deverá salientar-se que a expressão numérica registada ao cabo dos 90 minutos não traduz, em nosso entender, o que se passou dentro das quatro linhas. Na verdade, há um certo exagero nos números. Se exceptuarmos o derradeiro

quarto de hora da partida, o Benfica foi uma equipa normalíssima, por vezes (até) afrita, que não mostrou tantos predicados como isso, por forma a justificar semelhante diferença. Senão, vejamos: o primeiro golo nasceu de um centro de Chalana que caprichosamente saiu remate e culminou com um falhanço colectivo de toda a gente que se encontrava junto da baliza do Paços de Ferreira; o 2.º tento dos «encarnados» foi obtido directamente por Carlos Manuel, na transformação de um «canto»; o 3.º, por sua vez, foi ainda mais curioso, pois ao despejar o esférico para fora da zona de perigo, o defesa Cerqueira atirou contra as pernas de Diamantino que, sem querer, fez a bola entrar longe do alcance do guarda-redes pacense; o 5.º golo, da autoria do mesmo Diamantino, só foi possível (igualmente) porque o guarda-linha local não segurou um remate de Nenê e, na recarga, Diamantino apareceu liberto de adversários.

É evidente que não está em causa a justiça do triunfo benfiquista: ficou praticamente assegurado desde o primeiro minuto, desde o momento que Ferreirinha deu ordem aos seus pupilos para jogarem aberto e mostrarem todos os seus «trunfos». E, de facto, enquanto tiveram fô-

lego, os pacenses jogaram taca a taca com o Benfica, forjando, até, algumas situações de apuro para o extremo reduto «encarnado», alicerçadas num futebol bem concebido tecnicamente e numa enorme vontade de fazer um «bonito».

Com uma humildade que apraz aqui realçar, os benfiquistas apareceram todos os golos do seu antagonista e ficaram na expectativa quanto à possibilidade de poderem arriscar um pouco. Pelas razões expostas, as coisas acabaram por se simplificar e os lisboetas apareceram na mó de cima com toda a naturalidade. De realçar, no entanto, a excelente réplica dada pelos locais durante o período que mediou entre o 2.º golo do Benfica (28 m) e o intervalo, cujos efeitos físicos viriam afectar o rendimento da equipa no 2.º tempo. Com efeito, a perderem por 2-0, os pacenses agigantaram-se e qual fera atingida de morte, jogaram tudo por tudo e não só reduziram para 2-1 como conseguiram galvanizar toda a plateia.

Resumindo: um jogo muito agradável de seguir, num relvado ainda bastante macio, perante uma assistência animosa que, reconhecendo embora o valor do Benfica, considerou o resultado como um castigo de-

Continua na pág. 16



Paços de Ferreira: Humberto comanda a entrada, Alves manda no jogo

Árbitro: Azevedo Duarte (Braga), auxiliado por Cunha Antunes (bancada) e Pinheiro Gonçalves (peão).

Paços de Ferreira: Zé; Bandeirinha, Miguel, Cerqueira e Casimiro; Rogério, Dinis, Regadas e Brandão; Daniel e Ribeiro (Sacramento, aos 86 m).

Benfica: Bento; Pietra, Humberto Coelho, Bastos Lopes I e Carlos Pereira; Carlos Manuel, Alves, Sheu e Chalana (Bastos Lopes II, aos 77 m); Nenê e César (Diamantino, na 2.ª parte).

Ao intervalo: 1-2. Marcadores: Chalana (25 m), Carlos Manuel (28 m), Cerqueira (29 m), Diamantino (59 e 78 m) e Alves (71 m).

DESPORTO



Barreiro: Quimigal em queda livre

Futebol: taça

Continuação da pág 15

Boavista, FC Porto, Braga, Benfca e Portimonense (1.ª divisão), Leixões, Farense, Valdevez e Gil Vicente (2.ª). Silves, Esperança de Lagos e Naval 1.º de Maio (terceira) e Cinfães (distrital). Isto é: em 14 há seis da primeira divisão, quatro da segunda, três da terceira e um dos distritais. Trata-se (pois) da pirâmide sem surpresas. Ainda que as repetições Académico - Guimarães e Boavista - Lusitano de Évora possam trazer água no bico.

Para a história

Resultados completos dos 16 avos da Taça de Portugal em Futebol:

● Entre clubes da 1.ª Divisão: Sporting - Estoril, 5-0 e Sp. Braga - Gin. Alcobaça, 2-0.

● Entre clubes da 1.ª e 2.ª Divisões: Peniche - Boavista, 1-2; F. C. Porto - Famalicão, 5-0; P. Ferreira - Benfca, 1-5; Guimarães - Ac. Coimbra, 0-0 (após prolongamento) e Lusitano de Évora - Sp. Espinho, 3-3 (após prolongamento).

● Entre clubes da 1.ª e 3.ª Divisões: Os Limianos - Portimonense, 0-2.

● Entre clubes da 2.ª Divisão: Leixões - Estrela de Portalegre, 3-1.

● Entre clubes das 2.ª e 3.ª Divisões: S. Martinho - Farense, 1-3; Valdevez - Comércio e Indústria, 1-0 (após prolongamento); Gil Vicente - Fafe, 2-0 (após prolongamento) e Quimigal - Silves, 0-1.

● Entre clubes da 2.ª Divisão e distrital: Cinfães - Riopole, 1-0.

● Entre clubes da 3.ª Divisão: Esperança de Lagos - Coelima, 6-0 e Póiares - Naval 1.º Maio, 0-1.

Os oitavos de final realizam-se em 20 de Fevereiro e o sorteio processa-se hoje, às 18 horas e 30, no Hotel Fénix (Lisboa).

A seguir

Os nacionais de futebol reatam-se no próximo fim-de-semana, com o jogo Sporting-Porto em grande plano: na primeira volta os «leões» empataram na Antas (0-0). Os outros encontros são os seguintes: Varzim - Salgueiros (1-0), Vitória de Setúbal - Estoril (1-3), Sporting de Espinho - Vitória de Guimarães (2-1), Sporting de Braga - Marítimo (0-1), Portimonense - Rio Ave (1-2), Alcobaça - Amora (0-2) e Boavista - Benfca (0-3).

Atenção, portugueses

O Real Sociedad (parceiro do Sporting na próxima eliminatória da «Taça dos Campeões Euro-

peus»), venceu o Santander (2-0) para o campeonato espanhol e ocupa agora o 8.º lugar do torneio.

Ao mesmo tempo, o Roma (adversário do Benfca nos quartos-de-final da «Taça UEFA») empatou a um gol no campo do Verona, mantendo a liderança do campeonato italiano com uma vantagem de dois pontos sobre o seu adversário de ontem.

Terceira divisão

Jogos referentes ao campeonato da terceira divisão em atraso na Série B (12.ª jornada): Infesta - Lamego, 2-2; Série D (10.ª jornada): Alferrarede - Torres Novas, 4-2. Jogos antecipados na Série B (14.ª jornada): União de Lamas - Tirsense, 0-0; Série C (15.ª jornada): Tondela - Ovarense, 1-1; Série F (13.ª jornada): Almada - Despertar, 5-0.

Juniões

Barreirense e Quimigal empataram sem golos num jogo em atraso da 14.ª jornada da série F do campeonato júnior, disputado no campo do Barreirense. Com este resultado, a Quimigal subiu ao 2.º lugar da sua série, com 19 pontos, menos quatro do que o «líder», o Farense.



Peniche: boavistelo tiveram de suar

Particulares

O Belenenses venceu por 3-1 o comandante do campeonato búlgaro (CSKA) em jogo particular disputado ontem no Estádio do Restelo. O Belenenses, que na época passada desceu à 2.ª divisão, marcou através de Ruben e Bule (aos 34 e 41 minutos). O tento búlgaro foi obtido por Sambinha, introduzindo a bola na própria baliza. O resultado final foi fixado por Edmilson, aos 72 minutos.

Olhanense e Amora empataram (3-3) em jogo disputado em Oihão. Ao intervalo o Olhanense vencia por 2-1 (golos de Mirabaldo e de Valdo) tendo João António (de grande penalidade) marcado o tento do Amora. A 15 minutos do termo do encontro o Olhanense ganhava por 3-1, tendo o 3.º golo sido obtido por Sérgio. O Amora (porém) reagiu acabando por empatar, com golos de Amadeu e de Camões.

Benfca: em frente

Continuação da pág 15

masiado severo para a equipa da casa.

Sem grandes problemas para resolver, a arbitragem situou-se em plano que se pode considerar aceitável. Todavia, queremos deixar expresso que ficamos com algumas dúvidas num lance que ocorreu aos 8 minutos da 2.ª

parte, na área benfquistista, entre Bastos Lopes I e Ribeiro: pareceu-nos que o primeiro derubou intencionalmente o parceiro e que, nesta conformidade, o juiz da partida devia assinalar o respectivo castigo máximo.

Manuel Neto

Amendoeiras: Mamede ganha e cala-se

Aurora Cunha vence contrariando o técnico

Fernando Mamede venceu (destacado) a sétima edição «Crosse Internacional das Amendoeiras», na Aldeia das Açoteias (Algarve), na distância de 10 000 metros. Mamede (recordista europeu dos 10 000 metros) venceu pela 3.ª vez este crosse internacional, o que constitui um recorde individual de triunfos. Classificação dos melhores: 1. Fernando Mamede, Sporting, 29.15.9; 2. Steve Jones, Inglaterra, 29.37.4; 3. José Sena, Porto, 29.50.0; 4. Ezequiel Canário, Sporting, 29.56.7; 5. Benny Ford, Inglaterra, 30.00.0; 6. Martti Vainio, Finlândia, 30.02.0; 7. Ralf Salzmänn, RFA, 30.03.6; 8. Francis Gonzalez,

França, 30.07.6; 9. Liwe Monkemeyer, RFA, 30.11.6; 10. H. Sandstrom, Finlândia, 30.15.0.

Por seu lado, Aurora Cunha venceu a prova feminina, disputada no percurso de 4000 metros. Aurora Cunha comandou desde o início.

AS melhores senhoras: 1.ª, Aurora Cunha, Porto, 13.05.5; 2.ª, Bergit Friedmann, RFA, 13.10.2; 3.ª, C. Buerky, Suíça, 13.13.4; 4.ª, Rosa Mota, CAP, 13.16.9; 5.ª, Paula Fudge, Inglaterra, 13.25.0; 6.ª, Shireen Samy, Inglaterra, 13.33.5; 7.ª, Kim Lock, Inglaterra, 13.40.1; 8.ª, Albertina Machado, Braga, 13.46.9; 9.ª, Deddie Peel, Inglaterra,

13.50.4; 10.ª, A. Ford, Inglaterra, 13.54.0.

Nazaré

Aniceto Simões (Sporting) venceu a «II Volta às Lagoas» na Nazaré. Na 2.ª posição classificou-se Joaquim Pereira (CDUL) e em 3.ª o sportinguista Armando Aldegalega.

Fátima

O oitavo «Grande Prémio» de atletismo de Fátima realiza-se no dia 30, com corridas de fundo e meio fundo para todas as categorias, de iniciados a veteranos. O «Grande Prémio» é promovido pela secção de atletismo do clube daquela vila, o Centro Pa-

roquial de Fátima, que prevê a participação de alguns atletas de grandes clubes, entre eles o Sporting e o Benfca. Na edição do ano passado participaram neste «Grande Prémio» mais de três centenas de atletas.

Máximo

O atleta norte-americano Billy Olson melhorou a sua própria marca mundial de salto com vara em pista coberta, ultrapassando 5,76 metros. Olson, que participou num torneio de atletismo em Los Angeles, melhorou a sua marca de 5,75 metros, estabelecida há uma semana em Otava (Canadá).

Mamede de boca fechada

Fernando Mamede recusou-se a prestar quaisquer declarações aos órgãos da Comunicação Social. A justificar esta sua atitude referiu as críticas que lhe são feitas, bem como a ausência de Carlos Lopes, primeiro, no «Grande Prémio dos Reis» e, agora, nas Açoteias.

Aurora Cunha, que venceu a prova pela segunda vez consecutiva, considerou-a bastante rápida, declarando que apenas conseguiu vencer por ter ido para a frente do pelotão, ao contrário das ordens do seu técnico (prof. Fonseca e Costa) pois «não gosta de correr atrás seja de quem for».

Rosa Mota, 4.ª classificada, mostrava-se satisfeita com a posição alcançada em prova excessivamente rápida e, ao mesmo tempo, com a vitória de Aurora Cunha, por ter sido «mais uma vitória portuguesa». José Sena (FC Porto) considerou-se satisfeito com o 3.º lugar alcançado, especialmente, por «andar bastante atrasado no treino».

Ezequiel Canário (Sporting) considerou boa a posição alcançada, que em parte não esperava devido a não ser «dos mais novos para provas com estas características», salientando que a marca obtida não estava na suas previsões mais optimistas.

Nacional de basquetebol

Queluz: triste figura ao findar 1.ª etapa

O F. C. do Porto foi o vencedor da 1.ª fase do nacional da principal divisão de basquetebol. Mas o mais importante é que a turma «azul e branca» concluiu a «poule» com duas derrotas menos do que o Benfca e quatro também a menos do que o Queluz, o que balanceia a equipa portista para uma situação de desafio na «poule» a seguir. No novo regulamento da prova, a fase derradeira disputar-se-á na região do vencedor do conjunto das duas primeiras: daí o F. C. do Porto partir em situação de nítida vantagem, ao levar para as Antas a fase final que terá o sorteio no dia 27.

A corrida entre o Ginásio e a Ovarense, para evitar a queda na série dos últimos, acabou por ser favorável aos ginastas: assim, na próxima «poule» dos oito primeiros (de que serão excluídos quatro) teremos o F. C. do Porto, Benfca, Queluz, Olivais, Barreirense, Sangalhos, Atlético e Ginásio. Na série dos últimos, cuja finalidade é evitar a fixação no 10.º e 11.º lugares (que obrigam à descida de divisão) os competidores são: Ovarense, Sanjoanense e CDUL.

Na dupla jornada deste fim-de-semana o Olivais (de Coimbra) foi o grupo mais em evidência, ao triunfar como visitante do Benfca e do Atlético, recintos em que, por exemplo, o F. C. do Porto, que foi o campeão da «poule», sofreu as suas únicas derrotas.

Resultados da 19.ª jornada: Ovarense - CDUL, 75-67; Benfca - Olivais, 82-87; Sanjoanense - Barreirense, 73-102; F. C. do Porto - Queluz, 70-65 e Atlético - Ginásio, 102-77. Folgou o Sangalhos. Na 20.ª etapa: Ovarense - Queluz, 74-100; Benfca - Ginásio, 82-75; Atlético - Oli-

vais, 77-79; F. C. do Porto - CDUL, 81-61 e Sangalhos - Barreirense, 82-74. Folgou a Sanjoanense. Tabela da 1.ª fase: 1.º F. C. do Porto, 38 pontos; 2.º Benfca, 36; 3.º Queluz, 34; 4.º Olivais, 34; 5.º Barreirense, 32; 6.º Sangalhos, 31; 7.º Atlético, 29; 8.º Ginásio, 26; 9.º Ovarense, 25; 10.º Sanjoanense, 25 e 11.º CDUL, 20, todos com vinte jogos.

Problemas, casos

Nas Antas e em Ovar houve problemas com alguns jogadores do Queluz. No recinto dos

portistas, o norte-americano Rossin semi despiu os calções, o que fez despoletar uma onda de repulsa e, já na saída para os balneários, Santiago agrediu a soco um assistente, por acaso menor, que lhe dirigia «piropos».

Em Ovar, foi Carlos Lisboa o intérprete de uma cena triste, que poderia ter evitado com um pouco mais de calma. Em consequência, o jogador (por acaso o melhor do nosso basquete) esteve como que sequestrado por prolongados minutos, impedido de sair do recinto pelos adeptos ovarenses.

Nacional de andebol

Espinho entre finalistas

O interesse da jornada de ontem (14 e última do nacional de andebol da divisão de honra, fase de apuramento) estava preso aos jogos em que, participavam a Académica de Coimbra (visitada pelo Desportivo da Póvoa) e o Sporting de Espinho (visitante do Desportivo Portugal) os grupos em luta pelo 4.º lugar nortenho, de triagem para a fase final. Os estudantes triunfaram facilmente, como se esperavam, mas como também os espinhenses venceram, com alguma surpresa, será o conjunto da Costa Verde a acompanhar F. C. do Porto Académica de S. Mamede, Desp. Portugal, Sporting Benfca, Belenenses e Almada na fase derradeira da prova em que o título (na posse do Benfca) se decidirá.

Nas 14 rondas da «poule» inicial, será de dar alguma atenção

(no sentido negativo) ao descalabro defensivo que evidenciaram as equipas, inclusivamente as de mais potencialidades. Os técnicos têm-se referido com insistência aos malefícios da situação, encontrando dificuldades para combater vícios nas preferências ofensivas dos jogadores, descurando cuidados defensivos elementares que originam «buracos» condutores à movimentação desregada dos resultados. Há mais descalabro dos sectores recuados, do que mérito para a acção dos marcadores em doses industriais.

Repare-se na expressão dos números de alguns jogos de ontem: 70 golos (por exemplo) no Sporting - Almada e ficará testemunhada a tendência ofensiva em declarada «aversão» dos jogadores em respeitar as instruções dos treinadores que reco-

memdam mais espírito de unidade defensiva.

Resultados desta última jornada preliminar, na Zona Norte: S. Mamede - Fermentões, 40-22; Académica de Coimbra - Desp. da Póvoa, 31-21; Desp. Portugal - Sp. Espinho, 20-22 e Académico do Porto - F. C. do Porto, 12-33. Zona Sul: Sporting - Almada, 45-25; Paço de Arcos - Cascais, 33-22; Belenenses - Benfca, 23-33 e Vit. Setúbal - Encarnação, 25-40. Pontuações na Zona Norte: 1.º F. C. do Porto, 40 pontos; 2.º S. Mamede, 37; 3.º Desp. Portugal, 30; 4.º Sp. Espinho, 30; 5.º Académica de Coimbra, 30; 6.º Desp. da Póvoa, 21; 7.º Académico do Porto, 20 e 8.º Fermentões, 18. Zona Sul: 1.º Sporting, 40; 2.º Benfca, 40; 3.º Belenenses, 34; 4.º Almada, 27; 5.º Paço de Arcos, 26; 6.º Encarnação, 25; 7.º Vit. Setúbal, 18 e 8.º Cascais, 14.

DESPORTO

ponta esquerda

Pelé não disse adeus a Garrincha

Pelé não assistiu às exéquias de Garrincha, seu antigo companheiro da selecção brasileira, falecido na quinta-feira. Pelé explicou a sua ausência declarando: «Nunca vou a enterros, não me sinto bem, mas não me esqueci de rezar por ele. Sou católico e prefiro respeitar aquele que morre e pedir a Deus pela sua alma», acrescentou, afirmando que estava disposto a dar todo o apoio necessário à família de Garrincha. Tentava, assim, responder às críticas de inúmeros brasileiros, muito decepcionados pelo facto de Pelé não ter ido ao Estádio do Maracanã, onde esteve exposto o corpo do antigo campeão do mundo em 1958 e 1962.

Jairo de Freitas, o responsável pelo túmulo de «Mané» em Pau Grande (perto do Rio), destruiu (por seu turno) a coroa de flores enviada por Pelé.

Brito, o antigo defesa central da selecção brasileira na Taça do Mundo de 1970, também não se mostrou nada temo em relação a Pelé e aos internacionais actuais (em particular Zico, Sócrates e Júnior) que não se deslocaram ao funeral. «Garrincha merecia um pouco mais de respeito da parte de jogadores que, se ganham dinheiro hoje, o devem em parte a «estrelas» do passado como ele», declarou Brito.

Búlgaros em Sines: ficou tudo a ver navios

A equipa que lidera o campeonato búlgaro, o CSKA, não compareceu no campo do Vasco da Gama (de Sines) onde muitos adeptos do futebol aguardavam, no sábado, um jogo de carácter particular. O CSKA de Sófia encontra-se em Portugal a estagiar, aproveitando o interregno do campeonato búlgaro.

A direcção do clube de Sines, perante a ausência da turma búlgara, divulgou um comunicado responsabilizando o presidente do Farense (Fernando Barata), pelo sucedido. Pouco tempo antes do início do jogo previsto para Sines, um director do Farense informou telefonicamente o Vasco da Gama de que o CSKA se deslocara para Elvas para um jogo particular. A comissão directiva do Vasco da Gama lamentou as despesas envolvidas nesta ausência de jogo em Sines e o que considerou falta de respeito pela população local, acrescentando que o clube se reserva o direito de tomar as medidas que julgar convenientes face ao sucedido.

O comunicado é acompanhado de documentação sobre a troca de correspondência entre o Vasco da Gama e a organização responsável pela deslocação da equipa búlgara, que ficara estabelecida em 13 de Janeiro. Veiga Trigo, arbitro que recentemente se demitiu e fora especialmente convidado para apitar o encontro particular compareceu no campo do Vasco da Gama, mas outra equipa de arbitragem (liderada por Amândio Silva) também apareceu no campo, enviada pelo Conselho Nacional de Arbitragem, sem que tal tivesse sido solicitado, dado o carácter particular do encontro.

Entretanto, cerca de 400 mil escudos de bilhetes vendidos foram restituídos ao público que se deslocara de vários pontos do Alentejo e do distrito de Setúbal para assistir ao jogo.

Atletismo faz mortes: na Nazaré e no Peru

Vítima de um colapso cardíaco, faleceu, ontem à tarde, na Nazaré, o atleta Eduardo da Torre, que participava na II Volta às Lagoas, prova disputada em Valado de Frades, a cinco quilómetros daquela vila piscatória. A notícia vem hoje no nosso colega «Gazeta dos Desportos», que acrescenta:

«Eduardo da Torre, 49 anos, tombou subitamente no chão ao quilómetro cinco da corrida. Imediatamente transportado ao Hospital da Nazaré, o atleta chegou aí já sem vida. Os médicos limitaram-se a diagnosticar um colapso cardíaco».

Eduardo Eire da Torre, natural de Alcântara, em Lisboa, representava o Grupo de Amigos do Atletismo - Os Mocas. Segundo informações reveladas por alguns dos seus colegas, Eduardo da Torre teria feito, há tempos, um exame médico, na sequência do qual os médicos o aconselharam a «correr com muito cuidado», pois tinha uma «deficiência na válvula mitral». O atleta amador, que residia em Queijas, nos arredores de Lisboa, era funcionário da EDP.

Por seu lado, no Peru, o atleta Gaspar Pachas morreu no decorrer de uma prova de atletismo realizada na cidade de Lima. O atleta, que, aos doze quilómetros da prova, se sentiu bastante mal, saiu, perdendo os sentidos. Levado para uma clínica, Gaspar Pachas sucumbiu pouco depois. Segundo os médicos, a razão da morte do atleta foi um ataque cardíaco. Os responsáveis pela prova afirmam que todos os participantes foram obrigados a apresentar um certificado médico, pelo que não existem qualquer culpas dos organizadores.

Jogos desportivos de jornalistas

A cerimónia de abertura dos Primeiros Jogos Mundiais dos Jornalistas terá hoje lugar em Font-Romeu, com a participação, durante quatro dias, de representantes procedentes do Canadá, Áustria, RFA, Espanha, Bélgica, Suíça, Itália e França. As provas, em que participarão mais de 300 pessoas (homens e mulheres), são compostas por várias especialidades de esqui (descida, esqui de fundo, etc.) e hóquei sobre gelo.

Placard

Guarda: Inatel

A bicampeã de Portugal de xadrez, Aida Ferreira, classificou-se em 1.º lugar no campeonato individual de xadrez no Inatel, que se realizou na

Guarda. O torneio (de âmbito distrital) apurou o representante da Guarda no campeonato nacional do Inatel, a realizar em 26 e 27 de Fevereiro, em Vila da Feira.

Natação portuguesa: ouro, prata e bronze

Portugal terminou a sua participação nos campeonatos internacionais de natação de Genebra com uma segunda medalha de ouro alcançada pela equipa feminina na prova de 4 vezes 50 metros estilos. O quarteto formado por Teresa Figueiras, Paula Lamego, Teresa Villaret e Maria Helena Barros foi o primeiro entre as seleções (representantes de federações nacionais ou associações regionais), com o tempo de 2 minutos, 10,16 segundos.

Na final da mesma prova masculina, Portugal (alinhando com Pedro Soares, José Carlos Moreira, Jorge Faria e Henrique Villaret), foi quarto classificado, com 1.58,04, cabendo a medalha de ouro à equipa checoslovaca, com 1.52,30.

Portugal teve um saldo de duas medalhas de ouro, quatro de prata e uma de bronze. José António Sacadura (director técnico da selecção de oito jovens nadadores portugueses) declarou o termo dos campeonatos, que os objectivos foram alcançados. A preparação evoluiu como se esperava e prova-se que o futuro da natação portuguesa está assegurado por estes jovens, que podem substituir os actuais primeiros planos, disse José António Sacadura.

Além das medalhas ganhas, Maria Helena Barros bateu duas vezes o recorde nacional absoluto dos 200 metros estilos, fixando-o em 2 minutos 28,87 segundos, ao ganhar a medalha de ouro na final da especialidade.

Nesta boa participação em que as quatro raparigas se superiorizaram, em resultados alcançados, aos quatro rapazes, o ouro, a prata e o bronze pertenceram às jovens. Helena Barros e o quarteto obtiveram ouro respectivamente nos 200 metros estilos e na estafeta 4x50 metros estilos. Teresa Figueiras, que viu Helena Barros retirar-lhe o recorde nacional nos 200 estilos, obteve medalhas de prata em 200 estilos e 100 costas, enquanto o quarteto feminino também ficava com a prata da estafeta 4x50 livres. Helena Barros alcançou a medalha de prata nos 100 metros bruços.

A medalha de bronze coube a Paula Lamego, nos 100 metros costas.



Voleibol feminino: Sporting vence o Benfica (3-0) e comanda o bloco sul do campeonato nacional

“Masters” para checoslovaco Lendl

O checoslovaco Ivan Lendl, conquistou pela 2.ª vez consecutiva o torneio «masters» de ténis, derrotando na final o norte-americano John McEnroe, em três «sets» (6-4, 6-4, 6-2). Durante todo o encontro, que demorou duas horas e 15 minutos, Lendl impôs a sua precisão, confiança e força, perante um McEnroe irregular. Esta foi a 7.ª vitória de Lendl sobre McEnroe, nas sete ocasiões em que se defrontaram nos últimos 18 meses.

O primeiro jogo forneceu a tónica do que se iria passar no Madison Square Garden (de Nova Iorque): um McEnroe pouco acertado no serviço mas com jogo vistoso e preciso e um Lendl que, do fundo do «court» enviava poderosos lançamentos para os cantos da área do adversário. O primeiro «set» viu o forte serviço de Lendl obrigando McEnroe a subir algumas vezes à rede, onde o norte-americano conseguia os seus melhores pontos mas onde também cometia os seus principais falhanços, por precipitação. A chave do segundo «set» esteve no 7.º jogo, quando Lendl rompeu o serviço de McEnroe no «Game» mais duro e disputado do encontro. Após salvar seis ocasiões de jogo, McEnroe teve que se render aos «passings-shots» de Lendl, apesar de ter embelezado o seu serviço e de contar com o incondicional apoio do público novaiorquino.

O jogo foi-se tornando cada vez mais vistoso à medida que os jogadores aqueciam, com McEnroe lutando e fazendo malabarismos junto à rede e Lendl mostrando todo o tipo de passes longos e precisos e evidenciando grande forma física. A derrota do segundo «set» afectou claramente o moral de McEnroe que, a par-

tir daí acumulou erros. Lendl (por seu turno) aumentava de confiança e arriscava-se a subir à rede, o que lhe permitiu (como no primeiro «set») quebrar o serviço do adversário no primeiro jogo do 3.º «set». A partir daí o triunfo de Lendl foi apenas uma questão de tempo.

Lendl arrecadou assim 100 000 dólares (cerca de 10 milhões de escudos), o que eleva a mais de dois milhões de dólares (mais de 200 milhões de escudos) os seus lucros da época de 1982, em que venceu um total de 15 importantes torneios, igualando o recorde de Jimmy Connors (em 1974) e de Guillermo Vilas (em 1977). McEnroe recebeu um cheque de 60 000 dólares (cerca de seis milhões de escudos).

Borg retira-se

O tenista sueco Bjorn Borg anunciou (em Banguecoque) que se vai retirar da competição para se dedicar apenas a jogos de exibição. Borg, que se encontra na capital tailandesa com sua mulher, (Mariana Simionescu) disse que já não sente o espírito competitivo que o levou (designadamente) a ganhar cinco torneios em Wimbledon e seis em Roland Garros. O treinador (Leonard Bergelin) declarou que, antes de se retirar, Bjorn Borg participará num torneio do circuito internacional de «Grandes Prémios», provavelmente o de Monte Carlo (na 1.ª semana de Abril) e só depois se dedicará em exclusivo a partidas de exibição.

Propaganda em Leiria

Jogos exibição e aulas colectivas prosseguem em Leiria, para propaganda do ténis. A jornada já

integrou um colóquio orientado pelo secretário técnico do Clube de Ténis do Porto (Luís de Sousa) que estagiou em 1980 em Praga e em 1982 em São Francisco. Um jogo-exibição com a participação do professor Luís Filipe Amaral seguido de uma aula colectiva para os alunos da Escola de Ténis de Leiria, preencheu a tarde de sábado desta iniciativa de propaganda do ténis.

MICROSEPIO

Xadrez: torneio de Luanda

O português António Fernandes defronta o angolano Silla, na 1.ª jornada (amanhã) do segundo torneio internacional de xadrez de Luanda, na capital de Angola. O sorteio decorreu após a cerimónia de abertura do torneio em Luanda, onde já se encontra o xadrezista português, «mestre da fide», e o tunisino M. Kaabi, esperando-se hoje e amanhã a chegada da maior parte dos restantes jogadores. O resultado do sorteio da 1.ª jornada foi o seguinte: Ribarov (Angola) - Cserna (Hungria); M. Kaabi (Tunísia) - J. Francisco (Angola); A. Nascimento (Angola) - Kuaza (Zimbábue); A. Jorge (Angola) - D. Barlov (Jugoslávia); M. Silla (Angola) - M. Fernandes (Portugal); Kanani (Quênia) - J. Sunye (Brasil).

Bridge: torneio

A dupla João Nuno/Rui Pinto venceu um torneio internacional de bridge, num hotel da zona do Estoril. O torneio teve três sessões, de acordo com o sistema «mitchell», e foi homologado pela Federação Portuguesa de Bridge. A prova feminina foi ganha pela dupla Rita Serra/Maria Debonnaire, o primeiro prémio misto foi ganho por Dolores San Miguel/Luís Abecassis e o primeiro prémio norte por António Ferreira/Juliano Barbosa. O torneio foi dotado com 340 mil escudos de prémios, dos quais cem mil para o primeiro.

Patinagem: congresso

O primeiro Encontro Nacional de Patinagem vai realizar-se nos dias 29 e 30 em Cascais e no Estoril, disse Judite Costa Gomes, coordenadora regional de Lisboa da Direcção-Geral dos Desportos. Neste encontro, considerado como um convívio entre praticantes de patinagem artística, hóquei em patins e corridas com patins, irão ser tratados alguns dos problemas mais prementes destas especialidades desportivas. Poderão assistir todos os elementos dos núcleos, escolas ou clubes filiados na federação, de Norte a Sul do país, dos Açores e da Madeira e abrangidos pelo plano de desenvolvimento da Direcção-Geral dos Desportos.

OPÉL KARAOKE
1.2 cc Special 5100 cc

60 meses
sem entrada
sem juros

LEMAUTO
Almada Montijo

Av. A. Povo MFA - Tel. 276 52 77 • C. da Piedade Tel. 276 50 44
Tel. 231 13 52 • Barreiro Tel. 207 21 06

poligrupo

Pol. Av. da República 305 Est. 23 (junto a Pórtico) - Tel. 276 50 44
Lisboa - Tel. 276 50 44



Novo Grupo estreia

“O Suicidário”

Depois do assinalável êxito alcançado pelo seu primeiro espectáculo «Oíçam como eu Respiro», de Dário Fo e Franca Rame, em cena há quase nove meses, o novo grupo de teatro vai estreiar no próximo dia 25, a sua segunda produção «O Suicidário» de Nikolai Erdmann, autor soviético cuja importância continua por revelar. Contemporâneo de Maiakovski, Erdmann escreveu nos finais dos anos vinte a farsa trágica «O Suicidário» que aborda a situação de uma sociedade no período pós-revolucionário.

Do elenco, agora constituído por todos os elementos do Novo Grupo, fazem parte: Amílcar Botica, António Reis, Argentina Rocha, Carlos Pisco, Carmen Santos, Costa Soares, Filipe Crawford, Francisco Pestan, Irene Cruz, Joe, Constantino, Jorge Gonçalves, José António Maria Albergaria, Maria João Fonseca, Mário Viegas, Melim Teixeira, Paula Guedes, Tereza Lima, e Vasconcelos Viana.



Mário Viegas numa cena de «O Suicidário», de Nikolai Erdmann

A versão é de Luiz Francisco Rebello, Vera San Payo de Lemos e João Lourenço; a música, de Eduardo Pais Mamede é executada por Nuno Barrocos; a dramaturgia é de Vera San Payo de Lemos a assistência coreográfica de Ruben Marques a cenografia de António Casimiro e a encenação de João Lourenço.

XVII Midem

começa hoje em Cannes

Bach e Boulez juntam-se ao jazz, ao por e às variedades no 17.º Midem Mercadado Internacional do Disco e da Edição Musical que decorre em Cannes de 24 a 28 de Janeiro.

Esta manifestação abre com efeito este ano uma secção clássica, confiada ao francês Pierre Vozlinsky, antigo responsável da música na Rádio France.

Por outro lado, esta edição 1983 do Midem será marcada pelo lançamento do disco compacto lido por laser, já comercializado no Japão e que passará a sê-lo em França, Grã-Bretanha, Holanda e RFA.

A secção clássica

esforçar-se-à por ser ao mesmo tempo uma «plataforma» para jovens artistas e uma montra de novidades. Assim será apresentado a 27 de Janeiro o registo fonográfico da «Carmen» de Bizet, realizado em público na China pelas edições francesas Stil, durante as representações daquela ópera em Janeiro de 1982 pela Companhia de Ópera de Pequim, em colaboração com uma equipa francesa.

Seis mil profissionais, representando cerca de 1270 sociedades de 59 países, encontrar-se-ão ao lado dos artistas convidados no novo Palácio dos Festivais de Cannes.

Prontos para gravar e sair à estrada

“Vasco da Gama” já chegou com “rock” muito pesado

DUAS apresentações em Lisboa, na semana passada, a última das quais terminada em quase-apoteose, constituíram a rampa de lançamento de um grupo de «rock» pesado formado recentemente: o «Vasco da Gama». Acima de tudo, ressaltou destes dois concertos no «Rock rendez vous» o profissionalismo do grupo, que trabalha a ritmo tão duro e pesado como o «rock» que flui do seu instrumental, em contraste com a média dos conjuntos de amadores que aparecem e desaparecem do dia para a noite: mas para os especialistas, há já atenções fixadas sobre o guitarrista (Carlos Jorge), o líder e iniciador do «Vasco da Gama», e o violão-baixo Tô Andrade, enquanto o vocalista José Luís Casanova começa a apanhar a força do grupo.

As músicas do primeiro e as letras do segundo — especialmente «Viva a anarquia», «O abismo».

A morte — Esta terra é tua — constituem a outra faceta inédita e que surpreendeu muitos dos «habitues» do meio. E como o instrumental e aparelhagem não sofrem comparação com conjuntos similares entre nós, o «Vasco da Gama» chegou à cena do «rock» apostando forte com razões para se fixar e emergir da mediania.

Entre o concerto de apresentação e o de domingo à tarde, mais principalmente no último já deu para sentir a força da pedrada que estes quatro jovens



Por trás do arranque do «Vasco da Gama» está este filho de emigrantes, rodado no rock em França e hoje líder do grupo. A guitarra de Carlos Jorge vai ser falado



Tô Andrade, que trabalhou em tempos com os «Go Graal Blues Band» é o autor das letras e violão-baixo do conjunto

atiraram ao charco. As ondas não devem tardar a surgir como se depreende das reacções de quem os ouviu.

Formado a partir da música e das ideias bebidas e treinadas em França pelo guitarrista Carlos Jorge, filho e neto de emigrantes da Beira Baixa, o grupo está a intensificar o trabalho nos arredores de Lisboa.

No horizonte mais próximo situa-se a possibilidade de fazerem a primeira parte do concerto de um grupo famoso que vem aí.

Isso constituirá, dizem eles, o verdadeiro início da caminhada que aponta para horizontes mais distantes, além fronteiras.

D.R.



O grupo rock «Vasco da Gama» na sua primeira apresentação em Portugal, na semana passada

«CESL — Consultores de Engenharia Sanitária, Limitada»

Certifico para efeito de publicação, que por escritura de 25 de Novembro do corrente ano, lavrada de folhas 75 a folhas 77 do livro de notas 40-F, deste 14.º Cartório Notarial de Lisboa, António Sarmento Lobato de Faria, Maria Helena de Almeida Pimentel Tavares, Eduardo Dias Neto de Almeida, Jorg Max Schau, António Pedro Rodrigues de Jesus e Maria Luísa Mendonça da Costa Matos como únicos e actuais sócios da sociedade em epígrafe, com sede em Lisboa, na Rua Castilho, número sessenta e sete, quinto andar, freguesia de São Mamede, aumentaram o capital da aludida sociedade, que era de um milhão e cinquenta mil escudos para dois milhões e quinhentos mil escudos, mediante o aumento de um milhão duzentos e cinquenta mil escudos, integralmente realizado por incorporação de reservas livres e subscrito do seguinte modo:

Trezentos e doze mil e quinhentos escudos pelo sócio António Sarmento Lobato de Faria e pelos restantes sócios cento e oitenta e sete mil e quinhentos escudos cada um. Que, em consequência do aumento e tendo em conta a unificação das quotas que cada um já possuía com a que agora realizaram pelo reforço de capital, alteraram o artigo terceiro do pacto da mesma sociedade, o qual fica com a seguinte redacção:

TERCEIRO — O capital social é de dois milhões e quinhentos mil escudos, está todo realizado em dinheiro e nos diversos valores da sociedade e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

António Sarmento Lobato de Faria — seiscentos e vinte e cinco mil escudos; Jorg Max Schau — trezentos e setenta e cinco mil escudos; Eduardo Dias Neto de Almeida — trezentos e setenta e cinco mil escudos; António Pedro Rodrigues de Jesus — trezentos e setenta e cinco mil escudos; Maria Helena de Almeida Pimentel Tavares — trezentos e setenta e cinco mil escudos;

Maria Luísa Mendonça da Costa Matos — trezentos e setenta e cinco mil escudos; Está conforme ao original, nada havendo na sua parte omitido em contrário ou além do que neste extracto se narra e transcreve.

Lisboa e referido 14.º Cartório Notarial, aos dois de Dezembro de mil novecentos e oitenta e dois.

ass.) Illegível

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 11.º JUÍZO

ANÚNCIO

Proc.º 2002/1.ª Secção — ACÇÃO SUMÁRIA

Autora: AUTO INDUSTRIAL, SARL. Réu a citar: JOSÉ RAFAEL PEREIRA NUNES, divorciado, funcionário Público, e com última residência conhecida na Rua A, à Rua D. João de Castro, lote 6, 3.º, Frente, em Lisboa.

O DOUTOR Fernando José Matos Pinto Monteiro, M.º Juiz de Direito neste 11.º Juízo Cível de Lisboa e 1.ª Secção, FAZ SABER QUE por este Juízo e Secção correm editos de TRINTA DIAS, que começarão a contar-se da data da

publicação — 2.ª e última — deste anúncio, citando o réu acima identificado para no prazo de DEZ DIAS, findo o prazo dos editos, contestar a acção sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que, em extracto é o seguinte: ser resolvido o contrato de compra e venda com reserva de propriedade e na correspondente entrega à A. do veículo automóvel MORRIS, modelo 1275-GT com matrícula IM-75-75 à mesma autora, e a perda a favor da mesma das quantias já pagas no valor de Esc.: 11 080\$00, bem como no pagamento das custas e procuradores legais, como tudo melhor consta do duplicado da petição que se encontra na secretaria deste Juízo à ordem do citando. Lisboa, 6 de Dezembro de 1982

O Juiz de Direito (Fernando José Matos Pinto Monteiro) O Escrivão Adjunto (António Silva Ribeiro)

TEATRO ABERTO

NOVO GRUPO

ESTREIA AMANHÃ

— 21.30

O SUICIDÁRIO



DE NIKOLAI ERDMAN

VERSÃO: LUÍS FRANCISCO REBELLO, VERA SAN PAYO LEMOS, JOÃO LOURENÇO • MÚSICA: EDUARDO PAIS MAMEDE • DRAMATURGIA: VERA SAN PAYO LEMOS • ASSIST. COREOGRAFICA: RUBEN MARQUES • CENÁRIO: ANTÓNIO CASIMIRO • ENCENAÇÃO: JOÃO LOURENÇO

SUB. SEC

(13 anos)

FILMES OCIDENTAL

UMA TENTATIVA DE AGARRAR O PASSADO, A BUSCA DA MÃE PERDIDA, O SALVAR DO CASAMENTO, UMA VIAGEM ATRAVÉS DA NOSTALGIA...

Malou

INGRID CAVEN
HELMUT GRIEM
GRISCHA HUBER
IVAN DESNY



Realização: Jeanine Meerapfel

ESTREIA QUARTA-FEIRA ÀS 21.30

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS



Desenhos M. Blanc-Dumont

Texto **Laurence Harle**

Primeiro fragmento do “Cosmos 1402” caiu no oceano Índico

Terminou às 22 horas e 21 minutos (tmG) de ontem o primeiro capítulo do «folhetim» do Cosmos 1402, o satélite de espionagem soviético dotado de um reator de «urânio 235», com a entrada nas densas camadas da atmosfera por cima do oceano Índico a 1800 quilómetros a sueste da base militar americana de Diego Garcia, no arquipélago dos Chagos, do primeiro fragmento do satélite.

A hora da queda, difundida pela «France Press», foi divulgada pelo Pentágono. Meia hora depois, a agência oficial «Tass» confirmava a reentrada na atmosfera do satélite. «A parte principal da estrutura do satélite entrou em 24 de Janeiro às 01h10 (hora de Moscovo) nas camadas densas da atmosfera sobre a região central do oceano Índico e deixou de existir», referiu a «Tass».

Pouco depois, eram anunciadas as medidas de desativação dos sistemas de prevenção por parte dos diversos países situados na rota do satélite e potenciais alvos dos destroços do «Cosmos 1402». Assim aconteceu com o Serviço Nacional de Protecção Civil, que informou ter desactivado o dispositivo de segurança montado para prevenir a hipótese da queda de destroços do satélite soviético no nosso país.

Ninguém poderá ir buscar ao fundo do Indico os fragmentos da estrutura do «Cosmos 1402» que sobreviveram à sua passagem fulgurante na atmosfera. A sua radiactividade relativa não provocará, todavia, nenhuma catástrofe ecológica, fundindo-se na radioactividade natural, segundo afirmaram as autoridades soviéticas.

Mas nem por isso terminou a saga do «Cosmos 1402» cujos destroços em queda mobilizaram observadores, radares, investigadores, computadores, especialistas dos fluxos solares e geomagnéticos. etc.

O reactor nuclear «Topaz», que lhe forneceu energia, durante os quatro meses em que os seus radares localizaram nos oceanos os navios e submarinos das frotas americanas e da NATO, continua em órbita com os seus 49 quilos de «urânio 235» e os produtos de cisão formados durante o seu funcionamento. O que resta do «Cosmos 1402» é segundo peritos ocidentais, muito mais radioactivo do que os destroços que se afundaram no Índico.

«O outro fragmento do satélite, parte activa do reactor da instalação energética, reentrará nas camadas densas da atmosfera entre 3 a 8 de Fevereiro e arderá completamente», precisou ontem à noite a «Tass», contrariando afirmações atrás citadas.

Outras previsões serão feitas a seu respeito, mas certamente mais difíceis de comprovar, pois este pedaço é muito pequeno (um metro de comprimento) e menos fácil de localizar.

A queda de fragmentos radioactivos do satélite soviético «Cosmos 1402» registou-se exactamente cinco anos depois do primeiro incidente deste tipo, que ocorreu no dia 24 de Janeiro de 1978.

Nesse dia, o satélite-espião soviético, «Cosmos 954» — idêntico ao «Cosmos 1402» —, dotado de um reactor nuclear dispondo de «urânio 235», desintegrou-se por cima do grande norte canadiano, a 100 quilómetros da cidade de Yellowknife — (10 mil habitantes).

O «Cosmos 954», lançado no dia 18 de Setembro de 1977, desviara-se da sua trajectória a partir de princípios de Dezembro. O comando da Defesa Aérea da América do Norte (NORAD), situado no Colorado, detectara a perda de controlo do «Cosmos», mas os serviços especializados não puderam determinar em que local o satélite entraria na atmosfera.

Vários países ameaçados pela sua queda conheceram alertas atômicos, que foram mantidos secretos para não desencadear o pânico.

Em Março de 1978, o Canadá anunciava que todos os destroços encontrados na nave eram radioactivos. Invocando a «Convenção das responsabilidades por estragos provocados por objectos espaciais» (em vigor desde 1972), as autoridades canadianas obtiveram o reembolso pela URSS de metade das despesas causadas pela recuperação dos destroços (três milhões de dólares).

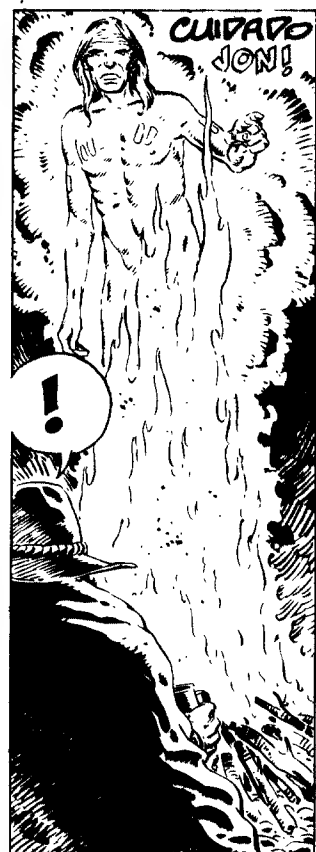
Descoberta nova partícula elementar de matéria

O Centro Europeu de Investigação Nuclear (CERN) anunciou ontem ter provas da existência de uma nova partícula elementar de matéria, um vector intermédio denominado «Boson W».

O «Bosão W» é um dos resultados das experiências realizadas nos laboratórios do CERN por equipas internacionais de especialistas, com aceleradores de partículas (electrões, neutrões, posiões), para explorar a estrutura da base da matéria.

As colisões entre a matéria e a antimatéria (prótons e antiprótons) permitiram detectar partículas fugazes, como os chamados «Bosões» – revelaram fontes do CERN.

As investigações continuarão a ser realizadas no sistema de colisão «SPS» dos laboratórios, instalado subterraneamente em forma de anel de 2,2 quilômetros de diâmetro, denominado «LEP» que permitirá um melhor conhecimento da matéria.



continua

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA
ANÚNCIOS

Pela Primeira Secção do 13.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, correm editos de 30 dias contados da segunda última publicação deste anúncio citando Novas Técnicas de Construção e Decoração. Lda cuja última residência foi na Rua "Centro Cultural" n.º 43-A Lisboa, para no prazo de 10 dias findos que sejam os editos contestar a acção emergente de contrato individual de trabalho com processo ordinário n.º 157/79 que lhe move Angelina Antonia Lopes, residente na Rua dos Bombeiros Voluntários n.º 23-1.º dt.º Oliveiras, sob pena da lei.

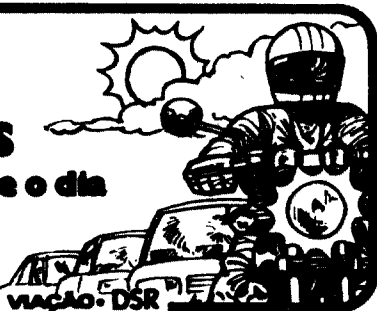
— Mais fica citado para no mesmo prazo contestar, querendo o pedido de

O duplicado da petição inicial encontra-se na Secção de Processos respectiva, onde pode se levantado nas horas normais de expediente.

Para constar se passou o presente anúncio e outro de igual teor para serem publicados em 2.^o números seguidos de um dos jornais mais lidos.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1983
O Escrivão de Direito
 (Gaspar e Silva)
O Juiz de Direito
 (Jacinto Soares de Albergaria)

motociclista
ACENDA
OS MÉDIOS
mesmo durante o dia



DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO. DSR

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Gestão, indigestão eis a questão

A «Bica» à Boca

«Venha tomar café conosco», como os leitores já terão reparado, é uma rubrica que me não mereceu até aqui motivos de contentamento. Todos nos lembramos (se é que já todos não esqueceram) das presenças de Lucas Pires, o reinado ex-futuro (ou futuro ex?) rei Pio, de Mário Soares, também conhecido no meio por **Gigi**, de Ângelo Correia. No entanto, o seu momento de qualidade havia de chegar. Chegou. No sábado.

Os telespectadores que, acima de tudo prezam a qualidade e a naturalidade (elementos essenciais de uma vitoriosa presença na TV) estarão de acordo comigo. E quando chegamos a este ponto, creio que a mais elementar honestidade, ou como também agora se diz muito, a mais elementar transparência de processos, obriga ao reconhecimento do facto. Bandeiras políticas ou ideológicas devem baixar-se.

Obrigado, Cobanco. A sua ideia de convidar Carlos do Carmo foi na verdade excelente. Carlos do Carmo possui qualidade que todo o mundo reconhece, e nisto pede meças ao vinho do Porto.

Aliás, com este açúcar, todo o café é bom.

Saudação

Porque sendo numeroso, é forte; e sendo forte não intimida os artistas.

Porque participas sem te pores em bicos de pés.

Porque, sabidamente, acumulas a exigência e a tolerância.

Porque, sendo, como és, essencial, à festa, manténs a discrição e a modéstia de tudo o que é essencial.

Porque sendo jovem, és equilibrado; tua disciplina impõe, não é imposta; respeitas sem subserviência; tua maturidade transforma um teatro aberto num estúdio fechado de televisão.

E porque, vibrando, te manténs calmo; e silencioso, mostras uma atenção eloquente; e rindo e aplaudindo e ouvindo e vendo és a grande caixa de ressonância da inteligência, da canção, do humor da festa para que te convidaram.

E porque não querendo ensinar coisa nenhuma, dás uma lição de atenção crítica a milhões de telespectadores, por tudo isso te escolho para o acontecimento dos mais belos e mais importantes da televisão que temos.

Ati, público juvenil de «Festa é Festa».

A bola e a «bola»

O coordenador desportivo ganhou com a aquisição de Ribeiro Cristóvão. Ele entrou uma vez como participante numa mesa-redonda, gostaram dele, ficou. É a vida.

Mas, por favor, reveja a sua linguagem. Cuidado com o nuno-brasismo, é terrível doença altamente contagiosa. E depois

que é isso de «transmitimos desde Lisboa»? Essa nem o Vasco Lourinho, que tem outras, e das boas. Procure a lógica. Não diga às zero horas e 41 «vitória que conseguimos ontem, domingo» e logo a seguir «até amanhã, se Deus quiser»...

Ontem foram três horas de futebol. Martelo pilão na cachimónia da malta. Desporto é bom, droga é mau. Cuidado com as «overdoses» (desculpem lá o galicismo, como disse um que eu cá sei...) que lembram coisas tristes.

Nota de passagem: ontem no Centro dos Trabalhadores de Comércio, ali ao Rossio, disputavam-se os distritais de xadrez. Uma centena de participantes — e nem uma camarazinha de televisão para comunicar facto desportivo tão importante.

Na TV, é tudo para quem chuta a bola e nada para quem puxa pela bola. Por isso a cabeça do país corre o perigo de crescer muito por fora — e quase nada por dentro.

Com culpas para a TV, já se vê.

Povoxigénio

O locutor do Braga-Alcobaça referia a solidão das bancadas. Quase ninguém. Era quase tudo pedra e quase nada gente. Aventura duas razões: a transmissão pela TV e o facto de o jogo ser à noite. No entanto, no jogo Porto-Famalicão, a pedra nas bancadas era a dar com pau — e decorria às três horas da tar-

de... E a desculpa da transmissão é argumento de país subdesenvolvido.

A política dos preços dos bilhetes orienta-se no sentido de retirar ao futebol, cada vez mais, a sua característica de jogo popular. O mesmo sucedeu ao fado, quando o tiraram ao povo e o puseram nos retiros, com consumo obrigatório para turista pagar. Compreende-se mal que uma bancada no Benfica-Espinho custasse 750 escudos — ou seja, 375 papo-secos, quase o pão familiar de todo um mês! Dai, claro, as carecas de cimento. E isto de futebol sem povo em volta é qualquer coisa de absurdo, tem algo de filme de terror da meia-noite, crime praticado na sombra.

«Quem quer futebol, pague-o! A moda da exigência parece que pega. Mas que o pague com os dinheiros da bolsa — e não com os olhos da cara.

Tirar o povo ao futebol é tirar-lhe o oxigénio. Pensem nisto, senhores clubes!

Como é?

Balsemão foi incompetente. Mas serve para continuar no Poder.

Governo AD geriu pessimamente. Mas serve para Governo de (di)gestão.

Responsáveis irresponsáveis são convidados a assumir novas responsabilidades.

A AD desentendeu-se, ontem. Vai entender-se amanhã.

Governo Balsemão não se importou que o País fosse ao fundo. Pode pô-lo a flutuar?

Foi tudo pouco sério. Estarão garantidas eleições sérias?

Uma letra, a quem os principais avalistas tiraram o aval, vale?

Quem não presta para nada, serve para tudo?

Se o mal não está em Crespo, o bem está em Balsemão?

Afinal quem desgovernou, pode continuar a desgovernar, quem mentiu pode continuar a afirmar, a quem foi sacada a carta pode continuar a guiar... Dá para entender?

TRIBUNAL DO TRABALHO DE SETÚBAL

ANÚNCIO

O Doutor JOSE AUGUSTO CRUZ DE CARVALHO, Meritíssimo Juiz do Tribunal do Trabalho de Setúbal.

FAZ SABER que pela 1.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Setúbal, situado na Rua Frei António das Chagas, n.º 4 e na acção com processo comum-sumário, registado sob o n.º 73/79 que a autora — JOSEFINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA, residente na Av.ª da República da Guiné Bissau, n.º 13-Setúbal, move contra o réu — ANTONIO ALVES PEREIRA PARAISO e outros, com última residência conhecida na Av.ª Defensores de Chaves, n.º 31-4.ª em Lisboa, corre o prazo de OITO DIAS, findo o da dilação de TRINTA DIAS, contados da data da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando o réu para contestar aquela acção, sob pena de, não o fazendo ser condenado no pedido. Na referida acção a autora pede o pagamento da quantia de oitenta mil e um escudos, proveniente de diferenças de remunerações e de subsídios de férias. O duplicado da petição inicial encontra-se depositado na 1.ª Secção deste Tribunal, onde poderá ser solicitado.

Setúbal e 1.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Setúbal, aos seis de Janeiro de mil novecentos e oitenta e três.

O ESCRIVÃO

a) José Ventura Semedo

O JUÍZ

a) José Augusto Cruz de Carvalho

Consulte as secções de informações

Caminhos de Ferro Portugueses

TV
MARCELO

Repara hoje em sua casa até às 24 horas todas as marcas com garantia. Coloca ainda outro aparelho enquanto repara o seu. Serviço permanente inc. sáb. e domingos. Tel. 659118 - 659119 - 659110

Hoje



Iniciam-se esta noite, na RTP-1, as exhibições dos episódios da peça de Eça de Queiroz, **A Tragédia da Rua das Flores**

Das 13.35 às 17.30 Ciclo Preparatório TV

18.22 Tempo dos mais novos

18.55 Tempo de desporto «Hipismo III»

19.20 Do Paleolítico ao romano

19.55 O Tempo

20.00 Telejornal Notícias do País e do estrangeiro

20.30 Boletim Meteorológico para a Agricultura

20.40 A tragédia da Rua das Flores — de Eça de Queiroz

21.45 Rubinstein aos noventa anos

23.20 Últimas notícias



Maximilian Schell, um dos intérpretes do filme que se exhibe na RTP-2 intitulado «Aquela vermelha manhã de Junho»

2
RTP

18.02 Aquela Vermelha manhã de Junho Intérpretes: Christopher Plummer, Florinda Balkan.

19.30 País, País
20.00 Desenhos animados
20.30 Jogo Falado
22.00 Telenovela
23.30 Jornal da Noite

Amanhã

1
RTP

2
RTP

8.00 Bom dia Portugal; 9.30 Desenhos animados; 10.00 Nós e a lei; 10.30 História da aviação; 11.30 Lar doce lar; 12.00 «Baila comigo»; 13.00 Jornal da tarde; Das 13.25 às 17.30 Ciclo Preparatório TV; 19.20 Tempo dos mais novos; 19.25 África/80; 19.55 O Tempo; 20.00 Telejornal; 20.30 Vamos jogar no Totobola; 20.45 (Reviver o passado) 8.º episódio; 21.40 O Tópico; 22.35 Últimas notícias.

9.30 Teletexto; 18.00 Os Desenhascos; 19.30 País, País; 20.00 Desenhos animados; 20.30 Cine-clube/2 com o filme «Enredo»; 22.05 «Cabocla»; 22.30 Jornal da noite.

GRUNDIG

a segurança de um grande nome seleccionou para si...

1
RTP

A Tragédia da Rua das Flores (20.40)

2
RTP

Jogo falado (20.30)

...e sugere para hoje...

2
RTP

Pepa abraça Luís, dizendo-lhe que o ama, e todos ficam perplexos. Emerenciana diz a Boanerges que não quer que Pepa fique em sua casa, mas ele tem pena e deixa-a ficar. Zuca chega a casa muito amargurada, dizendo aos pais que não quer mais saber nem de Tobias nem de Luís. Luís chega ao hotel de Bina e diz aos pais de Zuca que gostou dela desde o primeiro momento em que a viu. Zuca ao ver Luís na sala, vai para a cozinha, desesperada, sem saber o que fazer.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRUNDIG NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

IMPÉRIO

companhia de seguros

INFORMAÇÃO

Informamos os nossos segurados, os nossos resseguradores, fornecedores e público em geral, que o incêndio, que se verificou na sede da companhia, aliás, extremamente localizado, não afectou o funcionamento dos serviços que decorrem em condições e no horário normais.

AO SEU SERVIÇO



IMPÉRIO
a sua seguradora

roteiro cultural

Música

Um ciclo de música instrumental, incluindo sete concertos, vai decorrer em Coimbra, a partir de quinta-feira, por iniciativa da Tuna Académica desta cidade.

Carlos Paredes, em guitarra portuguesa, Fernando Alvim, em viola e António Andrade, em guitarra clássica, actuam no concerto inaugural da série que se prolonga até 3 de Março.

A Orquestra Gulbenkian, a Orquestra Sinfónica do Porto e a Oficina Musical do Porto realizam espectáculos em 3 e 10 de Fevereiro e 3 de Março, respectivamente.

Os concertos de 21 e 24 de Fevereiro estão a cargo de Adelino Martins, Bernard Ravelle e Fernando Casais, Ulrich Bartels e Manuel Morais, e a própria Tuna Académica. Os espectáculos efectuar-se-ão no Teatro Gil Vicente e no Museu Machado de Castro.

O agrupamento britânico "Fortune's Fire" vai apresentar-se amanhã, às 18.30, no Grande Auditório da Gulbenkian, num concerto de música antiga em que interpretará obras de The Campion, J. Dowland, M. Stachowski e Ph. Rosseter.

Teatro

"A Castro", de António Fer-



Amélia Videira e Lúzia Paramés numa cena de "A Castro"

reira, o mais recente espectáculo da Comuna, com versão cénica e encenação de João Mota, dramaturgia de Abel Neves e João Mota, música original de Eduardo Pais Mamede, direcção e construção de instrumentos musicais de José Pedro Caiado, figurinos de Carlos Paulo, máscaras de Carmen Marques e Jorge Loureiro e assistência geral de

Conceição Cabrita, mantém-se em cena só até ao dia 21 de Fevereiro, apesar do grande interesse que esta abordagem da Comuna a um texto clássico da nossa literatura despertou no público. A interpretação de "A Castro" está a cargo de Abel Neves, Amélia Videira, Alexandre Melo, Adriano Luz, Carlos Paulo, Carmen Marques, Carlos Del-

gado, João Mota, Jorge Costa, Jorge Loureiro, Lúcia Franco, Luíza Paramés, Marques Arede, Miguel Guilherme, Paulo Ferreira e das crianças Ana Cristina e Quicas. O horário normal de apresentação do espectáculo é de terça a sábado, às 21.45, aos sábados e domingos matineias às 17 horas e à segunda-feira descanso. Os bilhetes podem ser

marcados pelo telefone 720818 ou adquiridos no local a partir das 15 horas para toda a semana.

Conferências

Na Sociedade de Língua Portuguesa, Rua de S. José, 41-2.º (perto do cruzamento com a Rua das Pretas), às 18.30 de 3.ª-feira, dia 25, com entrada livre, haverá uma conferência-colóquio de Alice Vieira, escritora e jornalista, redactora do "Diário de Notícias".

Na 3.ª-feira seguinte, dia 1 de Fevereiro, Maria Teresa Horta falará sobre "A palavra da mulher", iniciando um ciclo em que colaboram também Lúcia Jorge e Isabel Barreno e em introdução a uma "Exposição do livro da escritora portuguesa de hoje".

Jornadas de divulgação da arte em Portugal

Prossegue, na Casa do Alentejo, esta iniciativa do Sindicato de Trabalhadores de Espectáculos com uma sessão dedicada ao "Surrealismo". Será exibido um filme de Luís Buñuel e haverá interpretações ao piano de Jorge Peixinho, além de leitura de cenas de "O Clube dos Antropólogos", de Manuel de Lima, por

Morais e Castro e Rui Mendes, e de um debate com Luís Pacheco e Jorge Peixinho.

A sessão de amanhã será dedicada à música contemporânea, com um concerto em que participam Olga Prato, Fernando Serafim e o Grupo de Música Contemporânea dirigido por Jorge Peixinho, seguindo-se um debate com Álvaro Salazar e Jorge Peixinho.

Exposições

O pintor Mário Salvador inaugurou sábado, numa galeria de Leiria, uma exposição de 67 aguarelas e guaches.

Mário Salvador nasceu em Lisboa, em 1905, e tem vários prémios da Sociedade Nacional de Belas-Artes.

Expôs em diversas cidades portuguesas e espanholas e está representado no Museu de Arte Contemporânea de Lisboa, entre outros.

João Moniz expõe óleos e guaches na Galeria Quadrum. A exposição pode ser visitada diariamente, das 10 às 13 horas e das 15 às 19 horas, até dia 28.

No Círculo de Artes Plásticas de Coimbra está patente até 2 de Fevereiro uma exposição documental da Galeria Diferença, reunindo obras de Alberto Pico, Ernesto de Sousa, Helena de Almeida, Irene Buarque, Joana Rosa, Monteiro Gil, Pedro Calapez e Pedro Cabrita.

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

Concurso Público n.º 3-0355/83

Obras de beneficiações gerais do pavimento do arruamento da cerca do Hospital do Desterro.

Recebem-se propostas até às 9.30 horas do dia 10 de Fevereiro próximo, sendo as propostas abertas no mesmo dia pelas 10 horas.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições (Campo dos Mártires da Pátria, 91) todos os dias úteis, das 9 às 11.30 horas e das 14 às 16 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições, 14 de Janeiro de 1983.

O CHEFE DO SERVIÇO
a) Ilídio Luís de Sousa

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

Banco Fundado em 1864

BANCO CENTENÁRIO
UM BANCO MODERNO

COTAÇÕES DE NOTAS

(Por unidade)
COMPRA VENDA

AFRICA DO SUL (rand)	68\$25	74\$25
ALEMANHA FED. (marco)	37\$00	38\$10
AUSTRIA (xelim)	5\$20	5\$40
BELGICA (franco)	1\$719	1\$919
BRASIL (cruzeiro)	\$143	\$393
CANADA (dólar - notas de 1 e 2)	73\$15	75\$15
(notas de 5 a 1000)	73\$65	75\$65
DINAMARCA (coroa)	10\$50	10\$90
ESPAÑA (peseta)	\$666	\$786
EUA (dólar - notas de 1 e 2)	89\$80	91\$80
(notas de 5 a 1000)	90\$30	92\$30
FINLÂNDIA (marka)	16\$80	17\$40
FRANÇA (franco)	13\$05	13\$75
HOLANDA (florim)	33\$70	34\$70
INGLATERRA (libra)	142\$00	146\$00
IRLÂNDIA (libra)	122\$80	127\$80
ITALIA (lira)	\$058	\$068
JAPÃO (yen)	\$347	\$382
NORUEGA (coroa)	12\$65	13\$15
SUECIA (coroa)	12\$15	12\$75
SUIÇA (franco)	45\$25	46\$35
VENEZUELA (bolívar)	16\$85	17\$85

Observações:
1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil

STAR

TURISMO VIAGENS

UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO

Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

ANTENA UM

17.00: "ZGHIBZ" (RDP-Norte);
18.30: Informativo de Trânsito; 19.00: "Informação e Música"; 20.00: Folhetim: "A Cabana do Pai Tomás", original de Harriet Stowe; 20.15: "O Espaço é seu"; 21.00: "A Voz da Solidariedade" (programa da Embaixada de Cabo Verde); 21.30: "Viva a Noite" - "as 3.ªs feiras da antena 1" - Noticiários intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas

PROGRAMA 2

16.10: Grandes intérpretes: concerto em dó menor BWV 1060 para oboé e violino de Bach; concerto em ré maior para violoncelo e orq. de Haydn; 17.00: Música jazz; 17.45: Solos de órgão por Gerhard Doderer; 18.05: Tempo de bailado; 18.35: Sinfonia n.º 8 em si menor op. postumo "incompleta" de Schubert; 18.58: Música em diálogo: o sinfonismo clássico: 1.º e 2.º andamentos da 7.ª sinfonia de Beethoven; 19.30: As canções de Beethoven; 20.15: O homem sem tempo: reportagem da ordenação episcopal do Bispo de Lisboa, D. Albino Cleto; 21.00: Ciclo marçês de Pombal: ciclos de história; 21.40: Música de Câmara: Pavam, de Thomas Morley, septeto em mi bemol maior op. 20, de Beethoven; 22.30: O gosto pela música; 23.00: Intercâmbio musical: temporada de concertos de 1981/82 da rádio da Alemanha do Oeste, Colónia. Em gravações cedidas por aquela emissora; 01.00: Fecho. Noticiários de hora a hora

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (263, 290 e 397 m)

14.00: Matineia; 17.00: Sortido fino; 20.00: Conta corrente; 20.30: Quando o telefone toca (3 edições); 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Religiosos - hora luterana; 22.30: Tempo de desporto; 23.00: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo (97,4 Mhz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 18.00: Círculo em FM; 21.00: Abandajazz; 22.00: Café concerto - Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

15.00: Equipa da tarde; 18.00: Jornal das Regiões; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Programa da LAR; 20.00: Horizonte; 21.00: Hora de música; 22.00: Ouvir e pensar (inclui "O ser e o tempo"); 22.30: Máquinas ao vivo; 23.00: última hora; 23.55: Meditando. Noticiários intercalares todas as horas.

Tiragem média diária do mês anterior: 43 493 exs.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13634

HORIZONTAIS:

1. Flutuar. Mamíferos roedores.
2. Prever. Chamada.
3. O sono das crianças. Arsenio (s.q. Dês urros).
4. Coragem. Artigo definido.
5. Rio da Escócia. Acredita. Passado.
6. Curo. Paixão.
7. Pronome pessoal. Flauta chinesa de três buracos. Letra grega.
8. Ente. Dormir (falando-se de crianças).
9. Calhaus.
10. Dera aviso de alguma coisa em voz alta. Planta gramínea utilizada para fabrico do pão.
11. Palmeiras da Amazônia. Queimar.

Resolva completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9494

HORIZONTAIS:

1. Guarnição de arames. Surripam.
2. Apelido. Cidade do Japão.
3. Içara. Acabamento.
4. Curo. Prendo.
5. Carta de jogar. Direcção.
6. Utensílios domésticos. Raer. Ave da família dos larádais.
7. Artigo definido. Procedias. Prata (s.q.).
8. Carinhosa.
9. Descerrei. Género de pássaros leivirostros, abundantes na região australiana.
10. O que resta de um membro decepado (pl.). Alumínio (s.q.).
11. Estima. Amontoa.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13633

HORIZONTAIS:

1. Farpas. Mr.
2. Anais. Rolei.
3. Zê. As. Arosa.
4. Mano. Só.
5. Viga. O. Rera.
6. AAA. USO. Ser.
7. Agata.
8. Espia. Ava.
9. Talar. Rio.
10. Er. Sara.
11. Salão. Cá. Al.

VERTICAIS:

1. FAZ. Valetes.
2. Anemia. Sara.
3. Rã. Agá. Pl.
4. Riana. Ariara.
5. Isso. Ugar.
6. Osa. O.
7. Aras. Otão.
8. Soror. Avia.
9. Lo. Es. Ará.
10. MESTRE. Ra.
11. Ria. Arre! Al.

Provérbio: O uso faz o mestre.

VERTICAIS:

1. Recusa. Possui. Religião.
2. Atrai. Pertences. Aqui.
3. Quinhentos e um em romano. Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Anadia. Prender com elos.
4. Guarnecer de asas. Encolentizar.
5. Freguesia do concelho de Penafiel. Nome de jogo. Utensílios domésticos.
6. Rngo. Sódio (s.q.).
7. Título honorífico na Índia. Amalgama.
8. Irra! Rio de França. Reis.
9. Possuir. Prefixo de negação. Erva-doce.
10. Encerado. Gálio (s.q.).
11. Solitários. Reze. Maior.

VERTICAIS:

1. Pegas. Pacífica.
2. Amolinadas. Bordoso.
3. Lavras. Cofre.
4. Encarem. Bisnaga.
5. Desagradável. (fig.). Apelido.
6. Espécie de gato-bravo.
7. Indivíduo que decora tudo. Bário (s.q.).
8. tomo nota de. Abreviatura de Santíssimo Sacramento.
9. Maliciosa. Nesse lugar.
10. Arra. Fruto da azeit. Desgraça.
11. Madres. Nivela.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9493

HORIZONTAIS:

1. Parra. Tasca.
2. Aurora. Elais.
3. Er. Salta. SS.
4. Tomar. As. Cl.
5. Ora. Ga. Tios.
6. Artur. Ro.
7. Marotas.
8. Alolas. Má.
9. Latada. Ovar.
10. Miado. Aer.
11. Ossos. Fosso.

VERTICAIS:

1. Preto. Salmó.
2. Aurora. Tais.
3. Ri. Marmotas.
4. Rasa. Talado.
5. Amargurados.
6. Arosa.
7. Teta. If.
8. Alastrado.
9. Sá. los. Vás.
10. Císcio. Mães.
11. Assis. Carro.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.15 e 23.15
- N. ac. men. 13 a.
007 E O HOMEM DA PISTOLA DOURADA

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21 e 23
NOITES ESCALDANTES
- N. ac. men. 18 a.

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. m/13 anos
O ESCORPIÃO DE SHAOLIN

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
- N. ac. men. 13 a.
ROMANCE EM NOVA IORQUE
6.ª Semana

AVIS 547163

Av. Duque de Avila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 13 a.
A LICEAL SEDUZ O PROFESSOR
3.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Para Todos
E. T., O EXTRATERRESTRE
6.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Para Todos
PAPUA E DENTUÇA
Falado em português
7.ª Semana

CASTIL 530194

Rua Castilho

às 15, 17, 19, 21.30
N. acon. men. 13 anos
THE ROLLING STONES
Mick Jagger

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
UMA COMÉDIA SEXUAL NUMA NOITE DE VERÃO
Às 24
O DETECTIVE STONE

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
AVIDAS DE SEXO
Às 24
CARAMBOLA

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
VEIO DO OUTRO MUNDO
12.ª Semana
Às 24.00
ESPELHO QUEBRADO

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.00, 16.30, 21.30
Não acon. men. 13 anos
UMA VIDA NA ESCURIDÃO

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14.00 - 16.30 - 19.00 - 21.30
N. acon. m. 13 anos
OLHO POR OLHO

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
N. acon. m/13 anos
A FORÇA DO DESTINO

ESTÚDIO 555134

Alm. Afonso Henriques, 35

às 15.30, 18.30 e 21.30
Int. m/18 anos
ESCÂNDALOS NOCTURNOS

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15, 17, 19 e 21.30
Int. m/18 anos
CONTRA ATAQUE

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
ASSIM NASCE UM HERÓI
2.ª Semana

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 15.15, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
FITZCARRALDO

POLITEAMA 326716

R. Portas S. A. tão, 109

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
A ÚLTIMA PERSEGUIÇÃO

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 14.15, 16.30 e 19.15
N. ac. men. 18 anos
Às 21.30
BRIGADA ANTIGANGSTER

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A TEMPESTADE
c/ John Cassavetes, Gena Rowlands e Vittorio Gassman

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14.00, 16.15, 18.30 e 21.30
N. acon. m/13 anos
EFFI BRIEST

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 e 20

às 15.15, 18.15 e 21.30
A LUTA PELA LIBERDADE

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Int. m/18 anos
OLHO POR OLHO
N. Acon. men. 18 anos

A luta de uma mulher pela sua liberdade no filme de Fassbinder AMOR E PRECONCEITO



Em exibição no Quarteto

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14, 16, 18, 20 e 22 h.
N. ac. m. 13 anos
UMA COMÉDIA SEXUAL NUMA NOITE DE VERÃO
Às 24
ANNIE HALL

SALA 2
Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30 h.
Int. m. 13 anos
DIVA
Às 23.45
O SUBMARINO AMARELO

SALA 3
Às 14, 17.30 e 21.30
Maiores de 18 anos
ANDREI RUBIOV
Às 24
O AMIGO AMERICANO

SALA 4
às 14, 16, 18, 20 e 22 h.
N. ac. m. 18 anos
A SAUDADE DE VERONICA VOSS
Às 24
MORTE EM VENEZA

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
THE ROLLING STONES

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 13 anos
JOVENS, BELAS E PROVAVELMENTE RICAS

S. JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

Às 15.15, 18.15 e 21.30
- Int. men. 13 a.
NA CALADA DA NOITE
c/ Meryl Streep
2.ª Semana

S. JORGE SALA 2

Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
- N. ac. men. 13 a.
BAIRRO DA LATA
c/ Nick Nolte
2.ª Semana

S. JORGE SALA 3

Às 14, 16.15, 19 e 21.45
- N. ac. men. 18 a.
POLTERGEIST, O FENÓMENO
13.ª Semana

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.
ROMANCE EM NOVA IORQUE
6.ª semana

7.ª ARTE 730715

Av. República, a Est. de Entre Campos Junto ao n.º 68

Às 14.45, 17, 19.10, 21.30 e 23.30
- Int. men. 13 a.
NA CALADA DA NOITE
Domingo às 11.15
FESTIVAL PANTERA

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Às 14, 16, 18, 20, 21.30 e 23.30
- N. ac. men. 13 a.
UMA COMÉDIA SEXUAL NUMA NOITE DE VERÃO

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
A FELINA
2.ª Semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreras, Lote 879

Às 15, 18.15 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
O PRÍNCIPE DA CIDADE
2.ª semana

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
NOITE FATAL

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 - "E. T. o Extraterrestre", às 21.30 (6 anos)

ALFA-2 - "Os Salteadores da Arca Perdida", às 21.30 (13 anos)

ALFA-3 - "A Felina", às 21.45 (18 anos)

MUNDIAL - "E. T. o Extraterrestre", às 21.30 (13 anos)

CITY CINE - "Assim Nasce um Herói", às 21.30 (18 anos)

OLIMPIA - "O Desejo das Ingenuas", sessões permanentes (18 anos)

RESTELO - "O As dos Ases", 21.30 (13 anos)

2000 - "Veio do Outro Mundo", 21.30 (18 anos)

ZODIACO - "Solamento de Amor", às 21.30 (13 anos)

CAPITÓLIO - "Supersaxo", às 21.00 e 23.00 (18 anos)

ROYAL - "O Homem de Hollywood", às 21.30 (18 anos)

PROMOTORA - "A Guerra e os Policiais", às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

ALGES: Stadium, "Eugénio, Eugénio", às 21.30 (13 anos)

PAREDE: Royal Cine, "Os Rapazes da Companhia C", às 21.30 (13 anos)

ESTORIL: Casino, "O Homem das Lentes Mortais", às 21.30 (13 anos)

CASCAIS: Impala, "A Maldição do Vale dos Faróis", às 21.30 (13 anos)

CASCAIS - Oxford - "Mestre Escola", às 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA: D. João V, "Dueto de Grandes Ladadores", às 21.30 (18 anos)

AMADORA: Cine Plaza, "Homens Selvagens, Feras Selvagens", às 21.30 (18 anos)

AMADORA: Lido, "Odeio as Louras", às 21.30 (13 anos)

AMADORA: Cine Estúdio, "A Vida Continua", às 21.30 (13 anos)

CACÉM: Cine Estúdio Flores, "Caçõs de Palha", às 21.30 (18 anos)

MEM MARTINS: Cine Chaby, "O Homem das Pistolas de Ouro", às 21.30 (13 anos)

SINTRA: Carlos Manuel, "Desordem na Terra dos Gringos", às 21.30 (13 anos)

ERICEIRA: Cine Estúdio, "Amityville a Mansão do Diabo", às 21.15 (18 anos)

Outra banda

COSTA DE CAPARICA - Silcine - "Loucamente Apaixonado", às 21.30 (13 anos)

ALMADA - Cine Estúdio - "A Tragédia do Homem Ridículo", às 21.30 (13 anos)

ALMADA: Incrível, "007 - Vive e Deixa Morrer", às 21.15 (13 anos)

ALMADA: Academia, "Hoje Ontem Tudo Sexo", às 21.15 (18 anos)

TRAFARIA: Pavilhão Jardim, "Django o Último Killer", às 21.15 (13 anos)

Porto

FOCO - "Depois do Amor", às 21.30 (13 anos)

OLIMPIA - "Os 3 Indomáveis Malucos em Férias", às 21.30 (13 anos)

VALE FORMOSO - "Bobby", 21.30 (13 anos)

COLISEU - "Superstição", às 21.30 (18 anos)

RAIONE - "O Campeão", às 21.30 (13 anos)

TERÇO - "A Absolição", às 21.30 (13 anos)

BATALHA - "Fúria de Vencer", às 21.45 (13 anos)

JULIO DINIS - "Kung Fu em Explosão", às 21.30 (13 anos)

RIVOLI - "Doido por Ela", às 21.30 (13 anos)

TRINDADE - "Noites Escaldantes", às 21.30 (18 anos)

ESTÚDIO - "A Espada e o Feitiço", às 21.30 (18 anos)

LUMIERE-L - "O Presente", às 21.45 (13 anos)

LUMIERE-A - "Os Homens que Eu Amei", às 21.30 (13 anos)

AGUIA - "O Instrutor do Kung-Fu", às 21.30 (13 anos)

PASSOS MANUEL - "E. T., o Extraterrestre", às 21.45 (6 anos)

CHARLOT - "Fitzcarraldo", às 21.30 (13 anos)

SA DA BANDEIRA - "A Filha de Elisabete", às 21.30 (18 anos)

SÃO JOÃO - "E. T., o Extraterrestre", às 21.30 (6 anos)

PEDRO CEM - "Os Deuses Devem Estar Loucos", às 21.30 (13 anos)

Lisboa

PERMANENTE

AL. D. AFONSO HENRIQUES: Esperança - Rua Carlos Mardel, 101 B (Tel. 882668); **ALCANTARA: Bairro** - Rua Prior do Crato, 27 (Tel. 661321); **ANJOS (AO CINEMA ROXY): Guerra** - Rua Andrade, 32-36 (Tel. 845513); **AV. ROMA - B.º SÃO MIGUEL - São Miguel** - P.º Francisco de Moraes, 1 (Tel. 771469); **BAIXA: Morito** - Rua da Asunção, 17-19 (Tel. 321289); **ENCARNAÇÃO: Zira** - P.º das Casas Novas, Lt 66 (Tel. 311216); **ENC. REST. - ESC. P. VICENTE** - Belém - Rua Tristão Vaz, 10 A (Tel. 612248); **ESTADOS UNIDOS** - Gasparinho - Rua Dr. Gama Barros, 54 A (Tel. 890465); **GALINHEIRAS CHARNECA LUMIAR: São Bartolomeu** - Vila Paulo Jorge 1 (Tel. 790969); **LAPA: Central da Lapa** - Rua dos Navegantes, 10 (Tel. 661734); **LUZ 2.ª CIRCULAR: J. Ribeiro** - Est. da Luz, 199-A (Tel. 780969); **PICHELEIRA: Mariuz** - C.º da Picheleira, 140 BC; Rua Prof. Mira Fernandes MAF (Tel. 880703); **SÃO SEBASTIÃO: Sagres** - Av. Luis Bivar, 69-71 (Tel. 547213); **ALGES: Cabrita** - Prq. Resid. Miraflores, Lt 12 (Tel. 2101486); **ODIVELAS: Gonçalves** - Rua Dr. Egas Moniz, 3 B (Tel. 915662); **PONTINHA: Pimentel** - Az. dos Bezouros, Lt R 8 (Tel. 991328); **PAMPULHA: Hospital de CUF** - T. do Sacramento (Tel. 609111).

REFORÇO
ALFAMA: Arnali - Rua Escolas Gerais, 88 A (Tel. 863940); **ALTO ST. AMARO** - Rio Seco: Dilena - Rua Aliança Ope-

teatros

Lisboa

MONUMENTAL - "As Taradas", 21.30 (13 anos)

ABC - "E Sempre a Aviar", às 20.30 e 23.00 (18 anos)

farmácias

Outra banda

ALMADA - Galeno - R. Capitão Leilão, 85-B (Tel. 2760565) Até às 22 horas; **COVA DA PIEDADE - Cerqueira Afonso** - L. 5 de Outubro, 18 (Tel. 2750254) Permanente; **LARANJEIRO - Oliveira Sérgio** - R. dos Álamos, 2-A (Tel. 2296464) Até às 22 horas; **COSTA DA CAPARICA - Higienica** - Av. da República, 23 (Tel. 2400020) Até às 19 horas; **SESIMBRA - Lopes** - R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028); **BARREIRO - Higienica** - R. D. Manuel I, 178 (Tel. 2073017) Permanente; **AMORA - Matos Lopes** - R. 1.º de Maio (Tel. 2216355); **SEIXAL - Lusitana** - P.º Cândido dos Reis, 10 - Arrentela (Tel. 221007) Até às 22 horas; **MONTIJO - Montepio** - R. Almirante Reis, 93 (Tel. 2310035); **MOITA - Silva Rocha** - P.º da República, 16 (Tel. 239029); **ALHOS VEDROS - Portugal** - Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204251); **ALCOCHETE - Nunes** - L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137); **SETUBAL - Marques** - R. Arronches Junqueira, 169 - Permanente; **Bonfim** - Av. Rodrigues Mano, 12 - Até às 22 horas

Linha de Sintra

AMADORA - Nova - R. Elias Garcia, 10 (Tel. 972530) Permanente; **Cavaca** - R. Elias Garcia, 209 (Tel. 930019)

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
 Administração, Redacção, Serviços Técnicos
 e Publicidade:
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
 Telefones: 321154/5 - 320271/2/3
 Publicidade: 368740
 Agências, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1 - 1000 LISBOA
 Telefones: 854331/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
 Porteiro: 321154
 Redacção: 320271/2/3
 Mensagens gravadas: 320228
 Endereço telegráfico: DIBO
 Telex 12383 LISBOA PORTUGAL
 Delegação do Porto:
 Rua do Almada, 30-2 - 4000 PORTO
 Telefones: 20854/5



O TEMPO
 MARES DE HOJE
 PREIA-MAR BAIXA-MAR
 5.28 1.5 m
 12.04 3.6 m 17.54 1.4 m
 Dia 26
 0.36 3.7 m 6.31 1.3 m
 13.09 3.7 m 18.52 1.2 m

TEMPERATURAS DO AR
 ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO 12°
 BRAGANÇA 1°
 VILA REAL 6°
 PORTO 11°
 PENHAS DOURADAS 3°
 COIMBRA 13°
 C. CARVOEIRO 11°
 PORTALEGRE 12°
 LISBOA 9°
 ÉVORA 8°
 BEJA 8°
 SAO PETERS 14°
 FARO 11°
 P. DELGADA 12°
 FUNCHAL 18°

últimas

A POPULAÇÃO DE MAPUTO viu melhorado, consideravelmente, o abastecimento de produtos de primeira necessidade nas últimas semanas, anunciou o departamento estatal que controla o sistema de distribuição. Em relatório divulgado na capital moçambicana, o GOAM (Gabinete de Organização de Abastecimento de Maputo) atribuiu a melhoria da situação actual à tomada de medidas que permitem apurar o funcionamento dos mecanismos de controlo e fiscalização dos circuitos de distribuição. Outra medida apontada no relatório como tendo produzido efeitos positivos foi a repressão à especulação para cujos circuitos eram desviados grandes quantidades de produtos.

A INDÚSTRIA SIDERÚRGICA AMERICANA produziu, no ano passado, apenas 59 milhões de toneladas de aço o que faz de 1982 o pior ano que conheceu desde 1958. As capacidades de produção foram reduzidas em cerca de 3 milhões de toneladas, no ano transacto, passando para 151 milhões de toneladas (contra 160 milhões em 1977). O emprego diminuiu, consideravelmente, durante o ano: a siderurgia americana empregava em Novembro passado apenas 231 000 trabalhadores, contra os 365 000 que se registavam em 1981. Assim, o desemprego neste ramo encontra-se, actualmente, no seu mais alto nível verificado desde o princípio das estatísticas do Instituto Americano do Aço, em 1983.

ALBERTO JOÃO JARDIM reuniu com o responsável pelo gabinete de aeroporto de Sta. Catarina que lhe comunicou «o total desbloqueamento da situação de impasse até aqui existente quanto à conclusão da primeira fase das obras daquela pista». Uma fonte afecta ao Governo disse, ainda, que «não só se avançou para o término da primeira fase das obras do aeroporto do Funchal, como, por deliberação do Governo central, estão a ser dados os passos necessários para encetamento da segunda fase das obras que tornarão Sta. Catarina um aeroporto intercontinental». Confronte-se, por várias vezes, tornado público, era este um ponto de honra, vital, nas negociações automáticas da região com o Governo da República.

NAVALHA ENTRE VIZINHOS para sanar desavenças deu como resultado, dois feridos, um dos quais teve de ficar internado no Hospital de Santa Maria, enquanto o agressor, Luis Chinoco, de 22 anos, pedreiro, natural de Cabo Verde foi detido. A cena ocorreu esta noite na Quinta da Moita, em Odivelas, desconhecendo-se ainda as verdadeiras razões que levaram o Chinoco a questionar com o José Frederico Barros e Martinho Lopes residentes nas proximidades. Este último foi quem recebeu os golpes mais violentos.

Ao princípio desta manhã em pleno Chiado Incêndio destrói documentação na Companhia de Seguros Império

• três funcionários salvos numa janelas

Documentos importantes dos Serviços de Contencioso e do Sector Marítimo foram destruídos, cerca das nove horas desta manhã, num incêndio provocado em princípios por um curto-circuito, no 5.º andar do edifício-sede da Companhia de Seguros Império, na Rua Garrett, 62, ao Chiado, EM Lisboa. Um funcionário conseguiu escapar para o telhado e três outros

refugiaram-se nas janelas traseiras do piso inferior de onde foram retirados minutos depois pelos bombeiros. No combate às chamas participaram trinta elementos do Batalhão de Sapadores que utilizaram três auto-escadas e dois prontos-socorros.

O sinistro, que foi considerado como extinto por volta das 10 e 15, devastou praticamente todo o quinto andar, atingido ainda o

quarto e o sexto e último andar. Frente ao edifício encontrava-se um camião «TIR», que teve de ser retirado, com uma exposição itinerante no âmbito das comemorações do quadragésimo aniversário daquela instituição de crédito, cujo programa, segundo o «DL» apurou, prosseguirá hoje sem qualquer alteração apesar do incêndio.

Com os bombeiros em «estado de alerta»

Prédio da Luciano Cordeiro está a cair

Continuava, esta manhã, em riscos de desabar totalmente o prédio de seis andares da Rua Luciano Cordeiro, 19, em Lisboa, que, ao fim da tarde de sábado, deu o primeiro alarme com o desabamento de duas cozinhas do rés-do-chão (esquerdo e direito), facto que levou à evacuação das 10 famílias, num total de 40 pessoas, que o ocupavam para um alojamento camarário provisório na zona de Chelas. À hora do fecho do nosso jornal elementos dos Sapadores Bombeiros retiravam do imóvel de

seis andares os últimos haveres dos seus humildes ocupantes, depois de cerca das nove horas ter ruído mais uma empena e parte das escadas.

Construído por volta de 1910, o prédio, propriedade de Mário França, estava para ser demolido antes do 25 de Abril e muitos dos inquilinos abandonaram-no, há anos, depois de indemnizados pelo senhorio, mas alguns não chegaram a acordo e foram resistindo, ao mesmo tempo que os andares vagos acabaram por

ser ocupados por famílias de bairros degradados. A infiltração da água nas paredes e a falta de obras contribuíram para a situação actual, sendo de referir que e no terceiro ao sexto andar já não havia tecto.

O último inquilino a abandonar o edifício foi «Dona Mercia», que com os seus sessenta anos e numerosos gatos como únicos companheiros, abandonou chorosa o local a caminho, disse de um «destino triste e incerto» de que Chelas não deverá passar de uma miragem.

No Simpósio Amílcar Cabral

A unidade Guiné-Cabo Verde voltou a ser defendida

O Simpósio Internacional Amílcar Cabral, que quinta-feira terminou na Cidade da Praia, parece ter lançado as bases para «um novo sopro de militância» entre os meios de algum modo interessados na luta pela libertação da África, comenta a ANOP, em crónica do seu correspondente em Cabo Verde.

A reunião de homens políticos e de cultura, provenientes das mais diversas partes do mundo e, todos com um ponto convergente, o conhecimento pessoal ou (e) livreiro de Cabral, relançou, através da discussão dos escritos e da prática do fundador do PAIGC, alguns aspectos da política africana da actualidade.

O primeiro sinal, desse relançamento — quase um apelo — veio do dirigente angolano Lúcio Lara, cuja presença neste Simpósio chegou a ser posta em dúvida, devido à actual situação interna angolana.

Na saudação que fez, em nome do MPLA-PT, Lúcio Lara sugeriu aos convidados do PAIGC uma reflexão sobre o pensamento de Cabral, de tal modo que permitisse o aparecimento de um «novo sopro de militância dos dirigentes africanos».

E isto porque, para Lúcio Lara, o sentido unitário africano, preconizado e cumprido por Cabral, ao longo da sua vida política, está a ser descurado.

De outro angolano, Mário de Andrade, primeiro Presidente e fundador do MPLA, mas afastado daquele movimento desde pelo menos 1974, viria a continuação do apelo, mas mais forte, em forma de crítica meditada, produto de ponderação pesada em longo tempo de afastamento da actividade política.

O poder em África cristalizou em formas conservadoras e não tem na devida conta os valores culturais dos povos africanos para procurar formas originais de organização económica e não tem — disse Mário de Andrade — na devida conta todo o trajecto da luta de libertação africana, assente, sobretudo nos seus primeiros passos, nas reivindicações dos seus intelectuais.

Os intelectuais africanos — sublinhou o escritor angolano — não têm espaço de manobra no seu continente.

Foi o ex-dirigente do MPLA que deu o tom ao Simpósio da Praia, sugerindo, pelos termos da sua comunicação, que «Cabral não morreu», para utilizar o título de uma morna muito popular em Cabo Verde.

Da panela de pressão

Esta reunião em torno do fundador das nacionalidades da Guiné-Bissau e de Cabo Verde funcionou como que a tampa de uma panela de pressão que se

abre: de repente, temas até agora considerados como menos convenientes, passaram a ser discutidos abertamente.

Foi o caso da unidade Guiné-Cabo Verde, de que não se falava antes do golpe de Bissau, por se entender indiscutível e do qual continuou a não se falar depois do golpe, por se considerar «assunto enterrado».

Dois dos participantes levaram ao plenário do Simpósio essa problemática. Ambos com conhecimentos profundos sobre a matéria: Sérgio Ribeiro, economista português que trabalhou em projectos da sua especialidade na Guiné-Bissau e esteve dois anos em Cabo Verde e Dulce Almada, pedagoga e estudiosa cabo-verdiana, militante do PAIGC nos tempos da luta armada, uma das companheiras de sempre de Cabral e mulher de Abílio Duarte.

Sérgio Ribeiro garantiu, através de um trabalho onde se evidenciava um grande rigor e muita investigação, que a unidade não era apenas uma ideia. Assente em bases históricas e de sangue, a unidade era, sobretudo, uma necessidade económica de ambas as comunidades. Apon-tou, inclusive o risco da absorção do espaço da Guiné-Bissau pela «Grande Guiné», usando a imagem da «Gambização» (absorção da Gâmbia pelo Senegal,

ao telefone com

JOSÉ
 RABAÇA



“Há que não deixar esvaziar o ‘espírito da CNARPE’ ”

Espírito da CNARPE? A questão, em foco desde alguns meses, ganha novo alento na presente conjuntura. Quando a dissolução da Assembleia da República não saíra ainda no campo das hipóteses, Ramalho Eanes, ao falar no Porto, no almoço comemorativo do 2.º aniversário da sua reeleição, lançava dados novos sobre o futuro de uma ampla força de consenso nacional que pretende seguir os caminhos de Abril, contra os que optaram pela estrada velha e por ela querem, novamente, conduzir os portugueses. Serão as teses defendidas desde há tempos por José Rabaça que vêm agora ao de cima? O que é afinal, e para que serve, o «espírito da CNARPE»?

De Manteigas, aquele elemento da CNARPE dá-nos algumas respostas importantes.

O Presidente da República utilizou no Porto a expressão «espírito da CNARPE» para traduzir uma força potencial que identifica como reserva da democracia. Há quem lhe atribua a si o privilégio de ter lançado tal expressão. Concorde? Como reagiu à sua utilização pelo Presidente?

«Admito ter sido quem primeiramente a usou em público, salvo erro no almoço de homenagem ao prof. Henrique de Barros há cerca de dois anos, quando nele falei em nome dos que tinham trabalhado na CNARPE. E salvo erro também para afirmar que esse mesmo «espírito da CNARPE» haveria que ser qualquer coisa que simbolicamente se identificasse com «um edifício em construção na Avenida da Liberdade».

«Foi-me grato que o senhor Presidente se lhe referisse agora, precisamente, no momento em que a crise justifica apelos para salvaguardar a democracia, posta em causa por forças que dizendo-se democráticas não quiseram, ou não souberam, concretizar na prática política a sua construção ideológica.»

Que papel se lhe afigura reservado no imediato a essa força potencial?

«Por se me afigurar que «o espírito da CNARPE» é a última reserva da democracia há que utilizar essa força com prudência e com determinação, no sentido de a não deixar esvaziar da esperança mobilizadora que encerra.»

Justifica-se pois que se sacrifique o imediatismo à ponderação, filtrando o que de precipitado em nada pode contribuir para um projecto real de consolidação da vida democrática.

Há que prometer menos e realizar mais, há que mobilizar os que acreditam e marginalizar os oportunistas. Há que deixar esgotar a demagogia para que «o espírito da CNARPE» possa vir a ser o espírito de António Sérgio.

Tem-se usado muito uma linguagem de semáforo: Luz encarnada, luz verde, luz amarela. De que cor lhe pareceram as palavras do Presidente, no Porto?

«Parece-me que desta vez não existe mais margem para dúvidas. A luz é verde.»

E a mobilização a que Ramalho Eanes se referiu. Seriam as suas palavras no sentido de uma mobilização estática ou dinâmica?

«Tenho a impressão que o facto de o senhor Presidente da República se referir pela primeira vez ao «espírito da CNARPE» identificando-o como uma força, significa, possivelmente, a transição da estática para a dinâmica.»

O que pensa da comunicação do Presidente da República ao País?

«A decisão do Presidente da República insere-se, mais uma vez, na marginalização do acessório e do emotivo perante as razões de fundo que são as razões de Estado.

Ao reivindicar só para si a responsabilidade que assumiu o Presidente foi igual a si mesmo, foi o Presidente que os portugueses quiseram em 1980.

A crise que vivemos só inconscientemente pode ser a festa de alguns.

Creio que chegou a hora de todos partilharmos na tentativa da sua ultrapassagem.

Tão importante como a decisão afigura-se-me a sua fundamentação e a forma frontal como foi exposta ao País.»

Augusto Vilela